

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

**MADSON GONÇALVES DA SILVA**

**CRESCIMENTO URBANO-INDUSTRIAL E A DINÂMICA  
MIGRATÓRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE  
VITÓRIA (1960-2010):  
AS PARTICULARIDADES SOCIOESPACIAIS DOS IMPACTOS NO  
MUNICÍPIO DA SERRA**

Vitória  
2015

MADSON GONÇALVES DA SILVA

**CRESCIMENTO URBANO-INDUSTRIAL E A DINÂMICA  
MIGRATÓRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE  
VITÓRIA (1960-2010):  
AS PARTICULARIDADES SOCIOESPACIAIS DOS IMPACTOS NO  
MUNICÍPIO DA SERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Dadalto.

Co-Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Barros Ferreira Rodrigues

Vitória  
2015

**MADSON GONÇALVES DA SILVA**

**CRESCIMENTO URBANO-INDUSTRIAL E A DINÂMICA  
MIGRATÓRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE  
VITÓRIA (1960-2010):  
AS PARTICULARIDADES SOCIOESPACIAIS DOS IMPACTOS NO  
MUNICÍPIO DA SERRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História na área História Social das Relações Políticas.

Aprovada em: 28 de Maio de 2015

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Dadalto (Orientadora)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Co-Orientadora)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Julio César Bentivoglio (Examinador Interno)  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lúcia Maria Machado Bógus (Examinadora Externa)  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Membro Suplente)  
Universidade Federal do Espírito Santo

*A Jesus Cristo, meu senhor e mestre; o  
resplendor da glória de Deus, o alfa e o  
ômega, a estrela da manha, o verbo, o  
cordeiro de Deus, o Filho do homem  
aquele por quem todas as coisas  
subsistem, aquele a quem o vento e o  
mar obedecem, o Eu Sou.*

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S586c Silva, Madson Gonçalves da, 1984-  
Crescimento urbano-industrial e a dinâmica migratória na região metropolitana da grande Vitória (1960-2010) : as particularidades socioespaciais dos impactos no município da Serra / Madson Gonçalves da Silva. – 2015.  
121 f. : il.

Orientador: Maria Cristina Dadalto.

Coorientador: Márcia Barros Ferreira Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Industrialização – Serra (ES). 2. Urbanização – Serra (ES). 3. Serra (ES) – Migração. I. Dadalto, Maria Cristina. II. Rodrigues, Márcia Barros Ferreira. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por enviar seu filho para morrer em meu lugar e me comissionar nesta vida para desenvolver meu ministério, também, por meio dos meus estudos. Faço todas as coisas na certeza de que tudo o que tenho e tudo o que sou é por Ele e para Ele, que me capacita e proporciona os meios para que eu prossiga.

À minha amada esposa Suellen, que muito me ajudou e incentivou na confecção deste trabalho, pelas correções textuais e dicas, por me ajudar na organização das ideias; pelo café, água, lanchinhos e paciência. Pela compreensão com minhas ausências e pela falta dela (de compreensão), quando realmente precisava de mim nos cuidados com a casa e com o bebê. Agradeço pela dedicação e tantas outras coisas que não caberiam aqui.

Ao meu filho Henrique Madson, cujo choro de seus primeiros meses serviu de canção aos meus ouvidos, pelo sorriso nunca negado e pelo abraço sempre disponível. Ele é um presente e vê-lo andar pela casa fazendo bagunça me dá muita alegria, muita esperança; mesmo quando estou digitando e percebo vários caracteres a mais no meu texto e aquele sorriso com apenas dois dentes ao meu lado... Também, aos meus filhos, Davi, cuja presença gostaria que fosse mais constante, e Rian, que demonstra admiração, mas não compreende, ainda, o porquê de eu dedicar tanto tempo aos estudos.

À minha família, pois cada um à sua maneira contribuiu para que eu cumprisse essa etapa. Aos meus sogros Jorge e Cleuza pela admiração e presença constante, me ajudando e “atrapalhando”, também... Aos meus cunhados Thiago e Michele, principalmente, pelos sobrinhos lindos que ganhei durante o mestrado, Luiz Miguel e Helena, dois sobrinhos em dois anos. Esses bebês eu cuidei, acompanhei na maternidade, dei os primeiros banhos, curei os umbigos e troquei as primeiras fraldas, são meus filhos.

Aos meus pais Pedro e Neuselina, que de alguma forma forjaram meu caráter para que algumas conquistas fossem obtidas, dentre elas, a conclusão do mestrado. Ao

meu irmão Dagner e cunhada Rose, pela consideração e por me dar sobrinhos tão amados e tão amáveis: João Victor, Luís Gustavo e Helena. Sempre que me encontram me trazem muita alegria com a maneira que dizem “bença tio”.

Aos meus pais espirituais, Rev. Ronaldo e Sória por toda atenção, pelo carinho, orações, conselhos, incentivo, tudo aquilo que pai e mãe sabem fazer bem.

À orientadora Maria Cristina Dadalto pela bondade, franqueza e incentivo, demonstrando cuidado acadêmico e pessoal, pela sinceridade em dizer o que eu precisava ouvir; também, pelas palavras de afirmação que me lançaram à frente, sempre quando eu esmorecia. À Co-orientadora Márcia Barros Ferreira Rodrigues, pelas oficinas e seminários, primando pela qualidade na produção acadêmica.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, pela quantidade de conhecimento compartilhado. Ao Valter Pires Pereira que sempre demonstrou boa vontade em ajudar, opinando e emprestando materiais muito úteis; Adriana Pereira Campos, pelas aulas provocativas, por não me deixar na inércia e incentivar. À turma de mestrado 2013/01, que caminhou junto comigo, auxiliando em minhas limitações. Ao Natan Henrique pela amizade e dicas; ao “General” Élio, meu companheiro; à Giselly Rezende, Marcela Camporez, Rodrigo Mello e Fernando Santa Clara pelo apoio. Ao Joel Soprani, companheiro de caminhada. Ao professor Júlio Bentivoglio e à Bruna Bigossi, pela amizade. À professora Aurélia Castiglioni pelas observações no seminário de qualificação. Aos amigos Arlécio e Ludmila, Paulo Roberto e Luana, cuja presença é terapêutica. Ao Pr. Gilvandro Salles pelos cuidados dispensados. Aos amigos que esbarrei na graduação, especialmente, Rogério, Bruno e Larissa.

Aos amigos Filipo e Maria Rita, pela parceria incondicional, pelo apoio, pelos cafés, sucos, papos, e tantas outras coisas que só quem caminhou junto sabe o que é... Aos integrantes do Laboratório de Estudos do Movimento Migratório, pela disponibilidade em ler e ouvir as apresentações decorrentes da pesquisa e pelas contribuições para a produção do trabalho.

Aos irmãos da IPB Nova Jerusalém pelas orações, especialmente, Flávio, Adriana, João Pedro e Gabriel, pelo incentivo e amizade, sempre companheiros. Ao Rev. Carlos Henrique, Cláudia Márcia, Daniel e Carla pela amizade e apoio. De tanto o Rev. Carlos Henrique dizer que se orgulha de mim, talvez não tenha percebido o quanto eu me orgulho dele... Vocês são canais de bênçãos na minha vida e motivo, também, do meu crescimento.

Aos amigos que fiz na Faculdade Unida, especialmente, os professores Sérgio Marlow, Francisco de Assis, Wanderley Rosa, Osvaldo Ribeiro, Antonio Geraldo, Alex Assis, Vilmar Diniz e Ronaldo Cavalcante.

À turma de Aspirantes 2011, que sem saber muito atenuavam meu cansaço dos estudos com as brincadeiras no nosso grupo. Ao meu amigo Tenente Cassimiro, que, apesar da distância, contribuiu na produção deste trabalho.

Aos irmãos da Polícia Militar; ao Major Roger, Major Rogério Fernandes e à equipe “Eco”. Ao Cap Bergamim, pelos conselhos oportunos e por sempre se preocupar comigo. Aos Capitães Margon, Walter, Miranda e Portela. Ao Tenente Pedrini pela consideração e apoio dispensado e ao Ten. Loureiro, sempre solícito nas trocas de serviço quando eu precisava estudar. Em especial, aos irmãos que fiz no Sexto batalhão; ao Tenente Coronel Barreto, pelo incentivo e reconhecimento, sempre com uma visão no futuro; aos Majores Rogério e Bezerra pelas conversas e conselhos, pelo apoio e incentivo. Aos demais oficiais, especialmente, Cap Wanderson, pelo considerável apoio, estímulo e conselhos à sombra do “pé de manga”.



δουλος

Apóstolo Paulo (Rm 1.1)

## RESUMO

Busca analisar o acentuado crescimento urbano-industrial, de 1960-2010, na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), relacionando-o com o fluxo migratório e os desdobramentos socioespaciais verificados neste período. Aponta, ainda, que a implantação dos “Grandes Projetos industriais”, no final da década de 1960, correlacionou-se a um cenário regional, nacional e global, que colocou o Espírito Santo na economia global. Insere-se na linha de pesquisa “Estado e Políticas Públicas”, do mestrado em História Social das Relações Políticas. Apresenta como problema a relação entre o processo de industrialização com fluxo migratório na RMGV; e como os efeitos socioespaciais dessa interação podem ser observados no município da Serra. Avalia que há um processo intenso de industrialização que se relacionou com o de urbanização na Capital e nos municípios circunjacentes, proporcionando um crescimento populacional abrupto, não acompanhado pelas políticas públicas do Estado, intensificando as desigualdades sociais e espaciais. Objetiva relacionar o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano ao fluxo migratório, a partir de uma análise que apresenta as sobredeterminações dos efeitos resultantes deste processo por meio dos indicadores de desigualdade socioespaciais e dos homicídios, com foco, no município da Serra.

**Palavras-chave:** Migração; Industrialização; Espírito Santo; Serra; Desigualdade socioespacial.

## **ABSTRACT**

Analyzes the sharp urban-industrial growth of 1960-2010 in the Metropolitan Region of Great Vitória, relating it with migration and the socio-spatial developments seen in this period. Also points out that the implementation of the "Large industrial projects", in the late 1960s, correlated to a regional, national and global stage, which placed the Espírito Santo in the global economy. It is part of the research line "State and Public Policy", the MA in Social History of Political Relations. Presents as a problem the relationship between industrialization process with migration in the metropolitan region of Great Vitória and how the socio-spatial effects of this interaction can be observed in the municipality of Serra. Believes that there is an intense process of industrialization which was associated with urbanization in the capital and surrounding municipalities, providing an abrupt population growth not accompanied by public policies of the State, which intensified the social and spatial inequalities. It aims to relate industrial development and urban growth to migration from an analysis that shows the "overdeterminations" of the effects of this process through socio-spatial inequality indicators and homicides, focusing, in the municipality of Serra.

**Keywords:** Migration; Industrialization; Espírito Santo; Serra; Socio-spatial inequality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Família de imigrantes no campo no início do século XX.....	26
Figura 2 – Localização da CST, pelotizadoras da CVRD, Aracruz Celulose e da Samarco.....	32
Figura 3 – Cais de Minério do Atalaia, em 1952.....	33
Figura 4 – Construção do Porto de Tubarão, no final da década de 1960.....	35
Figura 5 – Construção da Samarco Mineração, em 1976.....	40
Figura 6 – Início das obras no Portocel, Barra do Sahy em Aracruz, final década de 1970.....	41
Figura 7 – Corredor Centro-Leste.....	47
Figura 8 – Investimentos Previstos por Município - Espírito Santo: 2008-2013.....	49
Figura 9 – Panfleto com propaganda de incentivo à imigração para o Brasil.....	54
Figura 10 – Imagem do filme Viramundo, de 1965, retratando a chegada de migrantes nordestinos na cidade de São Paulo.....	60
Figura 11 – Vista panorâmica do município da Serra. Ao fundo, o Mestre Álvaro.....	73
Figura 12 – Serra, em 1875, ano em que foi elevada à categoria de cidade.....	74
Figura 13 – Transporte de café por meio de canoas no Rio Santa Maria, início do século XX.....	75
Figura 14 – Tropa de mula sendo empregada no transporte de produtos, Calogi, década de 1920.....	75
Figura 15 – Vista aérea do município da Serra. A BR 101 corta ao meio e é possível observar diversos galpões e também aglomerados urbanos ao longo da Rodovia.....	77
Figura 16 – Trator à margem da construção da BR 101.....	78
Figura 17 – Bairro Eurico Sallles, 1979.....	80
Figura 18 – Construção do Conjunto residencial Calabouço, atual bairro Eldorado, Serra, em 1981.....	81

Figura 19 – Central Carapina, antigo bairro Sossego, Serra, em 1979.....	82
Figura 20 – Bairro Planalto Serrano, no início da década de 1990.....	85
Figura 21 – Proporção da população no município da Serra sem rendimentos.....	87
Figura 22 – Mapa de concentração de homicídios por bairros no município da Serra, em 2000.....	99
Figura 23 – Mapa de concentração de homicídios por bairros no município da Serra, em 2010.....	100
Gráfico 1 – Produção de Petróleo total no Espírito Santo em milhões de barris, entre 2000 e 2013.....	44
Gráfico 2 – Produção de Gás natural no Espírito Santo, em milhões de barris, entre 2000 e 2013.....	45
Gráfico 3 – Participação do Espírito Santo na produção nacional de petróleo e gás natural, em %.....	45
Gráfico 4 – Crescimento populacional do município da Serra, de 1960 a 2010.....	79
Gráfico 5 – Números absolutos dos homicídios no município da Serra, de 1989 a 2010.....	96
Gráfico 6 – Taxa de homicídios, para cada 100 mil habitantes, no município da Serra, de 1991 a 2010.....	97
Gráfico 7 – Taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes no Brasil, Espírito Santo, Região Metropolitana da Grande Vitória e Serra, no período de 1991 a 2010.....	98
Quadro 1 – Grandes Projetos Industriais.....	38

## LISTA DE TABELAS

1 - População Urbana e Rural do Estado do Espírito Santo, no período 1960 – 2010.....	30
2 - Crescimento do PIB do Espírito Santo e do Brasil por décadas, 1960 – 2010.....	48
3 - Composição do PIB por setor, 1953-2010.....	48
4 - Participação dos setores da econômica no PIB brasileiro no período de 1955 – 2008.....	62
5 - População absoluta e percentual da população urbana e rural brasileira, no período 1960-2010.....	63
6 - Saldo migratório do Espírito Santo em números absolutos, no período 1960 – 2010.....	68
7 - Crescimento populacional da Região Metropolitana do Espírito Santo 1960 – 2010.....	69
8 - Quantitativo dos habitantes da RMGV em números absolutos, em 2000 e 2010.....	70
9 - Quantitativo dos habitantes do município da Serra.....	70
10 - Pessoas residentes em Serra, não naturais do Espírito Santo, segundo o lugar de Nascimento 1991, 2000, 2010.....	82
11 - Renda <i>per capita</i> média 1991 – 2010(Valor em Real Ago/2010).....	88
12 - IDH Municipal1991 – 2010.....	89
13 - IDHM – Espírito Santo 1991 – 2010.....	89
14 - Número de escolas no município da Serra, em 2011.....	91
15 - Hospitais e Centros de atendimento público.....	91

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP -	Agência Nacional do Petróleo
BANDES -	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
BEP -	Barril Equivalente de Petróleo
BNH -	Banco Nacional da Habitação
CADUNICO -	Cadastro Único
CESAN -	Companhia Espírito Santense de Saneamento
CIODES -	Centro Integrado Operacional de Defesa Social
CODES -	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Espírito Santo
CODESA -	Companhia Docas do Espírito Santo
COHAB -	Companhia Habitacional do Espírito Santo
CST -	Companhia Siderúrgica de Tubarão
CVRD -	Companhia Vale do Rio Doce
ESCELSA -	Espírito Santo Centrais Elétricas Sociedade Anônima
FRISA -	Frigorífico Rio Doce Sociedade Anônima
FUNDAI -	Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial
FUNDAP -	Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias
FUNRES -	Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GEAC -	Gerencia de Estatística e Análise Criminal
GERCA -	Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura
GERES -	Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
IBC -	Instituto Brasileiro do Café
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
IJSN -	Instituto Jones dos Santos Neves

INCAPER	Instituto capixaba de Pesquisa, Assistência técnica e Extensão Rural
INOCOOP -	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ONG -	Organização Não Governamental
ONU -	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIB -	Produto Interno Bruto
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RMGV -	Região Metropolitana da Grande Vitória
SEDU -	Secretaria de Educação
SESP -	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
TELEST -	Telecomunicações do Espírito Santo Sociedade Anônima
UFES -	Universidade Federal do Espírito Santo



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
O estado do Espírito Santo .....	20
Estrutura do trabalho.....	23
<b>1 O CRESCIMENTO DO ESPÍRITO SANTO</b> .....	24
1.1 Industrialização.....	31
1.2 Urbanização.....	36
1.3 Os “grandes projetos industriais” .....	37
1.4 Espírito Santo e o desenvolvimento na atualidade.....	42
<b>2 MIGRAÇÃO: Dinâmica</b> .....	52
2.1 Processos migratórios no Brasil.....	57
2.2 Espírito santo e Migrações.....	67
<b>3 O MUNICÍPIO DA SERRA</b> .....	73
3.1 Serra: 1960-2010.....	76
3.2 Serra: segregação socioespacial.....	84
3.3 Serra: homicídios.....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	110

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como título *Crescimento urbano-industrial e a dinâmica migratória na Região Metropolitana da Grande Vitória (1960-2010): as particularidades socioespaciais dos impactos no município da Serra*. É realizada pelo programa de Pós-Graduação em História, UFES, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Dadalto. Está vinculada aos trabalhos do Laboratório de Estudos dos Movimentos Migratórios (LEMM) e inserida na linha de pesquisa “Estado e Políticas Públicas”, do mestrado em História Social das Relações Políticas.

Tem-se como objeto de estudo o município da Serra. Dentre as cidades capixabas, este foi o que apresentou maior crescimento populacional, no período entre 1960 e 2010. Nele, verifica-se um aumento populacional de 9.192, para 409.267 habitantes. Assim, verificou-se que o município da Serra apresentou um crescimento populacional de aproximadamente 4300%, entre 1960-2010. Já o Estado do Espírito Santo, passou de uma população majoritariamente rural (71,6%), em 1960, para urbana (83,4%), em 2010. Em números absolutos, a população rural decresce de 1.014.923, para 583.480 habitantes, enquanto a urbana passa de 403.461, para 2.931.472 habitantes. Tal crescimento, associado diretamente ao desenvolvimento industrial do estado, principalmente, na Região Metropolitana da Grande Vitória, é alimentado pelo intenso fluxo migratório hinterlândia-centro e de outros estados. Na década anterior, de 1950, a população dos municípios que hoje compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória somavam 110.424 habitantes, e em 2010, 1.687.704, representando 11,5% e 48,01%, da população do estado, respectivamente.

Tem-se, como base para o levantamento de dados para a realização da pesquisa, a utilização de dados demográficos oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1980; 1991; 2000; 2010), do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN, 2011), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD, 2009), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) e da Gerencia de Estatística e Análise Criminal (GEAC/SESP). Constatam-se, a partir de tais dados, alguns

indicadores de desigualdade socioespaciais, dentre os quais se destacam: índice de Desenvolvimento Humano (IDH), renda per capita, número de escolas, instituições de saúde e índice de homicídios.

Ao discorrer sobre industrialização, crescimento urbano e fluxos migratórios, comprovam-se quão presentes e imediatos são esses processos, e que podem, portanto, ser inseridos na chamada “História do presente”, ou “do tempo presente” - em que o observador se aproxima de forma mais realista desses eventos. Dentro da discussão se era possível “fazer” história do presente pelas escolas ditas “tradicionais”, vê-se que essa problemática já foi superada, tornando, portanto, as questões mais cotidianas e próximas, assuntos de interesse do historiador. Não se resumindo ao estudo do passado a história, também, pode ser trabalhada com um “reco menor” e métodos específicos, para verificação de eventos no presente.

Nesse sentido, podem-se observar os diversos processos que ocorrem no presente, a partir de pressupostos da História do tempo presente, refletindo sobre como esses processos se originaram. Walter Benjamin propõe uma reflexão quando se refere ao “presente iluminando o passado”. Portanto, admite-se que a História do presente tem crescido e ganhado mais espaço dentro dos estudos históricos. Nesse sentido, aduz-se que “o retorno do político” foi o meio pelo qual se tornou possível, científica e intelectualmente, “a afirmação da história do presente”. O historiador do tempo presente está inserido no meio, sendo capaz de “vivenciar” a situação ao passo que deva abstrair-se o tanto que puder das interferências, sejam ideológicas ou subjetivas, concentrando-se no seu objeto de estudo. Ao pesquisador do presente cabe interrogar a história, buscando novas concepções e interpretações do evento.

Dessa forma, a história do presente é essencial, pois nela é possível percorrer o tempo a partir de testemunhos vivos e de fontes que mudam constantemente de forma, progredindo para uma (re) construção constante dos fatos históricos. Convém dizer, nessa perspectiva, que a história é traçada em sentido inverso, do presente ao passado. Ela não é, por sua natureza, imóvel; é necessária constante adequação e observação dos eventos, percebendo a interação continua entre passado-presente e presente-passado. Le Goff apresenta quatro orientações para uma história do

presente: aprofundar-se historicamente de forma suficiente e pertinente no “evento” estudado; comportar-se criticamente em relação às suas fontes, de forma a adequar satisfatoriamente o método; empenhar-se para explicar o “evento”, não apenas descrever ou contar; buscar hierarquizar os fatos, intentando um ponto de intersecção com historiadores de outros tempos, para se estabelecer parâmetros para reconhecimento do que foi estudado (LE GOFF, 1999, p. 101-102).

A História do presente é antes de tudo História, conforme Bernstein. É necessária para este estudo, portanto: a proximidade com seu objeto – para proporcionar maior atenção ao historiador do presente; e a metodologia específica – para que o estudo do presente esteja num processo de construção (constante). Logo, a quantidade de “instrumentos documentais capazes de fornecer fontes ao trabalho do historiador e que contribui para modificar a própria natureza da noção de arquivos” (BERNSTEIN, 1999, p. 129) é abundante, tornando o trabalho do historiador do presente muito rico.

Assim, ao percorrer a História do tempo presente, os processos relacionados à migração, industrialização e urbanização, no município da Serra, de 1960-2010, podem ser satisfatoriamente analisados. Ao retornar, à década de 1960, verificam-se interações entre processos políticos, econômicos e sociais que reverberam, produzindo efeitos que são observados no presente, nos quais as interações continuam a ocorrer. Portanto, é no “retorno do político” (RÉMOND, 2003) que a História do presente se consolida: no estudo das relações de poder e nos desdobramentos sociais, políticos e econômicos.

De modo igual, considerando um acúmulo de fenômenos em tão pouco tempo, Augé chama atenção para a necessidade de períodos mais curtos para melhor se definir uma medida de análise. Segundo o autor, “A divisão em séculos propõe fatias de tempo largas demais aos historiadores” (AUGÉ, 2010, p. 7-8). À vista disto, a necessidade de um recuo menor se faz imprescindível, ao mesmo tempo em que a parcela de tempo deve ser reduzida, e minimamente analisada, devido ao intenso fluxo de transformações.

Augé destaca, dentro desses processos no presente, que o período que se vivencia

representa um novo “espaço-tempo”; este consagra o presente como sempiterno, no qual, por muitas vezes, muitos eventos se acumulam e, no entanto, não fazem sentido. É a partir dessa perspectiva “sobremoderna” que os processos se entrecruzam e apresentam seus paradoxos: a “mundialização” se torna cada vez mais visível, aproximando distâncias, proporcionando intensa circulação de pessoas, bens e ideias. Nesse “mundo-cidade”, introduzido pela urbanização – como fruto da globalização – os limites são redefinidos. Já na “cidade-mundo” os enclausuramentos são tão numerosos quanto os movimentos de circularidade de homens, produtos e mensagens. Essa “cidade-mundo” funciona como um tecido urbano que constantemente germina e cresce, são as metrópoles. Esses centros crescem, mas trazem para dentro de si limites que outrora estavam fora, e um dualismo surge, de um lado áreas privadas, superprotegidas e superassistidas; de outro, áreas segregadas, que escapam do controle político no sentido mais amplo.

A base fornecida por Augé, nesse ínterim de transformações constantes e da globalização, é que “podemos tudo fazer sem deslocarmo-nos e onde, no entanto, deslocamo-nos”. Tal comportamento social ressalta a necessidade do percurso por meio da “sobredeterminação”. (AUGÉ, 2010, p. 16).

Nessa direção, a dissertação estea-se numa análise com base documental e de dados do IBGE, IJSN, PNUD e GEAC. Ressalta-se, ainda, a pequena quantidade de trabalhos produzidos dentro do tema, mas que, apesar disso, respalda a presente análise e nos serve de justificativa para associação dos processos migratórios relacionados à industrialização e urbanização, na Grande Vitória e município da Serra. O trabalho pretende apresentar os aportes teóricos pelos quais se sustentam a migração, industrialização e urbanização, no Brasil, e, no Espírito Santo, e de como o município da Serra se insere nesse processo.

## **O estado do Espírito Santo**

O Brasil entra, no século XX, apoiado economicamente na agricultura, principalmente, a do café, cuja produção estava em alta, desde a segunda metade

do século XIX, e com bases políticas nas oligarquias. Essas oligarquias consistiam a estrutura da República Velha e eram representadas pelos proprietários de terras que exerciam o poder na formação de alianças locais. Tais elites, detentoras do poder, representavam, quase em sua totalidade, os interesses da região Sudeste.

O rompimento com o tradicionalismo regional do Sudeste<sup>1</sup> ocorreu com Getúlio Vargas, em 1930, mas tal não simboliza um rompimento com a estrutura de dominação que vigorava até então. Ainda que alterações no cenário político se tornassem evidentes, o Brasil permaneceu predominantemente agrário, até meados da década de 1950, período em que o país vivencia uma modernização em sua economia, sob o governo de Juscelino Kubitschek.

As receitas da produção cafeeira constituíram a base e infraestrutura para o desenvolvimento industrial. As sementes da industrialização foram lançadas já, na década de 1930, concentradas, principalmente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Contudo, somente, a partir da década de 1950, a participação do setor secundário sobrepujou a participação do setor primário, tornando-se responsável pela maior parcela do Produto Interno Bruto (PIB).

Em uma primeira fase, a concentração econômica se manteve na Região Sudeste, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A partir da década de 1960, a indústria, no Brasil, começa a desconcentrar, influenciando as dinâmicas da urbanização e das migrações. Essa desconcentração refere-se ao aparecimento de indústrias e serviços em outras metrópoles, ainda que não tenha interferido significativamente nos locais onde ela já era proeminente, como no caso de São Paulo.

O estado do Espírito Santo, dentro desse entrecho, mantém um processo de forma similar ao dos demais estados do Brasil, com economia predominantemente agrária e baseada no café, até idos dos anos 1960. Porém, consultando a história do Espírito Santo, pode-se compreender que, até meados do século XIX, o estado constituiu-se como uma barreira simbólica, numa política de proteção às Minas

---

<sup>1</sup> Tal termo se refere à ruptura do tradicional centro de poder político no Sudeste. Embora Vargas representasse uma mudança, por assim dizer, nos primeiros anos, pós-golpe de 1930, nenhuma das categorias/ classes envolvidas no golpe obtiveram êxito na substituição da “burguesia cafeeira”. (MENDONÇA, 2010).

Gerais. A partir daí, com incentivo à imigração e novas políticas de apropriação do solo capixaba é que o café se torna o principal produto da economia, alçando o Espírito Santo ao status de um dos principais exportadores da rubiácea.

A produção do café, já no século XIX, impulsionou o desenvolvimento de infraestruturas. Dentre essas estruturas, destaca-se a “Estrada Geral” que cortava a província de norte a sul. Vê-se que tal produção marca a passagem do período provincial para o republicano com alterações materiais significativas ao Espírito Santo: vias, ferrovias, melhorias dos portos e investimentos em serviços urbanos - como iluminação pública, correios e telégrafos.

Nesse período, a população do Estado contava com 209.783 habitantes<sup>2</sup>, e quase sua totalidade era empregada na agricultura. A produção do café alcançará seu ápice, na primeira metade do século XX. Cabe ressaltar que, em 1920, o café “já representava 17,5% da área cultivada em cada estabelecimento rural capixaba” (VILLASCHI e FELIPE, 2011, p. 192). Atingido seu auge de produção, no final da década de 1940, até a metade da década de 1950; entra em crise, posteriormente. Considera-se, portanto, que o “boom” cafeeiro deu-se, segundo Rocha e Morandi (2012, p. 73), “devido ao extraordinário crescimento dos preços internacionais e do plantio do produto”.

O auge da produção cafeeira inscreve-se no governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954). Precedido por Carlos Monteiro Fernando Lindemberg (1947-1951), Jones herdou a administração do estado em ascensão. Foi reconhecido pela inovação de ser o primeiro governador no país a estabelecer um planejamento para a administração: “O Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo”. Segundo Oliveira (2008, p. 476), sua assessoria era composta por uma equipe de ponta. Podem-se listar algumas importantes frentes de atividades desenvolvidas no estado – graças à arrecadação promovida pela economia cafeeira – tais como: aparelhamento do porto da capital, com a finalidade de construção e de reparo de

---

<sup>2</sup>Conforme recenseamento do Brasil, realizado em 1920, eram 109.228 homens e 100.555 mulheres. 176.847 nacionais e 32.936 estrangeiros (Oliveira, 2008, p. 438). O IBGE indica que a população capixaba passou de 209.783 para 457.328, em 1920, para 790.149, em 1940, e 957.238, em 1950. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf)>

embarcações; dragagem do canal da baía de Vitória a uma profundidade de quinze metros; construção do cais de carvão; realização de aterramentos e enrocamento de mais de quatro quilômetros de extensão do cais do porto até Bento Ferreira; intensa pavimentação, com mais de setecentos e cinquenta quilômetros de vias asfálticas, percorrendo todo o estado, e, construção de diversas pontes de concreto, com destaque para a do Rio Doce, em Linhares.

Ainda, foi na administração de Jones dos Santos Neves que houve o desenvolvimento do setor de energia hidrelétrica, aproveitando o rio Santa Maria, concluindo quase todo o primeiro dos três estágios programados. Também, a criação do Instituto de Bem Estar Social, como plano de habitação, antes mesmo do plano federal, com o Banco Nacional de Habitação. Por último, sua gestão impactou a administração no setor econômico, com dois investimentos de peso: o moinho de trigo e a Companhia Ferro e Aço de Vitória. No contexto, destaca-se a criação da Universidade do Espírito Santo, em 1954, denominada, posteriormente, Universidade Federal do Espírito Santo. Outros feitos poderiam ser apontados, como vários avanços na política sanitária, com o funcionamento do Hospital de Doenças Mentais e início das obras do Hospital das Clínicas e do serviço de abastecimento de água da capital.

Em suma, o “Plano de Valorização” foi um projeto de estado com intenção de desenvolver infraestrutura para o desenvolvimento da indústria no Espírito Santo. Logo, a economia cafeeira estava em ascensão, porém, os investimentos foram direcionados para o setor secundário. Assim, é possível perceber o estabelecimento das bases para o crescimento industrial em que o estado viria a experienciar, tendo os Grandes Projetos, seus alicerces para o desenvolvimento baseados nesse Plano.

### **Estrutura do trabalho**

A presente pesquisa está elaborada em três capítulos. O primeiro, busca apresentar, de forma mais detalhada, acerca do processo de desenvolvimento industrial e crescimento urbano no Estado. As temáticas sobre os “Grandes projetos industriais”,



Erradicação dos cafezais, crescimento urbano (populacional) acentuado, introduzindo o fluxo migratório hinterlândia-RMGV, serão aqui enquadrados. O percurso se encerra em 2010, mencionando, sobretudo, o “Espírito Santo em ação<sup>3</sup>”.

O segundo capítulo traz à baila a discussão sobre fluxo migratório trabalhando seus conceitos e algumas interpretações. Procura embasar teoricamente essa dinâmica ressaltando sua importância no estudo relacionado à industrialização e à urbanização. Trabalha a migração enquanto um processo mais amplo, nacional, com seus reflexos no local, seguindo uma dinâmica comum – pois é contínua e presente em todos os lugares –, e complexa – pois são diversos fatores interagindo concomitantemente. Discute, ainda, alguns reflexos da segregação espacial, apontando para o município da Serra.

Já o terceiro capítulo, tem sua centralidade referenciada no município da Serra, bem como sua formação histórico, social, política e econômica e nas suas peculiaridades. Apresenta indicadores de desigualdade socioespaciais para análise, dentre os quais, saúde, educação, renda e índice de desenvolvimento, oriundos da base de dados de diversos órgãos (IBGE, IJSN, IPEA, PNUD, PNAD, Secretarias e Município).

---

<sup>3</sup> Organização não-governamental que reuniu, a partir de 2003, empresários com objetivo de promover o crescimento do estado do Espírito Santo.

## 1 O CRESCIMENTO DO ESPÍRITO SANTO

O período que precede às transformações do espaço urbano no Espírito Santo a partir dos anos 1960 tem como importante cenário a economia do café. No início do século XIX, a produção concentrou-se, em Vitória, estendendo-se para outras áreas, a exemplo da região serrana. A expansão segue e alcança principalmente o sul, devido à proximidade com a capital do Império, denotando uma aproximação da província no mercado imperial. Das regiões que produziam café, no Espírito Santo, é a sul que se mantêm, baseadas no modelo das grandes *plantations*, como a mais próspera. Centrada em Cachoeiro de Itapemirim e próxima ao centro econômico da capital (Rio de Janeiro), sua produção tendia naturalmente a escoar por aquele porto, não pelo de Vitória. A economia do sul mostrava-se fortemente ligada à economia cafeeira fluminense, apresentando-se como um prolongamento (VILLASCHI e FELIPE, 2011, p. 190-191). O Centro e o Norte do estado, que acompanham a expansão dessa matriz baseiam-se, no entanto, na pequena produção familiar.

Então, pode-se afirmar que, se na primeira metade do século XX, o café tem o seu ápice na economia capixaba, na segunda metade deste século, o produto entra em seu momento mais crítico<sup>4</sup>. Esse declínio deu-se, no biênio de 1962/63, com acentuada queda de produtividade iniciada, na segunda metade da década de 1950. Entende-se que em uma economia “tipicamente capitalista”, o evento de uma crise deveria promover substituição da cultura, quando essa atingisse baixo nível de produtividade, presumindo-se antieconômica. Porém, não foi o caso do Espírito Santo, conforme afirma Rocha e Morandi (2012, p. 76),

a queda dos preços do café afetou de forma particular a economia capixaba, uma vez que se tratava de uma estrutura produtiva fundamentada na pequena produção familiar (...) a tendência era que se preservasse a capacidade produtiva do café, uma vez que, apesar do baixo preço, esse produto representava para os cafeicultores quase que a única fonte de renda.

---

<sup>4</sup> Entre 1957, e 1962, foram produzidas, entre 2.310.000 e 2.360.000, sacas (60 kg), em cada triênio. Já no triênio, 1963-65, a produção caiu para 2.084.167. Nos triênios seguintes, 1966-68, 1969-71, 1972-74, 1975-77, a produção variou entre 1 e 1,3 milhões de sacas. A produção voltou a aumentar, a partir dos anos 1980 (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 76).



FIGURA 1 – Família de imigrantes no campo no início do século XX.  
Fonte: Panoramio<sup>5</sup>, 2015

Avalia-se, no entanto, quanto às famílias, nessas unidades produtivas, que sua subsistência pouco dependia da renda proveniente do café. Isso, porque muitos dos produtos essenciais para que pudessem se manter eram produzidos de forma autônoma; os que não eram, poderiam ser adquiridos no mercado, comprados por produtos da própria produção (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 77). Tal circunstância apresentava oportunidade de alteração nos hábitos de consumo, e mais: mostrou a resistência econômica diante da crise, expansão de outros produtos agrícolas tradicionais e preservação da produção cafeeira e da pequena propriedade familiar. Esses fatos, juntamente com a crise, repercutiram de maneira grave na economia estadual, necessitando, portanto, de intervenção.

No início dos anos 1960, foi criado pelo Governo Federal, por meio do Instituto Brasileiro do Café (IBC), mecanismos para modernizar a produção cafeeira, iniciando a erradicação dos cafezais no Brasil. No Estado foi criado o Grupo Executivo de Recuperação Econômica da Cafeicultura (GERCA), com a tarefa de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/18476018>>. Acesso em 21 jan. 2015.

realizar o planejamento da produção cafeeira. Três diretrizes básicas foram elaboradas pelo Gerca: diversificação das áreas plantadas com outras culturas, renovação de parcelas dos cafezais e, promoção da erradicação dos cafezais antieconômicos. A última foi a mais bem-sucedida, tornando-se o “carro-chefe” da nova política cafeeira. Segundo Rocha e Morandi (2012, p. 77), “tornou-se um instrumento de grande importância na intervenção do Estado no setor cafeeiro. Essa interferência, de caráter exógeno, veio modificar tanto os efeitos da crise quanto a própria estrutura produtiva da economia capixaba”. Os efeitos da Erradicação dos cafezais foram logo sentidos. Rocha e Morandi afirmam que

o resultado foi que a política de erradicação implementada com o objetivo de controlar a crise cafeeira de superprodução afetou de forma profunda a economia capixaba num duplo sentido. Por um lado, criou uma crise social de grandes proporções, e, por outro, veio “libertar” ou “desmobilizar” os ativos representados pelos cafeeiros, que assumiram forma líquida, mediante a indenização financeira do GERCA (2012, p. 81).

Nesse período, Villaschi e Felipe (2011, p. 194) afirmam que 70% da renda gerada pela economia capixaba eram oriundas do setor primário. Dessa forma, vê-se uma grave crise econômica instaurada no Espírito Santo que reverberou em um saldo de desempregados, de aproximadamente 60 mil. Deve-se compreender que o desdobramento desse saldo de desempregados traduziu em uma emigração de 200 mil pessoas, sendo que, aproximadamente 120 mil, se dirigiram para a região da Grande Vitória e 80 mil deixaram o estado. Tal crise rompeu a dependência econômica do Estado com o café, proporcionando oportunidades para diversificação da economia capixaba (RIBEIRO, 2005).

Assim, se finda o 1º Ciclo de Desenvolvimento Econômico<sup>6</sup> no Estado, que se caracterizou pela preponderância da cafeicultura, iniciada, em meados do século XIX, até os anos de 1960. Tal ciclo, em resumo, se definiria como uma monocultura mercantil de base familiar; pequenas propriedades situadas, sobretudo, no Centro e Norte; e as grandes propriedades do Sul, que eram focadas na comercialização do café (CAÇADOR; GRASSI, 2013).

---

<sup>6</sup>Nem todos os historiadores e especialistas em Espírito Santo concordam com as divisões da esfera econômica do estado pela nomenclatura “Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo”. Tal perspectiva pertence a Caçador e Grassi, foi apresentada de forma didática para melhor compreensão dos eventos na cronologia da História do Espírito Santo.

Enquanto na região interiorana do Estado a agricultura se pautava no cultivo do café; na Grande Vitória, privilegiada geopoliticamente, os planos e incentivos fiscais eram desenvolvidos. Sendo assim, foi entre 1960, e, início dos anos 1970, que os projetos e investimentos de base, sobretudo siderúrgico, paraquímico e portuário, iniciados no Plano de Valorização Econômica do Espírito Santo, ganharam maiores infraestruturas. Destaca-se, também o vertiginoso crescimento populacional que o estado já possuía naquele período, sendo que, a partir de 1970, é possível observar uma mudança abrupta no padrão econômico do Espírito Santo, que mudou de agroexportador para industrial-exportador.

Essa transformação, também, promoveu mudanças além da esfera econômica, com o surgimento de novos seguimentos sociais no remodelamento urbano. Destarte, o redimensionamento do espaço geográfico, da RMGV, vem adensar a demanda das plantas industriais, ainda, ao mesmo tempo em que “acolhe”, marginaliza os que se direcionam para a capital em busca de emprego – aqueles que do campo saíram após a desestruturação agrária propiciada pela erradicação dos cafezais. Tal transição, de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial<sup>7</sup>, marca não só transformações na economia capixaba, mas a expansão das relações capitalistas do Espírito Santo.

A implantação dos projetos e planejamentos voltados para indústria no estado o insere de maneira decisiva no cenário nacional e internacional. Tem-se, portanto, o 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Estado (1960-1990) (CAÇADOR; GRASSI, 2013). Dentro desse ciclo, cabe ressaltar o governo de Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971), que conforme Bittencourt e Neto (2002), teve uma gestão que administrava visando o aperfeiçoamento e ampliação sustentadas pelo dirigismo econômico. Importantes mudanças ocorreram em seu governo: na infraestrutura, tem-se a criação da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA), ampliação da rede da Telecomunicações do Espírito Santo S.A. (TELEST) e Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN); no plano industrial, destaca-se a construção do Porto de Tubarão, finalizada em 1966, bem como a construção de duas usinas de pelotização de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em 1969 e

---

<sup>7</sup> Ressalta-se que o comércio merece destaque. Uma definição seria urbano-industrial-comercial, uma vez que o Espírito Santo vai se inserindo em uma economia global.

1973. Tais investimentos da administração forneceram subsídios para a industrialização e atração de recursos para investimentos. Assim, conforme Rocha e Morandi (2012, p. 111),

em meados da década de 1970, a economia capixaba havia atingido um nível de maturidade que a qualificava para receber grandes investimentos produtivos. Por um lado, dispunha de uma facilidade natural, que era sua posição geográfica estratégica, e encontrava-se muito bem dotada em termos de infraestrutura portuária, de transportes e de abastecimento energético. Por outro lado, as transformações econômicas recentes haviam constituído um mercado consumidor urbano e um parque industrial de significativas proporções, que, concentrados na Grande Vitória, conferiam a essa região um papel de destaque na economia capixaba, principalmente em termos de atração de novos investimentos.

Deve-se ressaltar que esse 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Estado configurou-se em duas fases: a primeira, de 1960 a 1975; e a segunda, de 1975 a 1990. Podem ser explicadas, resumidamente, da seguinte forma:

A primeira fase, do 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Estado (1960-1975), teve como elemento mais relevante o crescimento de empresas locais de pequeno e médio porte. Tal crescimento foi proporcionado, em grande parte, pelo apoio do governo através de políticas públicas que incentivaram a economia local. Dentre essas empresas pode-se destacar a companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODES), transformada, no início dos anos 1970, em Banco do Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (BANDES), que “financiou um total de 37 projetos industriais, sendo que 26 eram de ampliação de fábricas já existentes, e 11 de instalação de novas plantas industriais” (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 104).

Ao longo dos anos de 1960 e 1970, vários investimentos foram realizados, dentre eles, os projetos da Real Café Solúvel do Brasil S.A e Frigorífico Rio Doce S.A (FRISA). Destaca-se, segundo Bresciani (2011b, p. 49), o surgimento do “aparato desenvolvimentista [que] contribuiu de forma decisiva para impulsionar o desenvolvimento industrial no estado, mediante a atração de investimentos privados nacionais e internacionais”, dentre os quais: Bandes, Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES), Sistema de Crédito para o Desenvolvimento, Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (FUNDAI), Conselho de Desenvolvimento Econômico, Fundo de Desenvolvimento das

Atividades Portuárias (FUNDAP) e Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES). Dessa maneira, observa-se que o intenso processo de crescimento e desenvolvimento que a economia capixaba vivenciou, no período 1960-1975, esteve fundamentado nas políticas públicas voltadas para economia local, inscrevendo o Estado na economia nacional.

Já na Segunda Fase do 2º Ciclo de Desenvolvimento (1975-1990) sobressaem os Grandes Projetos Industriais que promoveram profunda alteração no padrão de desenvolvimento econômico do estado, agora atraindo recursos internacionais. Logo, pode-se dizer que não só a estrutura econômica do estado sofreu alterações; a estrutura social também seguiu o “padrão de desenvolvimento”, embora não tenha alcançando seus benefícios.

Como consequência, conforme a tabela 1, tem-se uma inversão da relação rural X urbana abrupta da população. Ela passa de majoritariamente rural, em 1960 (71,6%), para urbana, em pouco mais de 30 anos depois. Nota-se, também, o crescimento populacional: em meio século (1960-2010), a população capixaba aumentou quase 148%, enquanto a urbana ultrapassou 600%. Já a rural, nesse mesmo período, teve uma redução de cerca de 42%.

TABELA 1

População Urbana e Rural do Estado do Espírito Santo no período 1960-2010

Década	População Urbana	%	População Rural	%	População Absoluta
<b>1960</b>	403.461	28,4	1.014.923	71,6	1.418.385
<b>1970</b>	734.756	45,4	883.101	54,6	1.617.857
<b>1980</b>	1.324.701	64,2	738.978	35,8	2.063.679
<b>1991</b>	1.922.894	74,0	675.611	26,0	2.598.505
<b>2000</b>	2.460.040	79,5	634.350	20,5	3.094.390
<b>2010<sup>8</sup></b>	2.931.472	83,4	583.480	16,6	3.514.952

Fonte: IBGE, Sinopse preliminar do Censo demográfico, 2001 e 2010.

Vê-se que a industrialização passou a ser vista como um caminho para superação

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=32&dados=5>>. Dados referentes a 2010.

do atraso que o distanciava dos outros estados mais desenvolvidos. A perspectiva era de reestruturação, dinamismo e modernização de sua economia, com foco no apoio aos grandes empreendimentos voltados à exportação. Tais atividades aliavam a transformação econômica ao desenvolvimento do complexo portuário, criando “condições fundamentais para um novo ciclo de expansão da economia capixaba em âmbito nacional e internacional” (SIQUEIRA, 2009, p. 6).

### **1.1 Industrialização**

Quanto à industrialização ou crescimento industrial entende-se que ocorreu de forma semelhante no Brasil e no Espírito Santo, sobrepondo-se aos mercados internos pré-existentes<sup>9</sup>. Essas áreas de mercados possuíam certa demanda de produtos industrializados, tendo um mercado consumidor que favorecia o desenvolvimento industrial, tornando-se terreno propício para o crescimento urbano. Atrela-se a esses, outros fatores determinantes como localização e infraestrutura. No caso brasileiro, fica evidente a infraestrutura da economia cafeeira, como por exemplo, seus portos e estradas de ferro.

O Espírito Santo seguiu o mesmo processo, embora tardio, segundo alguns historiadores. A Grande Vitória foi alvo de muitos investimentos no setor industrial devido a diversos fatores, dentre os quais merece destaque a infraestrutura portuária e localização privilegiada. Ainda, o centro urbano já existente suportou o processo de industrialização. Logo, pode-se afirmar que à medida que a Grande Vitória se industrializava, também, se urbanizava; e vice-versa.

Ao se mencionar o complexo portuário de Vitória verifica-se que este, juntamente com a Estrada de Ferro Vitória a Minas e Estrada de Ferro Santa Leopoldina funcionavam como os principais veículos de integração comercial do estado em âmbito nacional. Tais meios se apresentaram de grande importância nas relações

---

<sup>9</sup> Segundo Oliven, o período crescente de exportação do café vivenciado, na segunda metade do século XIX, somado à substituição da mão de obra escrava pela imigrante e ao crescimento das cidades, devido às atividades de exportação, propiciou a formação de um mercado interno, que era abastecido, principalmente, por produtos importados (OLIVEN, 2010, p. 58).



econômicas do Espírito Santo com os outros estados, principalmente, com Minas Gerais. O porto de Vitória era a outra porta, ligada à hinterlândia do estado pelas estradas de ferro.

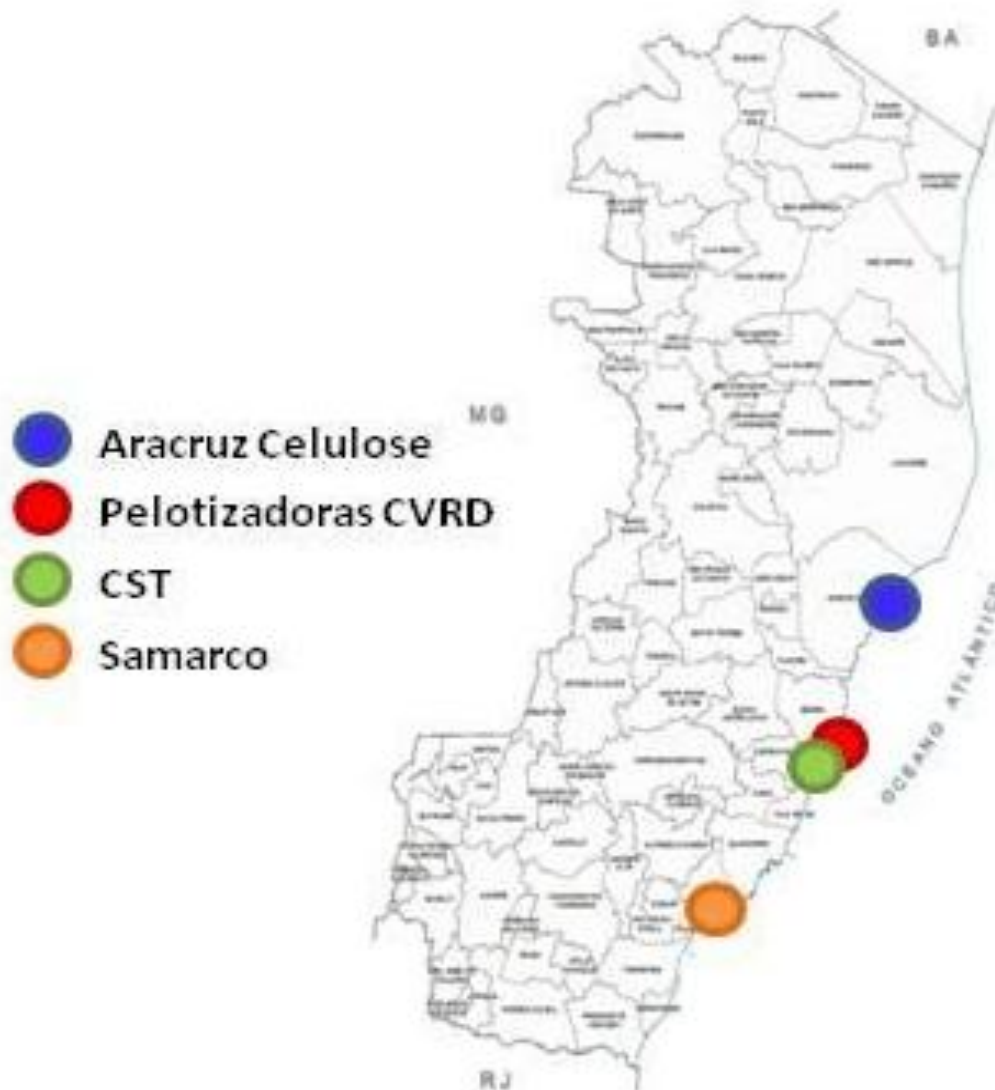


FIGURA 2 – Localização da CST, pelotizadoras da CVRD, Aracruz Celulose e da Samarco.  
Fonte<sup>10</sup>: Mendes; Villaschi; Felipe, 2012.

As exportações da produção de café capixaba e grande parte do minério eram realizadas por Vitória, e com a modernização da economia através da industrialização, vê-se o porto agora escoando a produção de minério extraído do interior de Minas Gerais pela CVRD. A exportação desse minério de ferro foi fator decisivo para inserção do porto de Vitória no “rol” dos portos internacionais, consolidando o corredor de exportação pelo porto da capital.

<sup>10</sup> Blog da Economia Capixaba. Disponível em: <<https://economiecapixaba.wordpress.com/2012/08/02/elementos-caracterizadores-da-concentracao-economica-no-espirito-santo/>>. Acesso em 23 dez. 2014.

Cabe ressaltar que, originalmente, o Porto de Vitória era utilizado para comercializar mercadorias gerais e sacarias, não tendo condições para suportar o movimento comercial de minério de ferro. Um aparelhamento era necessário, sendo construído, portanto, o primeiro cais especializado na exportação de minério de ferro no complexo portuário. Foi chamado de Eumenes Guimarães<sup>11</sup>, sendo construído na parte continental da baía de Vitória, em Vila Velha. O porto funcionou ativamente em larga escala desde sua inauguração, em 1943, até a inauguração do Porto de Tubarão, em 1966. Possuía extensão de 110 metros e suportava navios com calado de até 10 metros (RIBEIRO; SIQUEIRA, 2012, p. 396-397).

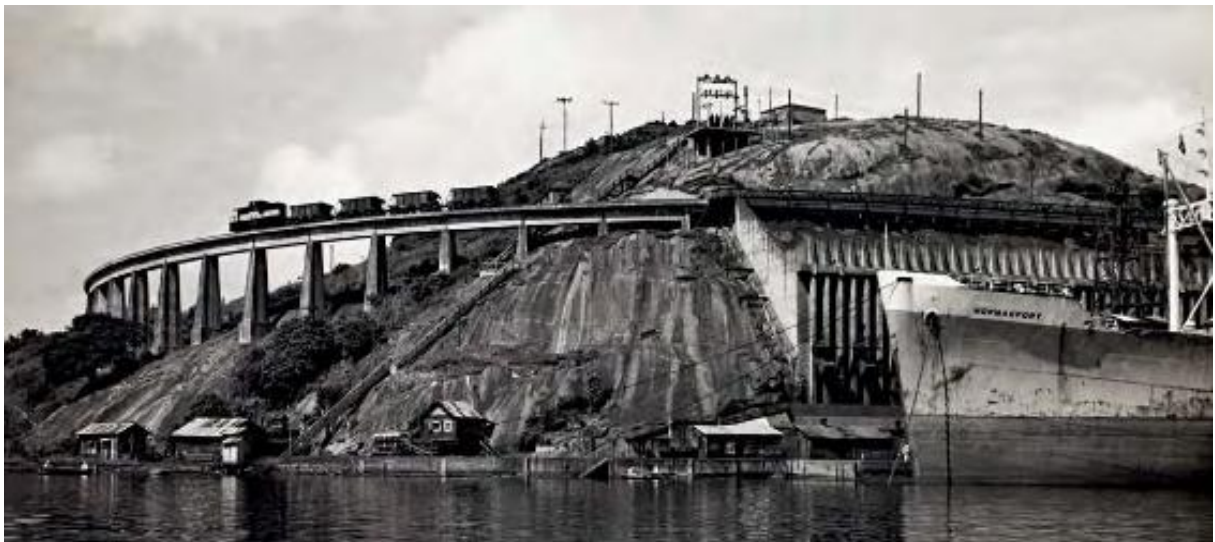


FIGURA 3 – Cais de Minério do Atalaia, em 1952.  
Fonte: Vale<sup>12</sup>, 2015.

Com a diversificação da produção e necessidade de atendimento de novas demandas, o complexo portuário foi aparelhado. Esse aparelhamento aconteceu no sentido de atender a exportação de minério fino pela CVRD, sendo construído o cais de Paul, inaugurado, em 1959, funcionando próximo ao cais de minério grosso. Ainda, a necessidade de estrutura especializada para atender graneleiros de alta tonelagem propiciou a construção do porto de Tubarão, considerado o maior exportador de minério de ferro do Brasil.

Nesse sentido, o desenvolvimento portuário não funcionava de maneira

<sup>11</sup> Ficou conhecido também por Atalaia e Péla Macaco.

<sup>12</sup> Disponível em: < [http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale\\_Livro\\_Nossa\\_Historia\\_cap3.pdf](http://www.vale.com/PT/aboutvale/book-our-history/Documents/livro/Vale_Livro_Nossa_Historia_cap3.pdf)>. Acesso em 19 fev. 2015

independente. Fazia parte de todo um contexto de modernização da economia capixaba que se adequava à necessidade de atendimento das demandas surgidas. Nota-se que paralelo ao desenvolvimento do complexo portuário está a estrutura ferroviária, que unia o porto ao seu interior, escoando sua produção e reafirmando o Estado em uma economia global.

A Companhia Vale do Rio Doce inaugurada, em 1942, representa a industrialização do Espírito Santo e sua inserção numa economia nacional e global. A companhia, criada para impulsionar a exploração de riquezas minerais, passou por momentos precários. Nestes períodos, as contenções políticas e econômicas foram contínuas, promovendo inconsistência do sistema de produção e de escoamento do minério de ferro (ZORZAL e SILVA, 2004), observados, já na década de 1940. A dificuldade de gestão entre americanos e brasileiros associada ao contexto do pós-guerra levaram a companhia a uma situação de quase falência.

Na década de 50, a Vale do Rio Doce foi marcada por um período de inflexão em sua “trajetória de crises e ao mesmo tempo de consolidação no mercado transoceânico de produção e comercialização do minério de ferro”. A prerrogativa que o Presidente da República detinha em nomear e demitir o presidente da companhia foi reforçada. Aliado às questões políticas internas, observa-se o cenário internacional, apresentando uma conjuntura favorável para o comércio do minério de ferro, principalmente, devido à Guerra da Coreia<sup>13</sup>. Tal comércio não se restringia aos mercados capitalistas tradicionais, países do bloco socialista também foram incluídos nas relações comerciais (ZORZAL e SILVA, 2009, p. 5).

Desse modo, embora seja suscitada a questão do atraso no desenvolvimento e modernização do aparato industrial, tal se faz dentro de um contexto de relações econômicas nacionais e internacionais, inserindo a economia capixaba na economia mundo<sup>14</sup>. Na década de 50 e 60, o estado dava mostras nesse sentido. Já a partir de

---

<sup>13</sup> Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953. Apresenta-se como um dos efeitos e palco da Guerra fria que antagonizava capitalistas e socialistas.

<sup>14</sup> “(...) é uma “economia-mundo” devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico, ainda que em certa medida seja reforçado por vínculos culturais e eventualmente, como veremos, por arranjos políticos, incluindo estruturas confederativas (Wallerstein, 1999, p. 21)”. Nesse sentido, o Espírito Santo está incluso nessa “estrutura econômica mundo”. Participa, portanto, das

70, no contexto da segunda fase do 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico, os Grandes Projetos industriais, denotam a consolidação da economia capixaba em um contexto maior.

Pode-se dizer que à exemplo da CVRD - pela necessidade de dinâmica econômica internacional - tem-se, o porto de Tubarão, que demonstra a relação econômica do estado com o Brasil, e no cenário internacional. O porto foi desenvolvido a partir da parceria com o Japão, que buscou construir navios de grande calado para transporte de óleo e minério. O objetivo era reduzir a distância entre os países, tornando-a economicamente viável. Como consequência foi necessária a construção de aparato portuário que suportasse as transações comerciais desse porte (ZORZAL e SILVA, 2009, p. 6-7).



FIGURA 4 – Construção do Porto de Tubarão, no final da década de 1960.  
Fonte: Vale<sup>15</sup>, 2015

Portanto, toda modernização econômica veio acompanhada de transformações na infraestrutura do Estado, conforme supramencionado. Os investimentos públicos

---

cadeias mercantis referentes aos processos. Segundo Pedro Antonio Vieira, a cadeia mercantil é “composta por todas as fases e/ou processos necessários à produção e comercialização de uma mercadoria, desde seus insumos até o consumo final” (2010, p. 505).

<sup>15</sup> Disponível em:< <http://economia.uol.com.br/album/2013/04/24/conheca-a-historia-da-mineradora-vale.htm#fotoNav=7>>. Acesso em 19 fev. 2015

voltados para áreas de abastecimento energético<sup>16</sup>, de transporte e comunicação foram paralelos à transição da economia tradicional para estrutura produtiva concentrada na indústria de transformação (SIQUEIRA, 2009, p. 6).

## 1.2 Urbanização

Para uma melhor compreensão é importante destacar algumas diferenças primordiais nos conceitos de urbanização e industrialização experienciados no Espírito Santo, ao longo das últimas décadas (1960-2010). Pontua-se que ambas se relacionam de maneira direta e se influenciam.

Quanto ao processo de urbanização do Espírito Santo, pode-se afirmar que teve seu foco, singularmente, na região da capital e do seu entorno, a partir de 1960, acontecendo de forma análoga à do Brasil. Insta dizer que não ao mesmo tempo, no entanto, o processo de urbanização do país repercutiu no estado, incluindo-o. Conforme afirma Oliven (2010, p. 65), a “incipiente penetração de relações capitalistas no campo” acarretou na “proletarização dos camponeses e agricultores”. Tal processo representa um dentre vários que o autor menciona.

Observa-se, nesse sentido, que as áreas rurais por si mesmas não absorveram o aumento populacional. Somado a esse crescimento, vê-se melhoramentos sanitários “trazidos” pela cidade que influem diretamente na diminuição da mortalidade infantil. Outrossim, a cidade também exerce atração sobre as populações rurais. Essa atração pode ser traduzida em melhores condições de vida e de trabalho. Tais informações são fomentadas “pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa”. (OLIVEN, 2010, p. 66)

Nesse caminho, Augé argumenta que a urbanização pode ser comparada “à passagem do nomadismo caçador ao sedentarismo”, mas apresenta uma tensão; seu fenômeno não corresponde a um novo sedentarismo, mas, antes, a “novas

---

<sup>16</sup> Ver RIBEIRO, Luiz C. M. *Excelsos Destinos: História da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968*. Vitória: Edufes, 2013.

formas de mobilidade”. Quanto à urbanização, duas expressões devem ser consideradas: uma, “crescimento dos grandes centros urbanos”, que representam a “metacidade”, ou seja, cidade que está em constante transformação e sempre se ampliando – essa cidade tende a tornar-se cada vez maior, o tecido urbano se estende para além dos limites municipais, e; outra, “o aparecimento de filamentos urbanos”, que denota o entorno das vias de circulação, de rios e costas marítimas, que “soldam” umas cidades nas outras (AUGÉ, 2010, p. 29-30), representa a conexão entre as cidades, que se dá, sobretudo, pelas vias de comunicação e pela mobilidade humana – essas cidades, dentro da concepção da urbanização, nunca são ilhas, sempre estão conectadas.

Considera, ainda, que o “urbanismo é, cada dia mais, concebido em função da necessidade de uma redefinição das relações entre interior e exterior. A ligação com outros lugares faz parte do novo urbanismo” (AUGÉ, 2010, p. 38). Essa urbanização recorrente na cidade, a transforma em “metacidade” (AUGÉ, 2010, p. 87). Ela,

por muito tempo, [...] foi uma esperança e um projeto, o lugar de um futuro possível para muitos e, ao mesmo tempo, um espaço em incessante construção [...] A cidade é então uma figura espacial do tempo onde se conjugam presente, passado e futuro. Ela é. Por sua vez, o objeto da experiência sideral, da lembrança e da expectativa. (AUGÉ, 2010, p. 88-89)

Desse modo, a urbanização representa uma assimilação de valores da “cidade” contrapondo ao rural. Tal fato necessita de dimensionamento histórico para não incorrer em comparações descontextualizadas. Por conseguinte, a ação que se segue é a de constante fluxo migratório sentido aos centros urbanos que, somados a outros fatores, aumentam abruptamente sua população em detrimento de uma constância e até decréscimo da população rural.

### **1.3 Os “Grandes projetos industriais”**

A implementação dos “grandes projetos industriais” inscreveu-se, na segunda fase do 2º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do estado, a partir da década de 1970, que, também, estava relacionada ao processo de urbanização. Esses projetos foram agrupados em cinco complexos: siderúrgico, naval, paraquímico, turístico e

portuário. Os dois últimos, do setor terciário, e os três primeiros, do setor secundário, tendo o paraquímico relações com o setor primário. Importante mencionar que o complexo naval não foi implantado no Estado. O Quadro 1 apresenta uma lista de grandes projetos divididos por complexos, relacionando os grupos empresariais envolvidos, a localização, o valor dos investimentos por fase, a escala de produção final esperada e a fase em que os projetos se encontravam no ano de 1975.

QUADRO 1  
Grandes Projetos Industriais

GRANDES PROJETOS	Grupos empresariais	Localização	INVESTIMENTO FIXO (em 10 milhões de US\$ de 1973)		Escala final de produção	Fase atual
			1.ª fase 1974/78	2.ª fase 1979/83		
<b>COMPLEXO SIDERÚRGICO</b>						
Usina de semiacabados	Companhia Siderúrgica de Tubarão	Grande Vitória	1 900,0	520,0	6.000.000 t/ano	início da obra março/75
Usina de acabados não planos	Cofavi + Associados estrangeiros	" "	720,0	510,0	2.600.000 t/ano	em estudo
Usina de acabados planos	Siderbras + Republic Steel	" "	110,0	-	1.500.000 t/ano	em negociação
Novas usinas de pelotização	Itabrasco - Inibras - Nipobras	" "	200,0	-	12.000.000 t/ano	em implantação
Usina de pelotização <sup>16</sup>	Samarco	Anchieta	70,0	-	5.000.000 t/ano	em implantação
<b>COMPLEXO PARAQUÍMICO</b>						
Fábrica de celulose	Aracruz Celulose S/A	Aracruz	227,0	153,0	800.000 t/ano	em implantação
Fábrica de celulose	Flonibra	S. Mateus	93,0	417,0	800.000 t/ano	em projeto
Usina de minerais fússeis	CBTN + Associados estrangeiros	Aracruz	80,0	-		em estudo
<b>COMPLEXO NAVAL</b>						
Estaleiro de reparos	Renave + Lisnave	Grande Vitória	250,0	-	navios até 400.000 TPB	em projeto de engenharia
Estaleiro de construção		" "	100,0	-	navios até 250.000 TPB	contatos preliminares
Estaleiro de desmonte	Nisibra	" "	0,6	-	navios até 80.000 TPB	em implantação
<b>COMPLEXO PORTUÁRIO</b>						
Porto de Vitória-Tubarão <sup>17</sup>	Administração do Porto de Vitória	Grande Vitória	143,0	179,5	navios até 270.000 TPB	(III)
Porto de Ubu	DNPVN + Samarco	Anchieta	30,0	-	navios até 300.000 TPB	em implantação
Porto de Barra de Riacho	DNPVN + Aracruz	Aracruz	15,0	-	navios até 60.000 TPB	em implantação
Porto de Uruçuquara	DNPVN + Flonibra	S. Mateus	-	50,0	navios até 100.000 TPB	em estudo
Porto Siderúrgico	DNPVN + Cia. Siderúrgica de Tubarão	Grande Vitória	120,0	-	navios até 100.000 TPB	em projeto
<b>COMPLEXO TURÍSTICO</b>						
Cidade do Sol	Emcatur	Guarapari	85,0	90,0		projeto final em estudo
Parque Juparanã		Linhares	-	-		

Fonte: Oliveira, 2008, p. 491.

O complexo siderúrgico concentrava as atividades da CVRD, da Companhia Siderúrgica de Tubarão e da Usina de Pelotização Samarco, com terminais portuários próprios que atendiam ao abastecimento de navios de grande porte e às necessidades de produção. Quanto à Vale do Rio Doce, a partir de 1970, e, na década de 1980, pode-se afirmar que diversificou seus investimentos, propiciando novas oportunidades na modernização do aparelhamento industrial do Estado. Vários produtos foram inseridos nesse processo: manganês, cobre, titânio, ouro, carvão, dentre outros. As parcerias internacionais com grupos estrangeiros eram consolidadas, principalmente com o Japão.

Ainda na década de 70, foi fundada a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), a partir da tentativa do governo em atrair para o Estado mais investimentos. A infraestrutura existente constituía em excelente atrativo, embora não definitivo. A malha ferroviária e viária propiciava fácil abastecimento de matérias primas para transformação, enquanto o Porto de Tubarão, já consolidado, serviria de plataforma para exportação. A associação se deu na relação política entre os interessados. O governo buscava investimentos e parceria na divisão da montagem da usina e da compra de parte da produção (VILLASCHI E FELIPE, 2011, p. 210). Assinado o vínculo estadual-federal<sup>17</sup> foi definida, em seguida, a parceria com a Kawasaki Steel e a Finsider, empresas japonesa e italiana, respectivamente, no ano 1973. O montante necessário para construção da empresa girou em torno de US\$ 2,79 bilhões, sendo que US\$ 2,1 bilhões, destes, foram oriundos de capital estrangeiro. Mesmo frente às adversidades, em 1984, a CST é concluída e inicia suas atividades.

Já a Samarco foi instituída, em 1973, tendo como acionista a Samitri<sup>18</sup> e a Marcona, posteriormente, incorporada a Utah, formando a Utah-Marcona Corporation, de capital norte-americano. Suas atividades se iniciaram, em 1977, extraíndo e concentrando minério de ferro do Complexo Alegria (Minas Gerais). Em 1978, a empresa já vende 2,67 milhões de toneladas de pelotas utilizando porto próprio, em

---

<sup>17</sup> No estado os Grandes Projetos de Impacto estavam alinhados com os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1974; 1975-1979). A prioridade dos investimentos nesses Planos Nacionais era na área siderúrgica e metalúrgica. Nesse sentido foi criada a Siderbrás, uma holding estatal que passou a administrar e controlar a produção siderúrgica estatal.

<sup>18</sup> Maior acionista da Samitri é a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Ver <http://www.samitri.com.br/port/index.htm> Acessado em 30 maio 2014.



Ubu. Na década de 1980, a BHP Billiton, empresa anglo-australiana e maior mineradora do mundo torna-se acionista em partes iguais juntamente com a Vale do Rio Doce. A maneira como a Samarco foi construída e inserida no mercado internacional proporcionou que ocupasse a segunda posição no mercado transoceânico de pelotas de minério de ferro.



FIGURA 5 – Construção da Samarco Mineração, em 1976.  
Fonte: Mascarenhas<sup>19</sup>, 2015.

Outra grande empresa, a Aracruz Celulose, fundada em 1968, teve a primeira unidade paraquímica começando a operar, em 1979<sup>20</sup>. Seu desenvolvimento se insere no contexto nacional e internacional. No país, a crise do petróleo apresentou seus efeitos. A ideia era substituir as importações e diversificar as exportações, atentando para o potencial dos recursos naturais existentes. A CVRD propôs estudos na área, apontando vantagens econômicas na comercialização de eucalipto. Segundo Pereira (1998, p.188), o estudo elaborado pela Vale menciona as condições “edafo-climáticas” ideais para o plantio do eucalipto. Somado a esse fator, tem-se a topografia do terreno, a localização quanto ao sistema viário e a proximidade do mar, com vista na construção de porto específico para exportação do produto.

<sup>19</sup> Disponível em: <<http://mascarenhas.com.br/historia/>>. Acesso em 22 fev. 2015.

<sup>20</sup> Importante observar que o complexo paraquímico da Aracruz celulose se estendeu não só na indústria de transformação, mas também na de plantio. As plantações de eucaliptos ocuparam grande parcela de terra usada na agricultura familiar. Esse processo ocasionou a migração de significativa parcela de trabalhadores rurais.

Nesse contexto, a Aracruz Celulose foi instituída com participação de capital nacional público e privado e investimentos estrangeiros. Sua construção possibilitou operar de maneira integral, extraindo o produto de suas florestas, transformando-o em suas indústrias e exportando em porto próprio<sup>21</sup>, especializado na exportação do produto. Convém lembrar que os investimentos no complexo portuário não visavam somente atender a demanda de exportação da indústria capixaba, mas proporcionar uma vinculação do Espírito Santo com sua hinterlândia.



FIGURA 6 – Início das obras no Portocel, Barra do Sahy em Aracruz, final década de 1970.  
Fonte: Estiva ES<sup>22</sup>, 2015.

A estrutura de portos tornou-se atrativo para escoamento da produção central propiciando o aparecimento do chamado “Corredor Centro-Leste<sup>23</sup>”. Esse corredor

<sup>21</sup> O Portocel foi inaugurado, em 1985, 51% da Aracruz e 49% da Cenibra, e é o único porto no país especializado no embarque de celulose e recepção de madeira. Possui capacidade atual de 4,5 milhões de toneladas de celulose por ano e 430 metros de cais acostável. O Portocel é um terminal privado que integra o Porto de Barra do Riacho, em Aracruz. Este é público e está sob a administração da Companhia de Docas do Espírito Santo (CODESA).

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10203267765686714&set=gm.1007279169301170&type=1>>. Acesso em 15 abr. 2015.

<sup>23</sup> “O consórcio do Corredor de Transportes Centro-leste é um sistema coordenado pelos governos dos Estados envolvidos, iniciativa privada, seis portos capixabas e integrado por uma malha de transporte rodoferroviário. O objetivo é o escoamento da produção das regiões de influência desse mecanismo, além da internalização dos produtos importantes. Uma rede de armazenagem convencional e de granéis agrícolas está integrada ao Centro-leste, principalmente, na região dos cerrados e na área portuária do Espírito Santo. A infraestrutura portuária e ferroviária existente no

de exportação congregava o escoamento da produção de cereais do estado de Goiás e da produção siderúrgica de Minas Gerais e Espírito Santo. O Porto de Capuaba representa o desenvolvimento desse corredor de exportação. Martins e Lemos<sup>24</sup> (2006, *apud* SIQUEIRA 2009), sobre o Corredor Centro-Leste, asseguram que a “visão moderna de corredor evoluiu de simples vias de transporte para uma abordagem holística que contempla as cadeias de suprimentos que ocupam os espaços econômicos pré-definidos”. Sendo assim, a estrutura para comportar os elementos desse corredor de exportação é complexa; reúne vias e meios de transportes aptos a suportar a demanda e movimentação dos serviços exigidos, mercados de trabalho e de capital, mão de obra, infraestrutura comercial, estruturas para armazenagem, regulação, distribuição e exportação, além de desenvolvimento técnico e tecnológico com integração econômica regional, nacional e internacional.

#### 1.4 Espírito santo e o desenvolvimento na atualidade

Na década de 1990, tem início o 3º Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo, com a consolidação e ampliação de suas atividades. Inserido em uma conjuntura global, o Espírito Santo, a exemplo do Brasil, iniciará um período de privatizações, seguindo as orientações do Consenso de Washington<sup>25</sup>. No Brasil, presenciou-se o Programa Nacional de Desestatização, no início da década de 1990; desde então, a dinâmica econômica do país e do estado viu-se sob a perspectiva de privatizações.

Bittencourt (1987; 2006) argumenta que, ao longo da década de 1980, e início da

---

Espírito Santo, ideal para transporte de alto volume de cargas, torna o Estado e Vitória, pela localização privilegiada, importantes suportes para o Corredor. Hoje o Corredor escoar cargas variadas que não se limitam ao minério e a produtos agrícolas, mas, especialmente, põe em contato comercial o centro-oeste brasileiro e várias regiões do mundo através dos portos do Espírito Santo.” Disponível em:< <http://www.sefaz.es.gov.br/painel/tran09.htm>>. Acesso em 30 maio 2014.

<sup>24</sup> MARTINS, Ricardo S.; LEMOS, Mauro B. *Corredor centro-leste: sistemas de transporte de Minas Gerais na perspectiva dos eixos de desenvolvimento e integração*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 2006.

<sup>25</sup> O Consenso de Washington realizado, no final da década de 1980, tinha por escopo intensificar o desenvolvimento sem prejudicar a distribuição de renda. Eram três as premissas básicas: abertura econômica e comercial, sob a égide do neoliberalismo; ampliação da econômica de mercado, e; controle fiscal macroeconômico. A privatização vem como garantia do predomínio da iniciativa privada em todos os setores econômicos.

década de 1990, o país apresentava constante instabilidade. Foram vários programas de estabilização, de políticas salariais, alterações na política cambial, mudanças nas regras de controle de preço, renegociações da dívida externa, determinações presidenciais para corte da dívida pública, vários índices de inflação e alguns congelamentos de preços. Ainda, observa-se a perda da competitividade da economia brasileira no mundo. Após sucessivas falhas do governo, nesse período, uma nova política foi assumida: o retorno de uma mínima participação do Estado na economia, conformando a um (neo) liberalismo. “Isto é, o Estado mínimo, permanecendo apenas de forma complementar nas funções produtora e da circulação de produtos” (BITTENCOURT, 2006, p. 446-447). Dessa maneira, o quadro em que a nação se encontrava, no início dos anos 1990, era de uma das maiores concentrações de renda do mundo. A “era de privatizações” pretendia corrigir de maneira diversa às tentativas anteriores por parte do governo (BITTENCOURT, 2006, p. 447).

Dentro dessa ótica, podem-se perceber os efeitos colaterais da onda de industrialização e urbanização. A concentração de renda gerou desigualdades tamanhas, marginalizando, conseqüentemente, grande parte da população residente na Grande Vitória. Dessa forma, estavam perto geograficamente, no entanto, segregados espacialmente<sup>26</sup>; estavam próximos da industrialização, porém, distantes de qualquer benefício de “bem-estar social”. No Espírito Santo observou-se a onda de privatizações. Talvez, a mais sentida tenha sido a da Vale do Rio Doce, que em idos dos anos 1990, possuía uma configuração integrada com várias atividades como:

extração e processamento de minério de ferro nas minas de Itabira, Brucutu, Caraça, Timbopeba e Capanema, localizadas em Minas Gerais; Estrada de Ferro Vitória–Minas (EFVM), com 918 km de extensão, ligando Belo Horizonte e as minas de Itabira e Timbopeba ao Terminal Marítimo de Tubarão, situado na cidade de Vitória, no Espírito Santo; (...) o complexo portuário de Tubarão, construído nos anos 60, e ampliado nos anos 80, constituído por um conjunto operacional capaz de receber navios de até 300 mil DWT e carregá-los à razão de 30 mil t/h; e embarque de produtos siderúrgicos e descarga de carvão mineral. Além desse sistema, contava

---

<sup>26</sup> MATTOS, 2013, p. 53-60. Ainda, Caldeira menciona dentre diferentes tipos de segregação social o seguinte: a forma-urbana “centro-periferia”, característica entre os anos 40 e 80. Esse modelo proposto apresenta a separação dos grupos sociais por certa distância – a espacial, entre o centro e sua periferia. Nesta os pobres vivem em condições precárias e naquela os integrantes das classes média e alta usufruem da boa infra-estrutura (2010, p. 211).

também com o cais de Atalaia, construído na década de 40, e o de Paul, construído no final dos anos 50, todos no Espírito Santo.

No setor industrial, contava ainda com seis usinas de pelotização, sendo duas próprias e quatro em associação com sócios estrangeiros — italianos, japoneses e espanhóis. São elas: Itabrasco, Nibrasco e Hispanobrás, localizadas próximo ao Terminal de Tubarão, com capacidade instalada para produção de 19 milhões de toneladas de pelotas/ano. Na esteira desses investimentos, outros foram atraídos para os estados do Sistema Sul (MG e ES), entre eles a Celulose Nipo-Brasileira S.A. (CENIBRA), a Companhia Siderúrgica do Tubarão (CST), a Samarco Mineração S.A. e a Aracruz Celulose S.A., e a expansão do complexo portuário do Espírito Santo, com a construção dos portos de Barra do Riacho (Aracruz-ES) e de Ubu (Anchieta-ES). O primeiro para atender ao complexo pára-químico da Aracruz Celulose e o segundo para atender às usinas de pelotização da Samarco. Todos esses empreendimentos foram negociados durante os anos 70 e implantados entre 1970 e 1985. (ZORZAL e SILVA, 2009, p. 10).

Nesse período, deve-se destacar a inserção do Estado na produção de petróleo e gás natural. Embora quase encerrada tal produção, na primeira metade da década de 1990, o tempo que se seguiu com a quebra de exclusividade da Petrobras em operar o monopólio da União, junto com a criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 1998, inseriu o Espírito Santo no rol de estados produtores. Veja os gráficos a seguir:

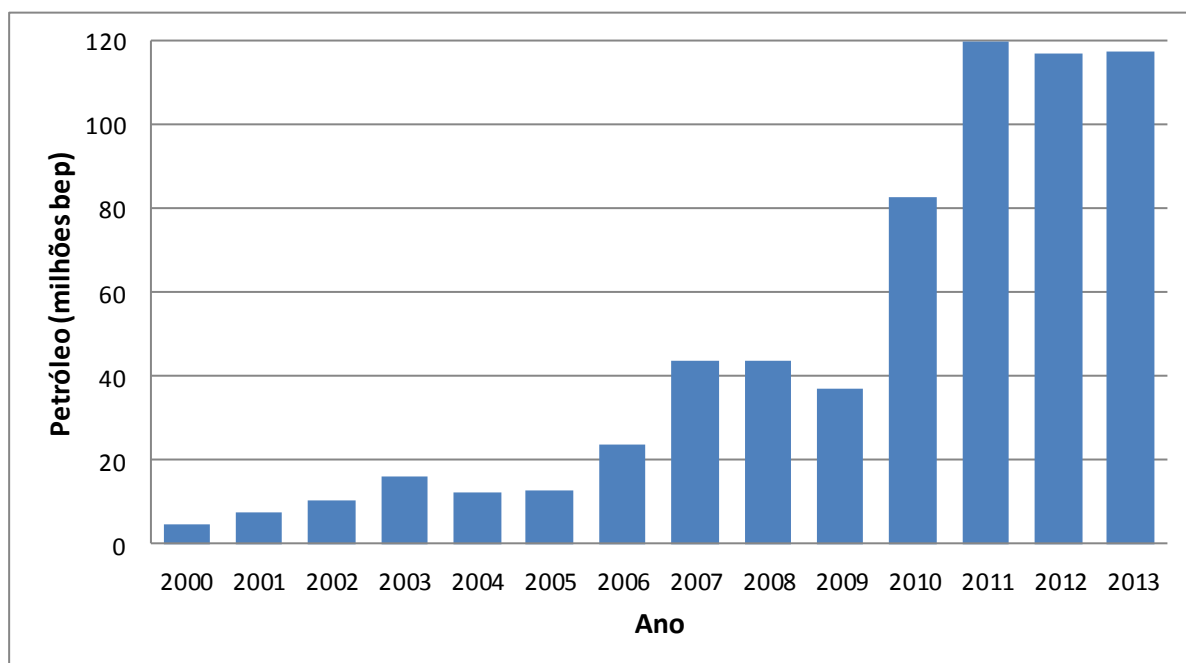


GRÁFICO 1 – Produção de Petróleo total no Espírito Santo em milhões de barris (bep<sup>27</sup>), entre 2000 e 2013.

Fonte: ANP, 2014.

<sup>27</sup>Barril equivalente de petróleo.

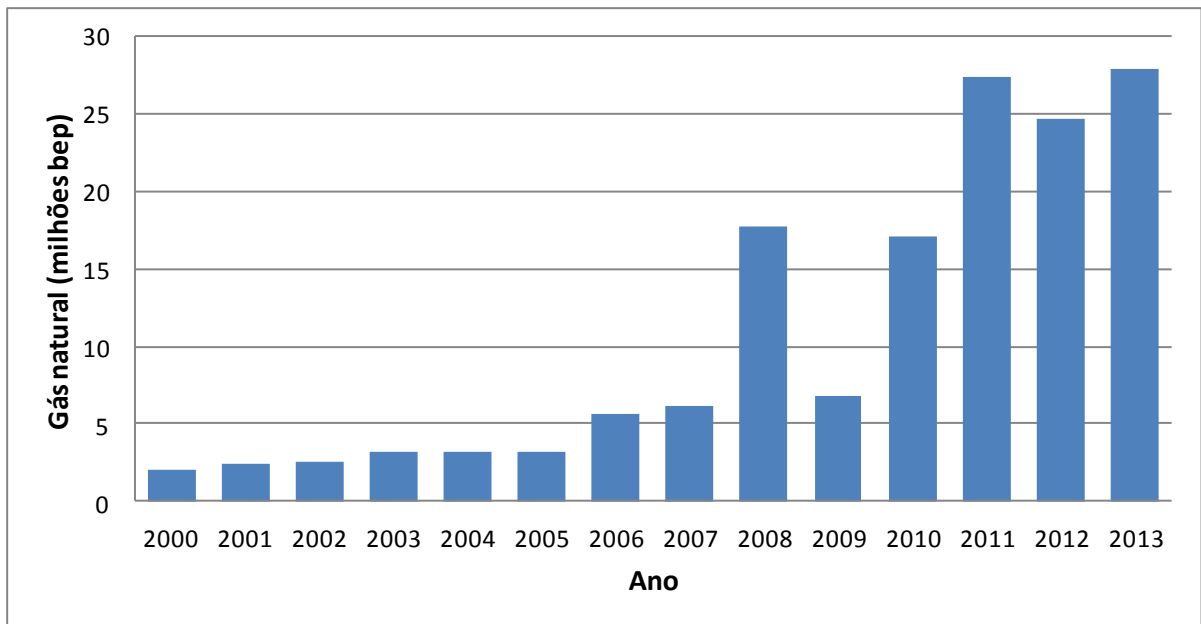


GRÁFICO 2 – Produção de Gás natural no Espírito Santo em milhões de barris (bep), entre 2000 e 2013.

Fonte: ANP, 2014.

Convém dizer que, o estado do Espírito Santo, situa-se, atualmente, como 2º maior produtor de petróleo e gás natural do país. Sua produção, no ano de 2013, chegou a mais de 117 milhões de barris de petróleo total, e quase 28 milhões de barris de gás natural. O crescimento da produção de petróleo e gás natural do Espírito Santo, entre 2000 e 2010, consolidou sua participação na produção nacional, conforme gráfico 3:

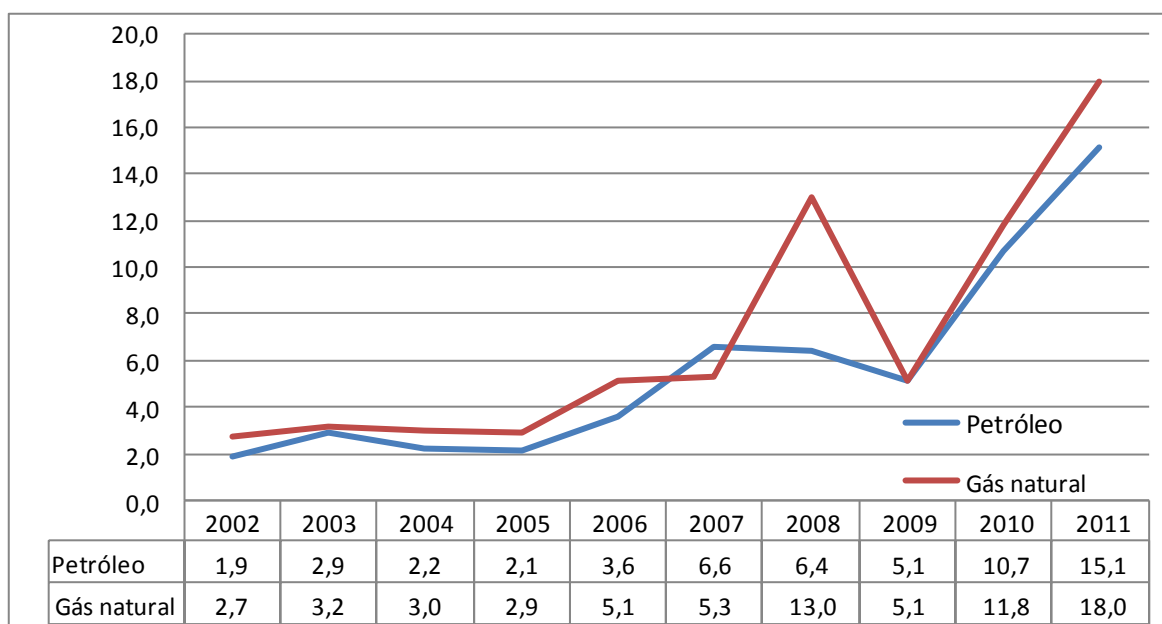


GRÁFICO 3 – Participação do Espírito Santo na produção nacional de petróleo e gás natural, em %.

Fonte: ANP, 2014.

Cabe mencionar, também, que, em 2003, na sequência desse processo de crescimento destacado, é constituída, no Espírito Santo, a Organização Não-Governamental “Movimento empresarial do Espírito Santo”. Tal ONG partiu da premissa de trabalhar o crescimento econômico e desenvolvimento sustentável do estado capixaba. Conhecida como “Espírito Santo em Ação”, procurou integrar parcela do empresariado capixaba<sup>28</sup> em torno de interesses comuns, participando estrategicamente com planos de desenvolvimento.

Ressalta-se, nesse movimento, o “Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025<sup>29</sup>”, que se alinhou ao Plano Estratégico do governo do estado Espírito Santo 2025. Foram 11 volumes<sup>30</sup> que detalharam o plano de desenvolvimento. Destes, merece destaque o que trata dos projetos estruturantes para o Espírito Santo. Foram operacionalizados 93 projetos divididos em diversas frentes de atuação<sup>31</sup>. Dentre estes, aponta-se os vários planejamentos voltados para desenvolvimento de outros setores da economia, com destaque para a ampliação da produção, distribuição e transporte de gás natural e petróleo; desenvolvimento e adequação dos portos Ubu, Vitória e Barra do Riacho; ampliação e adequação dos diversos eixos<sup>32</sup> para comunicação do Espírito Santo com outros estados e, maior integração econômica, incluindo o “Corredor Centro-Leste”; desenvolvimento, implantação, ampliação nos setores siderúrgicos, paraquímicos, energia e tecnologia.

---

<sup>28</sup> Essa parcela obviamente representa os principais empresários, traduzindo-se, portanto, em uma elite da economia.

<sup>29</sup> O Plano foi dirigido pelo Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Economia e Planejamento. O Espírito Santo em ação participou como parceiro juntamente com a Petrobrás. A Macroplan colaborou com o apoio técnico e metodológico.

<sup>30</sup> 1-Síntese do Plano; 2-Pesquisa Qualitativa; 3-Condicionantes do Futuro; 4-Análise comparativa internacional e com outras unidades da federação; 5-Cenários exploratórios para o Espírito Santo no horizonte 2006-2025; 6-Aaliação estratégica e subsídios para a visão de futuro; 7-Visão de futuro; 8-Carteira de projetos estruturantes; 9-Agenda de implementação, Governança e Plano de comunicação; 10-Nota técnica: Agregação de valor e diversificação econômica do Espírito Santo; 11-Nota técnica: Desenvolvimento da logística e dos transportes no Espírito Santo; 12-Memória de cálculo dos custos dos projetos.

<sup>31</sup> Quatro alianças estratégicas reunidas e onze grupos: Desenvolvimento do capital humano; Erradicação da pobreza e das desigualdades; Capital social e qualidade das instituições capixabas; Agregação de valor à produção, adensamento das cadeias produtivas e diversificação econômica; Desenvolvimento da logística; Desenvolvimento da rede de cidades; Interiorização do desenvolvimento; Fortalecimento da identidade e melhoria da imagem capixaba; Inserção estratégica regional; Redução da Violência e da Criminalidade; Recuperação e conservação dos recursos naturais.

<sup>32</sup> Malha Viária consistindo na ampliação e adequação das várias rodovias e ferrovias que conectam os diversos municípios do estado do Espírito Santo aos outros estados do país, com foco na interação porto-hinterlandia, objetivando escoar os produtos pelos portos capixabas.

Em seguida, tem-se uma ilustração do Corredor Centro-Leste que expressa elementos de uma infraestrutura de conexão entre os estados de Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, principalmente. Cabe ressaltar que esses estados interioranos viram nesse corredor oportunidade de escoamento de sua produção econômica, sendo que o Espírito Santo tem em seus portos uma “peça-chave” em toda essa composição.

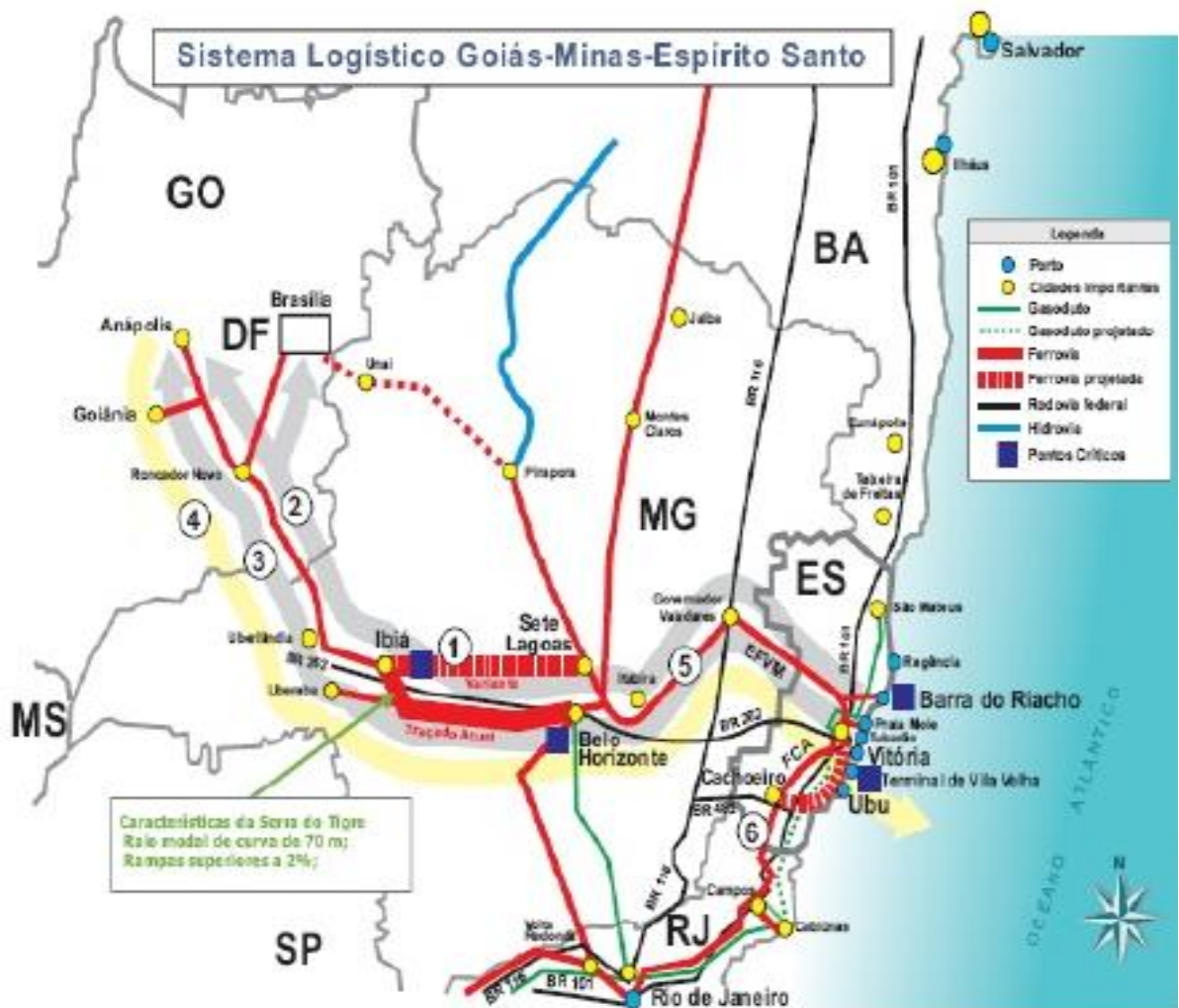


FIGURA 7 – Corredor Centro-Leste  
Fonte: IJSN, 2006

O crescimento da economia capixaba superou a média nacional, isso, não somente nos últimos anos. Verifica-se tal crescimento ao longo das últimas décadas. A tabela 2 apresenta o crescimento do produto interno bruto capixaba e nacional por décadas, de 1960 a 2010:



TABELA 2

Crescimento do PIB do Espírito Santo e do Brasil nas décadas de 1960-2010, em porcentagem.

	<b>60-70</b>	<b>70-80</b>	<b>80-90</b>	<b>90-00</b>	<b>00-10</b>
<b>Espírito Santo</b>	8,1	11,5	2,9	3,9	5,4
<b>Brasil</b>	7,7	1,3	2,0	2,4	4,1

Fonte: Caçador; Grassi, 2013; IPEA, 2014.

Na tabela 2, vê-se que o PIB do Espírito Santo apresenta índices superiores aos nacionais, com destaque para o decênio 70/80, em que o PIB capixaba superou o nacional em quase nove vezes. Deve-se destacar que, o período 70/80, se inscreve num momento de desenvolvimento industrial com rápido crescimento, também, do setor de comércio. É possível, ainda, verificar uma estagnação, no final dos anos de 1980, seguido de um crescimento contínuo, até 2010, sempre superando a média nacional. Dentro dessa composição, merece destaque a participação do setor industrial e de comércio, conforme tabela 3:

TABELA 3

Composição percentual do PIB capixaba por setor - 1953-2010

	<b>AGRICULTURA</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>COMERCIO E SERVIÇO</b>
<b>1953</b>	54,7	7,3	38,0
<b>1970</b>	23,1	17,3	59,6
<b>1980</b>	11,0	34,5	54,5
<b>1998</b>	8,8	35,1	56,1
<b>2010</b>	6,3	36	57,7

Fonte: Caçador; Grassi, 2013; IJSN, 2012.

Nessa perspectiva de desenvolvimento industrial e comercial, pode-se observar que, mais recentemente, no Espírito Santo, esse progresso ainda se mantém com maior intensidade na região metropolitana do estado. A figura 8 ilustra o número de projetos distribuídos por municípios, na RMGV, de 2008 a 2013:

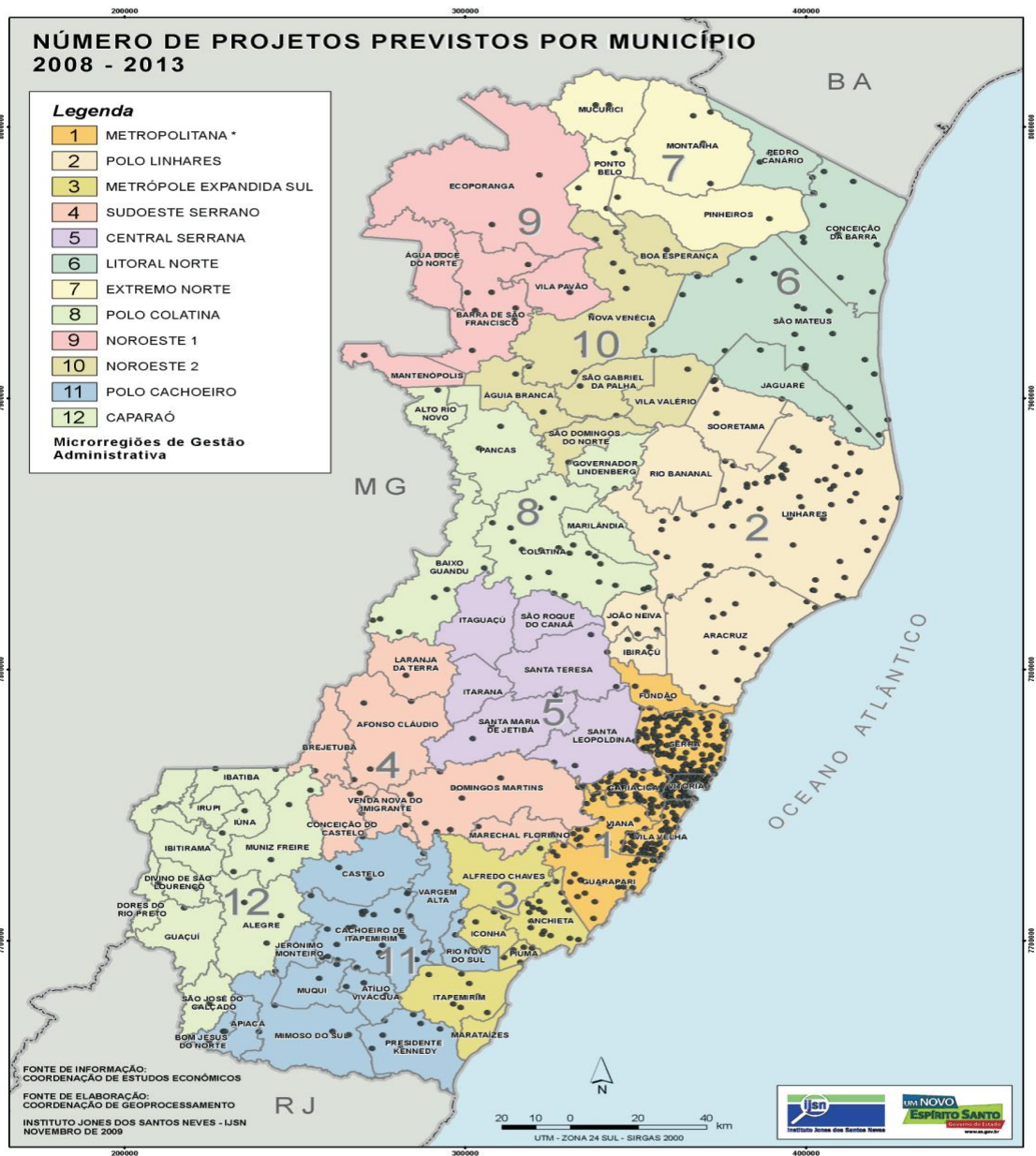


FIGURA 8 – Investimentos Previstos por Município - Espírito Santo: 2008-2013.  
Fonte: IJSN, 2010.

Em suma, ainda que seja relevante o avanço econômico do estado, no período de 1970-2010, verificam-se, também, mazelas que seguem pelo não acompanhamento de políticas públicas voltadas ao social. O surgimento de diversas áreas periféricas, na depois consolidada, Região Metropolitana da Grande Vitória<sup>33</sup>, demonstrou a incapacidade de absorção de mão de obra de muitas pessoas que para o centro se

<sup>33</sup> A RMGV foi instituída por meio da Lei complementar nº 204, de 21 de Junho de 2001. Até então a Grande Vitória agregava apenas os municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, capital do Espírito Santo (Estado). ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Lei complementar 204 de 21 de junho de 2001. Institui a Região Metropolitana da Grande Vitória. Disponível em: <[http://www.al.es.gov.br/antigo\\_portal\\_ales/images/leis/html/LC204.html](http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC204.html)>. Acesso em: 22 mar. 2014.

deslocavam. Seja decorrente da erradicação dos cafezais, da não absorção de mão de obra no campo ou mesmo por fatores intervenientes diversos, muitos que para a “capital” se dirigiram não encontraram espaço, gerando grande massa de marginalizados espacialmente e, sobretudo, economicamente, uma vez que, os que foram incluídos, o foram de maneira informal na economia, principalmente, no 3º setor.

O quadro do Espírito Santo, no final dos anos 1960, e, ao longo dos 1970, assim se apresenta: por um lado constante aperfeiçoamento de seu aparato industrial, portuário e de infraestrutura - com subsídios para outros investimentos de plantas industriais, apresentando forte chegada de capital externo, principalmente, na Grande Vitória; por outro lado, verificam-se os efeitos da crise do preço do café e a consequente política de Erradicação dos cafezais, que proporcionou expressiva liquidez financeira para os indenizados e grande saldo de mão de obra dos desempregados.

Embora com significativo crescimento urbano-industrial, não se pode dizer o mesmo sobre as demandas sociais da população, no estado, especialmente, na Região Metropolitana da Grande Vitória. Para abarcar o crescimento populacional, várias zonas periféricas foram formadas, dando novas características à RMGV. Dentro do contexto das mudanças e de crescimento apontados, as mazelas se tornaram mais ostensivas, como a desigualdade socioeconômica, a criminalidade e a segregação sócio-espacial.

Esse processo de mudanças pode ser observado, conforme supramencionado, a partir de 1960, havendo sua consolidação, ao longo das décadas que se seguiram. Concomitantemente o estado estar inserido nos processos econômicos, com grande soma de investimentos, seus partícipes se mostravam pouco numerosos. Grande parte da população da Região Metropolitana se desenvolveu às margens desse progresso. Observa-se que havia um constante crescimento populacional e poucas políticas públicas voltadas ao social eram realizadas. O quadro (de desigualdade e segregação socioespacial) se estagnou e apresenta dentro de um mesmo cenário duas realidades distintas.

O processo de crescimento urbano-industrial apresenta-se como contraditório: a expansão e modernização, a partir dos “grandes projetos industriais”, que na perspectiva dos sucessivos governos exibe-se como sucesso (SIQUEIRA, 2009, p. 16), trazem, também, as consequências dessa expansão acelerada, ou seja, uma cidade remodelada pela expansão, que cresce para além dos limites periféricos, que agrega a classe trabalhadora e a pobreza.

Assim, levando-se em conta a conjunção dos fatores envolvidos na industrialização e urbanização, para esses participantes do processo, a dinâmica desequilibrada provocada pelo crescimento desordenado torna o acesso aos meios e serviços determinantes para uma vida satisfatória, difíceis ou inacessíveis, em função da crescente segregação. Consequentemente, considerável parcela de uma classe mais pobre é composta por migrantes, que se deslocam devido a diversos fatores, abordados no capítulo seguinte.

## **2 MIGRAÇÃO: Dinâmica**

O presente capítulo trata sobre a dinâmica migratória. Busca, também, fazer algumas considerações sobre o tema, tendo em vista que, nas últimas décadas, este tem ganhado espaço, principalmente, dentro das discussões das Ciências Humanas. Trata, em linhas gerais, da migração como uma dinâmica global, inerente à condição humana, segundo Castles (2010, p. 14), sendo que dela deve-se depreender as questões migratórias locais. Dessas questões migratórias locais, apresenta dados referentes ao processo migratório, a partir de 1960, no Brasil e no Espírito Santo, ressaltando a Grande Vitória, tendo o município da Serra como objeto de estudo, argumentando que tal processo se inscreve em uma similaridade maior, mais ampla, global. Considera, portanto, que a dinâmica migratória não se enquadra de maneira simples em uma teoria geral que a explica, mas pondera diversas conjunturas – política, econômica e social, etc. – inscrevendo o processo em um contexto histórico-social específico que nos sugere reflexão e algumas respostas.

O estudo da dinâmica migratória tem sido ampliado, nos últimos anos. Portanto, afirma-se que as teorias clássicas têm passado por um processo de revisão, decorrente de uma perspectiva pontual em seu tempo, principalmente, relacionada à era industrial, focando nas relações. Antes, essas teorias limitavam o estudo do processo migratório em um único saber, reduzindo-o a causalidades e efeitos. Então, surge a necessidade de adequação e de outra perspectiva para um novo olhar acerca do tema, o que o tem aproximado à diversas disciplinas. Embora o estudo migratório esteja ganhando “corpo”, sua interdisciplinaridade tem sido mais aditiva que integrativa, como afirma Castles (2010, p. 19). Isso, porque os estudiosos da Migração têm exportado as interpretações de suas áreas do saber sem se preocuparem com uma síntese. Também, soma-se a esse fator, a fragmentação existente dentro de cada área do saber, que favorece a desagregação da síntese acerca dos estudos migratórios.

Cabe ressaltar que muitos dos estudos relacionados aos processos migratórios são marginalizados, dentro de uma hierarquia acadêmica e, sendo marginalizados, só ocorrem com respaldo de investimentos – que, por vezes, assumem um viés político.

Assumindo esse viés político, os estudos podem a perder a imparcialidade que deveriam possuir. Acabam por sugerir ou embasar discursos políticos de promoção e manutenção de poder. Dessa maneira, seus resultados tendem, por vezes, assumir uma parcialidade política, fruto de um culturalismo estruturado pelo Estado-nação, que apresenta “soluções momentâneas e simplórias para enfrentar questões sociais complexas e de longo prazo” (CASTLES, 2010, p. 21). Logo, tais estudos, geralmente, partem do ponto de vista dos países de chegada dos migrantes, ignorando muitas variáveis dos países de origem e de trânsito.

O olhar deste estudo baseia-se na afirmação de que a migração é parte de um todo: dos processos de transformação, das estruturas e de instituições, oriundas das “grandes mudanças nas relações sociais, econômicas e políticas globais” (CASTLES, 2010, p. 13). A negligência de diversas variáveis proporciona interpretações equivocadas, reducionistas, ainda que na tentativa de formular teorias gerais. Um problema relacionado a essas interpretações é a maneira de enxergar a dinâmica migratória: como algo desprendido de outras relações sociais, não considerando os processos de mudanças, vistos como paralelos, não inseridos. Ou seja, que não alteram significativamente as estruturas e instituições sociais envolvidas no processo migratório.

A figura 4 é um panfleto incentivando a imigração italiana para o Brasil, no final do século XIX. Pode-se afirmar que esse estímulo perpassa um conjunto de fatores políticos, sociais, econômicos, e não devem, de maneira nenhuma, ser analisados fora desse contexto. São diversas transformações que ocorrem globalmente e repercutem localmente.



FIGURA 9 – Panfleto<sup>34</sup> com propaganda de incentivo à imigração para o Brasil.  
 Fonte: [http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/005/00502001.asp?ttCD\\_CHAVE=32588](http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=32588)

Ainda, não se pretende tratar das teorias migratórias tradicionais, mas apenas mencioná-las, no sentido de apresentar a complexidade do processo migratório. Teorias que se baseiam em campo específico, como por exemplo, a da abordagem neoclássica – focando na escolha racional do migrante, baseada unicamente na relação custo-benefício entre permanecer em seu local de origem ou migrar; ou a marxista – que ignora o universo individual, tratando o migrante como um passivo em sua relação social, desprovido de protagonismo: são teorias que desprezam as diversas variáveis dentro dos estudos migratórios. Na fala de Collinson (2009, p. 5-6),

<sup>34</sup> “Na América. Terras no Brasil para os italianos. Navios partindo toda a semana do porto de Gênova. Venham construir seus sonhos com a família. Um país de oportunidades. Clima tropical e abundância. Riquezas minerais. No Brasil vocês podem ter o seu castelo. O governo dá terras e ferramentas para todos”.

as interconexões entre diferentes fluxos migratórios; a importância da *agency* [protagonismo], autonomia, percepções, fatores culturais e históricos e limitações institucionais; a complexidade multinivelada e a natureza transnacional das migrações; e a importância dos grupos sociais e dos relacionamentos – incluindo as redes migratórias – que atravessam os locais ‘de envio’, ‘de acolhida’ e ‘de trânsito’, para condicionar as dinâmicas das migrações e as experiências migratórias, e uma série de atores dentro destes. (**grifo nosso**)

A diversidade de possibilidades que interam a complexidade dos estudos migratórios culminam na necessidade de estudar o processo dentro das diversas relações políticas, econômicas, geográficas, sociais e culturais, admitindo específica conjuntura histórico-social para sua interpretação e análise. Assim sendo, a interdisciplinaridade se faz indispensável, à medida em que a admissão de uma teoria geral ocasiona um *contradicto in adjecto* por abarcar a complexidade em um campo do saber somente.

Destarte, seguindo com Castles, Robert Merton expõe as teorias de médio alcance, sendo “teorias especiais aplicáveis a limitados conjuntos de dados – por exemplo, teorias de dinâmicas de classe, de pressões de grupos conflitantes, de circulação de poder e exercício de influência interpessoal” (MERTON, 1958, p. 9). As teorias de médio alcance sugerem pressupostos para o processo migratório inserido em um contexto específico, e não ampliam a interpretação para estabelecimento de regras gerais, não pretendem ser a última palavra, pelo contrário; propõem reflexão e apresentam a necessidade constante de uma revisão de seus marcos teórico-conceituais.

Massey pontua quatro elementos básicos de uma teoria integrada para interpretação das migrações internacionais, sendo

um tratamento das forças estruturais que promovem a emigração de países em desenvolvimento; uma caracterização das forças estruturais que atraem imigrantes para países desenvolvidos; uma consideração das motivações, metas e aspirações das pessoas que respondem a essas forças estruturais se tornando migrantes internacionais; e um tratamento das estruturas sociais e econômicas que surgem a fim de conectar áreas de emigração e imigração (1998, p. 281).

Ainda que Massey alerte quanto à interpretação dos processos migratórios admitindo apenas um ou outro “elemento básico”; e Castles mencione a dificuldade



de uma “teoria integrada” devido ao “risco de se fazer escolhas arbitrárias” pela junção de várias abordagens teóricas – em que se escolhe o que se aplica e se deixa de lado o que não se serve; admitiremos tais elementos em uma perspectiva específica, contextual, como forma de agregar à interpretação de Brito (2002; 2006), na apresentação de um padrão migratório, no Brasil, na segunda metade do século XX.

Admitindo a inscrição da dinâmica migratória dentro dos processos das relações sociais verifica-se sua constante transformação decorrente das alterações dessas relações sociais. A “grande transformação<sup>35</sup>” – do século XIX, XX, e pós Guerra Fria – apresentou uma mudança radical na sociedade contemporânea. Essa alteração não se limitou a uma esfera de poder, apenas, mas a uma relação dos diversos campos (econômico, político, social e cultural) que em sua conjuntura delinearam os processos migratórios. Torna-se necessário ressaltar a interação desses diversos campos para evitar o equívoco de se “desarraigar” um dos outros, a exemplo da interpretação econômica, que trata os processos políticos e sociais como externos e, a migração, como um efeito deles, uma consequência, atrelada às escolhas racionais vinculadas ao campo econômico; “é ignorado, assim, o elo essencial com as enormes mudanças nas relações sociais e políticas globais, e com os processos de transformação social resultantes” (CASTLES, 2010, p. 32).

É nessa “grande transformação” que Karl Polanyi (2000) se fundamenta e apresenta considerações importantes. Sob a perspectiva dele, a vinculação de diversos fatores, dentre os quais, políticos, econômicos, sociais e culturais produziram consequências tais que não podem ser verificadas de maneira independentes. Considerando as alterações econômicas em conjunto com transformações no mercado internacional e de trabalho, Polanyi verifica algumas rupturas, dentre elas, uma tradicional cultura de campo. As flutuações salariais tanto do campo quanto da cidade criavam insatisfação e desemprego.

Embora deva ser considerado elemento constituinte do processo de migrar, o mercado de trabalho não é o único, e dessa maneira, o autor observou o

---

<sup>35</sup> Originalmente usado por Polanyi na obra “A grande transformação” e empregado por Castles.

“enchimento” populacional da cidade, ao mesmo tempo em que ocorreu no campo. Segundo ele, “a migração se faz acompanhar, geralmente, por uma remigração acentuada. Assim, parece que esse refluxo para a aldeia realmente ocorreu, o que encontra comprovação, também, no fato de não ter se verificado uma diminuição absoluta na população rural” (2000, p. 115).

As alterações demográficas decorrentes das migrações não foram sentidas na Inglaterra, do século XIX, como nas demais regiões da Europa central. Polanyi assegura que determinadas políticas, como a *Speenhamland Law* e *Poor Law*<sup>36</sup> agiram em concomitância com outros elementos. Na associação de diversos fatores, o autor verificou que a industrialização em si não produziu grandes impactos no que se refere ao “esvaziamento do campo e enchimento das cidades”; porém, associada a fatores políticos, como as leis supramencionadas, sociais e culturais, fez “como se grande parte da população estivesse em suspensão”.

Essa “grande transformação” não inaugura novos movimentos migratórios, mas sim, os potencializa. Ela equipa os fluxos migratórios com maior contingência de fatores, diversificando ainda mais os complexos movimentos de mobilidade humana.

## 2.1 Processos migratórios no Brasil

O processo migratório, no Brasil<sup>37</sup>, ao longo da segunda metade do século XX, reorganizou a população dentro do território nacional, conforme aponta Baeninger

---

<sup>36</sup> A *Speenhamland Law* tinha *status* de Lei, embora não promulgada, e vigorou como tal na maior parte do campo e em alguns distritos manufatureiros. “Numa época de grande perturbação, decidiram conceder abonos, em aditamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim, ficaria assegurada ao pobre uma renda mínima independente dos seus proventos. A famosa recomendação dos magistrados dizia: Quando o preço do quilo de pão de uma determinada qualidade custar um *shilling*, qualquer pessoa pobre e diligente terá três *shillings* por semana para seu sustento, quer ganhos por ela própria ou pelo trabalho de sua família, quer como um abono proveniente do imposto dos pobres, e um *shilling* e seis *pence* para o sustento de sua mulher e qualquer outro membro da sua família. Quando o quilo de pão custar 1/6, quatro *shillings* por semana mais 1/10. A cada *pence* acima de um *shilling* no aumento do preço do pão corresponderão três *pences* para ele e um *pence* para os demais” (POLANYI, 2000, p. 100). Foi abolida em 1834. Já a *Poor Law* teve origem na idade média e consistia em um sistema de ajuda social aos pobres. Havia uma tabela salarial familiar padrão e caso o trabalhador não recebesse o “piso”, recebia a assistência.

<sup>37</sup> Consideraremos apenas os arranjos migratórios internos. Os índices migratórios de estrangeiros são pequenos e não constituem foco do presente estudo.

(2008). Esse processo esteve diretamente ligado às transformações socioeconômicas, políticas e culturais do país, constituindo um processo social, distante de ser considerado um “evento aleatório”. As trajetórias migratórias que se desenharam, ao longo, da segunda metade do século XX, evidenciaram fortes desequilíbrios regionais e sociais, decorrentes do desenvolvimento econômico e político. Elas não só evidenciaram desigualdades, mas também compuseram “parte fundamental do processo de integração social e cultural do território, costurando o amplo espectro de sociedades e de culturas regionais em nação única” (BRITO, 2002, p. 5). Considerando, portanto, que as migrações constituem um processo social, admite-se que possuam regularidade, sendo possível sua observação através dos fluxos migratórios em seus diversos aspectos. Pela continuidade e transformações decorrentes desses fluxos, eles se transformam em trajetórias dentro de um contexto específico, variando de acordo com a necessidade e conjuntura que ao processo se soma.

No contexto nacional, os anos de 1940-50, apresentam o estado de Minas Gerais e, principalmente, o Nordeste, como os grandes reservatórios de força de trabalho, e de onde partem 65% e 70% de todos os emigrantes, desse período, respectivamente. Fatores conjunturais tiveram grande importância nesse processo, a exemplo das secas constantes e melhorias do sistema de transporte. Mas, também, certas trajetórias migratórias assumem hegemonia, tornando-se dominantes, como o caso dos fluxos de estados do Nordeste Central – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas – e Meridional<sup>38</sup> – Sergipe e Bahia – e Minas Gerais, no sentido São Paulo/Rio de Janeiro. Essas trajetórias, nesse contexto específico, trazem à discussão a importância de São Paulo e Rio de Janeiro dentro da economia nacional, que somavam juntos 56% do Produto Interno Bruto, no ano de 1949 (BRITO, 2002, p. 8).

Outrossim, considera-se a importância das redes familiares e de amigos no processo. Segundo Massey (1988, p. 396), essas redes podem ser aclaradas como complexos “laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e

---

<sup>38</sup> As nomenclaturas Nordeste Meridional, Central e Setentrional foram extraídas de Brito, 2002.

conterraneidade”. Nessa linha, Kelly sopesa algumas funções dessa estrutura em rede, esclarecendo que são conjunto de

indivíduos que mantêm contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos. Além disso, são formações complexas que canalizam, filtram e interpretam informações, articulando significados, alocando recursos e controlando comportamentos (KELLY, 1995, p. 219).

As redes constituem mecanismos pelos quais os futuros migrantes identificam novas oportunidades, quais sejam: de trabalho, de ascensão social, de proximidade com a família, de mudança de vida... Nessas redes, eles recebem informações e apoio para a sua trajetória. Por meio dessa relação, os migrantes anteriores subsidiam os futuros com locais de abrigo e empregos. (MacDonald; MacDonald, 1964).

Os percursos oriundos do Nordeste e de Minas sentido Sudeste, embora dominantes, não eram as únicas trajetórias migratórias, existiam as secundárias que, geralmente, consistiam uma etapa da trajetória dominante e se davam nos estados fronteiriços. Ainda, considera-se que a existência dessas trajetórias não define um padrão migratório; é necessária uma análise dentro do contexto histórico-social específico para entendimento das estruturas que a compõem e de como os diferentes processos interagem entre si e alteram a sociedade de origem e de destino, economia, política e cultura (BRITO, 2002; 2006).

Já na década de 1960, pontua-se uma peculiaridade: o sistema de governo, no Brasil, por meio da ditadura civil-militar. A centralização política e o desdobramento das políticas de governo impactaram os processos migratórios internos. Ressalta-se que não se deve tratar este como efeito daquele, mas, por vezes, os arranjos políticos influenciam significativamente no sentido de alterar ou continuar certas trajetórias migratórias. Nessa década, verifica-se, ainda, a continuidade dos investimentos em polos industriais hegemônicos (São Paulo e Rio de Janeiro), que reforçaram trajetórias migratórias que já faziam esse percurso.

Outro elemento, dentro desse contexto, que deve ser mencionado, diz respeito à política de modernização agrícola, que fortaleceu a estrutura fundiária e interagiu com um forte êxodo rural. Considera-se, ainda, as políticas de expansão das

fronteiras agrícolas nas regiões centro-oeste e norte, que permitiram acesso a terra e à oportunidade de emprego, colaborando para processos migratórios internos. A figura 5 ilustra migrantes nordestinos chegando à cidade de São Paulo.



FIGURA 10 – Imagem do filme Viramundo, de 1965, retratando a chegada de migrantes nordestinos na cidade de São Paulo.

Fonte: <https://artedocumento.wordpress.com/2013/03/10/nota-viramundo-um-ensaio-sobre-um-brasil/>

A cultura migratória está associada à tradição no cenário nacional. Segundo Brito, “o brasileiro tem o hábito de emigrar, inclusive a longa distância, faz parte da organização da sociedade a socialização para emigrar” (BRITO, 2002, p. 19). A migração se relaciona, em diversos casos, à perspectiva de melhorar de vida ou ascender socialmente; assim, essa “oportunidade” só ocorreria vinculada à migração. Havia uma estreita interpretação de que a mobilidade espacial levaria a mobilidade social. Como isso não correspondia à realidade criava-se a “ilusão migratória”, com inúmeras possibilidades de mudanças relacionadas ao deslocamento. Decerto muitos conseguiram ascender socialmente, o que possibilitava a permanência e socialização dessa “ilusão migratória”, mas deve-se lembrar que os deslocamentos aproximavam as regiões, assim como aproximavam suas realidades e desigualdades. Essa integração trouxe a marca da “diversidade e da desigualdade”, reproduzindo, por vezes, as condições sociais dos locais de origem. A seletividade marcava a acessibilidade à ascensão social de alguns, e segregação dos demais.

Ainda que estruturalmente fundamentadas, as migrações não ocorriam fora do controle daqueles que migravam; devemos considerar as estruturas sociais, políticas e econômicas, mas também as decisões pessoais, que dividiam pessoas nas mesmas condições na decisão entre permanecer e deslocar para outro lugar.

Algumas proposições podem ser apresentadas para reflexão dos processos migratórios hegemônicos, da década de 1960, no Brasil: excedente de força de trabalho nas áreas do Nordeste e Minas Gerais, que não foram absorvidos em sua região; forte investimento para o desenvolvimento industrial na região sudeste, principalmente, em São Paulo, proporcionando aumento do número de emprego; cultura migratória da relação “migração-ascensão social” e; grande difusão dos meios de comunicação que aproximavam espaços, que outrora eram distantes, apresentando essas oportunidades e mostrando o crescimento das regiões de destino, socializando-os entre os migrantes. Assim, as cidades figuram como “metacidade”, transformando-se para assegurar sua circulação, bem como representar um lugar de acolhimento e de prestígio, “uma imagem essencialmente concebida para o exterior”, com força de atração de investimentos, e também de mobilidade humana (AUGÉ, 2010, p. 40).

Concomitantemente ao processo migratório, a partir da década de 1960, há outros processos decorrentes da migração e que de maneira pontual as influencia também. Primeiro, aponta-se o crescimento econômico. O Brasil passou por uma crise, na primeira metade da década de 1960, mas, de 1967-1973, verificou-se um crescimento médio anual de 11,3% do Produto Interno Bruto, nesse período, o crescimento do PIB industrial apresentou índices anuais de 12,7%, sendo responsável por 19% dos empregos gerados (BRITO, 2002). Ainda que se ressalte o crescimento do PIB, devem-se dizer as contradições que se estruturavam no momento. A maior oferta de emprego não estava relacionada aos setores industriais e da construção civil, mas do setor de serviços, que surgiam conforme a demanda de investimentos no setor secundários.

**TABELA 4**  
Participação dos setores da econômica no PIB brasileiro no período 1955-2008

<b>Década</b>	<b>Setor primário</b>	<b>Setor secundário</b>	<b>Setor terciário</b>
<b>1955</b>	24,3%	26,6%	52,8%
<b>1960</b>	18,3%	33,2%	51,5%
<b>1970</b>	12,3%	38,%	56,2%
<b>1980</b>	10,9%	44,1%	52,7%
<b>1990</b>	8,1%	38,7%	70,3%
<b>2000</b>	5,6%	27,7%	66,7%
<b>2008</b>	6,7%	28%	65,3%

Fonte: IBGE; IPEA, 2010.

A tabela 4 apresenta a participação dos setores econômicos no PIB brasileiro, e ressalta que a oferta de emprego, no setor terciário, foi de 53%, na década de 1960, e de 62%, nos anos 1970. Essa discrepância indica que a mão de obra não absorvida pelos setores industriais e da construção civil eram direcionadas para o setor de serviços. Outro ponto a ser considerado, nesta tabela, é o crescimento constante do setor secundário da economia, até 1980, fortemente baseado na indústria. Esse processo de industrialização vincula-se estreitamente a outro processo que pode ser atrelado à migração: o de urbanização.

A urbanização marcou o Brasil, nos anos de 1960-1980. Ao olhar o período que precedeu essa urbanização, década de 40, aproximadamente, 70% da população brasileira era rural. Já em 1980, aproximadamente, 70% da população, era urbana. Ou seja, numa lacuna de 40 anos, a população brasileira não só triplicou seu quantitativo (de 41 milhões para 121 milhões<sup>39</sup>) como também se apresenta majoritariamente urbana. Veja a tabela 5:

<sup>39</sup> IBGE; Brito (2002)

TABELA 5

População absoluta e percentual da população urbana e rural brasileira no período 1960-2010

<b>Década</b>	<b>População Urbana %</b>	<b>População Rural %</b>	<b>População Absoluta</b>
<b>1960</b>	45,08	54,92	70.992.343
<b>1970</b>	55,98	44,02	94.508.583
<b>1980</b>	67,70	32,30	121.150.573
<b>1991</b>	75,47	24,53	146.917.459
<b>2000</b>	81,3	18,77	169.590.693
<b>2010</b>	84,36	15,64	190.755.799

Fonte: IBGE, Sinopse do Censo demográfico 2010.

Ao alinhar o quantitativo de migrantes que se deslocaram, no período 1960-1980, verifica-se que ultrapassam 30 milhões, parcela considerável da população brasileira, sendo esse quantitativo a representação da migração rural-urbana, desconsiderando aqueles que migravam de meio urbano para outro já urbanizado. Essa urbanização torna-se clara quando se observa, na tabela 5, o esvaziamento do campo. Não só a população brasileira crescia com altos índices anuais, como a parcela da população rural reduzia-se drasticamente.

Além das trajetórias migratórias hegemônicas, na década 60, que se traduziam, principalmente, no deslocamento do Nordeste e Minas Gerais para São Paulo e Rio de Janeiro, as trajetórias, também, apresentaram deslocamentos intraestaduais. A partir da tabela 5, ainda, vê-se o grande fluxo de migrantes que saíram dos campos e se dirigiram às cidades. Ao processo de urbanização verifica-se outro processo em conjunto, o da metropolização.

A metropolização<sup>40</sup> apresenta não somente um deslocamento do meio rural para o

<sup>40</sup> Por metropolização deve-se entender não somente a concentração populacional em determinado conjunto de cidades, mas transformações no território que concentram economia, social, cultural e político em determinados polos. Segundo o Observatório das Metrôpoles, o processo permite a "organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras. O processo de metropolização passa por tais características e as transformações na natureza e na configuração



urbano, mas uma concentração nas regiões metropolitanas dos estados. Esse processo caracteriza e reforça a complexidade das migrações, explicitando os diversos processos migratórios, de um estado a outro, do campo para a cidade e, para as regiões metropolitanas. Essa concentração de população nas metrópoles vão apresentar alguns efeitos que tornam mais evidentes as desigualdades socioespaciais.

Embora as trajetórias dominantes se mantivessem tendo São Paulo como destino, que recebeu sozinho mais de 30% dos migrantes interestaduais (BRITO, 2002, p. 13), observam-se algumas alterações, nas décadas de 70 e 80, no padrão migratório nacional. Rio de Janeiro, por exemplo, nesse período, recebe menos migrantes que, na década anterior, e passa a perder população<sup>41</sup>. Outro caso a ser destacado é o de Minas Gerais, que caminhou no sentido inverso ao do Rio de Janeiro: houve uma redução de 40% de saída e aumento de 16% na entrada, apresentando “retenção e atração migratória”. Dentre os elementos responsáveis por essas alterações, no quadro migratório nacional, pode-se destacar a industrialização e modernização agrícola.

Quanto às alterações migratórias destaca-se a migração de retorno, que na década de 1970, apresentava índice de 11% do total dos movimentos migratórios. Já na década de 80, 24,5% dos migrantes, eram de retorno. Esse movimento propiciou, como aponta Baeninger (2000), uma alteração na característica migratória do país; na década de 80, 14 das 27 Unidades Federativas do país apresentaram ganhos populacionais decorrentes de migração.

Sobre migração de retorno cabe a exposição de dados referentes, às décadas de 70 e 80, do estado de São Paulo. Esse estado se manteve como maior receptor de migrantes à medida que aumentou em quase 50% sua taxa de emigração. Os dados que apresentam São Paulo como maior receptor e, também, como maior expulsor

---

espacial das cidades levam a níveis distintos de integração dos territórios a essa dinâmica”. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=456:din%C3%A2mica-da-metropoliza%C3%A7%C3%A3o-no-brasil&Itemid=169&lang=pt](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=456:din%C3%A2mica-da-metropoliza%C3%A7%C3%A3o-no-brasil&Itemid=169&lang=pt)>. Acesso em 30 mar 2015.  
<sup>41</sup>Fausto Brito aponta a transferência da capital brasileira, do Rio de Janeiro para Brasília, como causa.

mostra a rotatividade migratória, característica que a migração assume, ao longo das décadas seguintes, a partir de 80. Dos índices apresentados do estado de São Paulo, verifica-se que, aproximadamente, 55% dos migrantes de saída, rumavam para o Nordeste e Minas Gerais, na medida em que esses dois locais apresentavam índices na casa dos 60% de migração de retorno.

Ainda que o estado de São Paulo mantivesse destaque por sua forte indústria e grande participação no PIB nacional, a década de 1970, e os anos que se seguiram, viram um processo de desconcentração econômica. Outras regiões, no Brasil, começaram a desenvolver, significativamente, suas economias, e como consequências, investimentos locais foram ocorrendo, alterando as trajetórias migratórias tradicionais. Considera-se, também, a constante expansão das fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e Norte, que representaram espaços de recepção de migrantes, até a década de 1980.

A desconcentração econômica foi se tornando mais evidente, ao logo do período supracitado, ao passo que as fronteiras agrícolas<sup>42</sup> cada vez mais se expandiam, tornando-se espaços tradicionais para migração. Cabe colocar que, ainda que certas trajetórias se mantivessem predominantes, como o caso das migrações Nordeste-Sudeste, outras trajetórias ganham espaço nessa complexidade: os circuitos regionais migratórios. Dessa maneira, por vezes, as migrações reduzem a distância espacial, focando nos centros regionais, e ganham em quantitativo de migração, proporcionando maior circularidade de pessoas, dentro dessa mobilidade espacial. As articulações e os arranjos dos processos migratórios se adequam, influenciando e sendo influenciadas pelas diversas variáveis políticas, sociais e econômicas que interagem entre si. Esses (re) arranjos apresentam a flexibilidade e complexidade da dinâmica migratória, as realinhando, por vezes, ou mantendo certas trajetórias tradicionais constantes (BAENINGER, 2000; BRITO, 2002; 2006).

Ressalta-se que a mobilidade espacial das migrações não se limita à saída do lugar de origem e chegada, ao lugar de destino. Dentro dos circuitos migratórios novos

---

<sup>42</sup> É necessário considerar o estabelecimento de novas fronteiras agrícolas como um processo concomitante. Este mesmo processo influenciou e foi influenciado por outros processos dentro da dinâmica migratória. Dentro dessa perspectiva, deve-se considerar rupturas e continuidades.

espaços para migração vão surgindo, funcionando como etapas migratórias. As fronteiras agrícolas que representaram novos espaços, ao longo da década de 1960, e se ampliando na década de 1970, viu seu esgotamento, já na década de 1980, conforme aponta Baeninger (2000). Somada a intensificação da desconcentração econômica e industrial, que vinha crescendo na participação no PIB do país, verificam-se alterações nos processos migratórios.

As alterações dos padrões migratórios, nos anos 80, levam a refletir sobre a conjuntura em que o país se encontrava no momento. Outras alterações ocorrem simultaneamente: constante industrialização e surgimento de novos centros econômicos regionais (desconcentração e descentralização das atividades do segundo setor); crescente urbanização, que se amplifica somada ao processo de metropolização; alteração no comportamento econômico brasileiro.

Outrossim, embora se verifique constante crescimento industrial, ao longo de 1980, certa estagnação pôde ser observada na economia (OLIVEIRA; GUIMARÃES NETO, 1997). O Brasil passou por uma recessão, nesse período, pequeno crescimento aconteceu, entre os anos de 84-86, e nova estagnação, que se manteve, até o final da década de 80. Passou por um decréscimo do PIB, em 1990, mantendo a recessão, até 1993, passa por um pequeno crescimento e, só no final da década de 90, é que apresentou um crescimento tímido do PIB.

Essas alterações econômicas também refletiram na oferta de emprego que, no início dos anos 80, apresentaram alta taxa de desemprego, e nos anos seguintes, pequena oferta de trabalho. Enquanto os empregos formais foram reduzidos, o setor terciário, e com ele os serviços informais, cresceram, consideravelmente. As questões econômicas enquadram-se na “crise de transição” que o país vivenciou, na década de 1980, e seguintes. Longe de ser um tipo de crise cíclica o país articulou-se internacionalmente, consolidando-se na era da globalização e, assimilando, portanto, a necessidade de reestruturar seus processos produtivos (BRITO, 2002, p. 26). A essa inserção no mercado global, ou seus reflexos, considera-se a baixa capacidade de geração de emprego formal, no período.

Considerando as mudanças pelas quais o Brasil passou, entre 80 e 90, e as alterações nos padrões migratórios, pode-se afirmar que apesar do comprometimento da “ilusão migratória”, haja vista o crescimento das mazelas sociais nas regiões metropolitanas (e no seu entorno) - como desemprego, violência, inaccessibilidade à saúde, educação, habitação e serviços básicos - certas trajetórias apresentam permanência, mas não são mais dominantes; verificam-se perenidade nos fluxos dos estados da Bahia, Sergipe, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas sentido São Paulo, mas não com o volume demonstrado nas décadas anteriores. Somado a isso, também, tem-se o aumento das trajetórias de retorno. Destarte, os fluxos migratórios se direcionam para muitos destinos e partem de vários locais. Decerto, houve afastamento entre a mobilidade social e mobilidade espacial. Aos que se deslocam, por vezes, intentam superar os limites da seletividade, não para galgar um estrato social superior, mas para sobreviver, conforme afirma Brito (2002).

Dessa maneira, a complexidade migratória nacional tem se apresentado: não há um fluxo migratório específico, e novos espaços de migração têm aparecido. Seja intraestadual, com movimentos rural-urbano, urbano-urbano e, em menor parcela, rural-rural, intensificando a urbanização e metropolização; seja interestadual, com o surgimento de novos centros atrativos.

## **2.2 Espírito Santo e migrações**

O Espírito Santo apresentou características análogas aos processos que ocorreram nacionalmente, se inscrevendo, portanto, na dinâmica migratória nacional. Em sua história, seus saldos migratórios<sup>43</sup> se mantiveram negativos, da década de 1940, até a década de 60<sup>44</sup>. A situação se altera, na década de 70, e o estado passa a absorver migrantes em seu território.

---

<sup>43</sup> Número de imigrantes menos o número de emigrantes. Consideram-se apenas as trocas migratórias interestaduais.

<sup>44</sup> Foi possível constatar um expressivo fluxo migratório do Espírito Santo para o Norte, especialmente para o estado de Rondônia, entre 1950 e 1980. Tal fluxo se baseia, principalmente, no estabelecimento de novas fronteiras agrícolas, vinculadas ao imaginário de propriedade da terra.

Na tabela 6 vê-se que os altos índices de trocas migratórias traduzem a inscrição do estado nos circuitos migratórios, tendo o Espírito Santo como ponto de chegada e partida nas etapas dos processos migratórios. Dos que no estado permaneceram, constituem sua maioria oriunda dos estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro <sup>45</sup>. Ainda, apresenta os saldos migratórios interestaduais, fornecendo informações acerca da capacidade de absorção do estado nessas trocas. Ressalta-se que, somado a esse processo, o Espírito Santo vivenciou grande êxodo rural, em que nas décadas de 60, e início da década de 70, cerca de 200 mil pessoas migraram em sentido a Região Metropolitana, das quais aproximadamente 80 mil deixaram o estado.

TABELA 6

Saldo migratório do Espírito Santo em números absolutos no período 1960-2010

<b>Década</b>	<b>Imigrantes</b>	<b>Emigrantes</b>	<b>Saldo</b>
<b>1960/70</b>	161.167	374.622	( - ) 213.455
<b>1970/80</b>	200.895	188.520	12.375
<b>1981/91</b>	269.382	197.692	71.690
<b>1995/00<sup>46</sup></b>	129.169	95.149	34.020
<b>2000/10</b>	286.428	185.623	100.805

Fonte: Brito (2002); Baeninger (2000); IBGE, Sinopse preliminar do Censo demográfico, 2010.

Pode-se perceber pelos dados que, em 1960, tem-se mais de 70% da população predominantemente rural, e já em 1980, quase 65% da população já é urbana. Não só algumas trajetórias interestaduais se consolidam e se intensificam tendo o Espírito Santo como destino, mas também se vê o processo de urbanização se intensificando.

De maneira integrada aos eventos de ordem nacional, o estado também passa por um processo de metropolização, em conjunto com o de urbanização. Os que migravam, geralmente, buscavam a Grande Vitória como destino, haja vista a

<sup>45</sup> Ravenstein, já no século XIX, tentou propor leis que explicassem os fluxos migratórios. A primeira delas é a migração de curta distância (CASTIGLIONI, 2009a. p. 44).

<sup>46</sup> Não foi possível consultar do período integral, 1990/2000.

intensa industrialização que se concentrava nos municípios circunvizinhos à capital Vitória.

TABELA 7

Crescimento populacional da Região Metropolitana do Espírito Santo 1960-2010

<b>Município</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Cariacica	40.002	101.422	189.099	274.532	324.285	348.738
Fundão	7.655	8.170	9.215	10.204	13.009	17.025
Guarapari	15.184	24.105	38.500	61.719	88.400	105.286
Serra	9.192	17.286	82.568	222.158	321.181	409.267
Viana	6.847	10.529	23.440	43.866	53.452	65.001
Vila Velha	56.445	123.742	203.401	265.586	345.965	414.586
Vitória	85.242	133.019	207.736	258.777	292.304	327.801
RMGV	194.384	418.273	753.959	1.136.842	1.438.596	1.687.704
ES	1.418.384	1.599.324	2.023.338	2.600.618	3.097.498	3.514.952
RMGV/ES (%)	13,7	26,2	37,3	43,7	46,4	48,0

Fonte: IBGE, 1960, 1980, 2000, 2010.

Destaca-se, referente à tabela 7, que a população estadual aumentou, consideravelmente, ao passo que se concentrava na Região Metropolitana. Em 1970, os municípios que hoje compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) representavam mais de 1/4 da população estadual. Já em 2010, 40 anos depois, esse percentual já se aproxima dos 50%, reforçando o processo de metropolização que ocorreu concomitantemente com o de urbanização. Somadas à essa intensa urbanização do Espírito Santo, tem-se algumas trajetórias migratórias tradicionais para o estado. Essas trajetórias comportam de maneira significativa os migrantes oriundos de Minas e Bahia.

TABELA 8

Quantitativo dos habitantes da RMGV em números absolutos, em 2000 e 2010

ANO	RMGV	População nativa	População Não Natural			
			Mineiros	Baianos	Outros	TOTAL
<b>2000</b>	1.438.596	1.072.751	144.815	78.498	142.532	365.845
<b>2010</b>	1.687.704	1.278.512	158.879	97.429	152884	409.192

Fonte: IBGE, 1960, 1980, 2000, 2010

Na tabela 8, a base de dados disponível, no IBGE, permite apenas verificar os componentes da população, nos anos 2000 e 2010. Embora limitados, esses dados auxiliam em algumas interpretações e respaldo para as considerações supramencionadas. Ainda, verifica-se que cerca de 1/4 da população é de não residente, sendo que somados os quase 40% de mineiros com 21% de baianos temos a composição de que 61% dos não residentes são oriundos de Minas Gerais e Bahia. Quanto às alterações da década de 2000, notamos um decréscimo da participação dos não residentes na composição da população do Espírito Santo, ao passo que ocorre um aumento de quase 20% do número de migrantes oriundos da Bahia no período.

TABELA 9

Quantitativo dos habitantes do município da Serra

ANO	RMGV	População nativa	População Não Natural			
			Mineiros	Baianos	Outros	TOTAL
<b>2000</b>	321.181	218.100	50.988	27.911	24.182	103.081
<b>2010</b>	409.267	281.824	54.560	38.059	34.824	127.443

Fonte: IBGE, 2000; 2010

A tabela 9 apresenta alguns dados referentes ao município da Serra, foco da pesquisa. Nela, observam-se as alterações do percentual de migrantes. No período de 2000-2010, os habitantes naturais de outro estado somavam mais de 30% da

população do município. Destes, os mineiros e baianos somavam mais de 76% dos não naturais. Vê-se que o percentual de mineiros aumentou em pouco mais de 6%, enquanto de baianos de quase 27%, acima do índice do estado. Embora não se tenham dados sobre os números de migrações para o município da Serra, nos anos anteriores a 2000, a partir da perspectiva da dinâmica migratória nacional, e no Espírito Santo, pode-se inferir que, os dados de 2000 e 2010, apresentam certa continuidade de trajetórias anteriormente estabelecidas.

As trajetórias que se estruturaram, no Brasil, são bem representadas, no Espírito Santo. São trajetórias tradicionais que tornam evidentes alguns processos, como o percurso Minas Gerais – Nordeste sentido Sudeste<sup>47</sup>. Grande parte desse fluxo seguia sentido São Paulo, mas sendo o Espírito Santo estado vizinho, participa como etapa de migração, ainda que em seu território seja observado percentual elevado de migrantes baianos e mineiros. Os baianos são os que melhor representam o Nordeste, no Espírito Santo, devido, principalmente, à distância. Verifica-se, ainda, a presença de infraestruturas que tornaram o estado um caminho para outros destinos.

Considera-se, no contexto, que não só a inferência das migrações interestaduais proeminentes, no Espírito Santo, mas, também, o esvaziamento do meio rural, favorecido, principalmente, pela política de erradicação dos cafezais, propiciou grande fluxo de pessoas no sentido rural-urbano. Porém, muitos não permaneceram, no estado, provocando uma rotatividade migratória. Esse êxodo rural observado caminha junto com o processo de urbanização e metropolização, no qual algumas oportunidades vieram surgir decorrentes da concentração das atividades econômicas em algumas áreas. A não absorção do contingente populacional no epicentro metropolitano estendeu o processo de urbanização para áreas periféricas, ressaltando que nem sempre as políticas públicas chegavam nesses locais; eram urbanos, mas desprovidos de uma presença efetiva do Estado.

Por conseguinte, considera-se que os desdobramentos das desigualdades sociais, somadas à crescente segregação espacial, vão se desenhando na metrópole

---

<sup>47</sup> Migrações de curta distância.



capixaba; não somente se espalharam ao redor do centro metropolitano, mas também estão nele. Esse arranjo sócio-espacial traz proximidade no que se refere à distância do “centro”, mas longe do alcance das políticas de inclusão.

### 3 O MUNICÍPIO DA SERRA

O presente capítulo trata sobre o município da Serra, pertencente à Região metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo, objeto e centro deste estudo. Busca contextualizar a história do município serrano à história do Espírito Santo, desde sua criação, até os anos 1960, período que inicia o recorte temporal da pesquisa. Pretende analisar, no município, as reverberações da interação entre diversos processos, quais sejam: migração, industrialização e urbanização, entre 1960-2010, apontando alguns indicadores de renda, educação, saúde, índice de desenvolvimento humano e, dentro da temática da violência, o homicídio.



FIGURA 11 – Vista panorâmica do município da Serra. Ao fundo, o Mestre Álvaro.

Fonte: <http://www.serra.es.gov.br/sead-secretaria-de-administracao-e-recursos-humanos/2014/03/sabado-e-dia-de-participar-da-trilha-ecologica-ao-mestre-alvaro>

Sua formação administrativa alvorece com o crescimento da Aldeia de Nossa Senhora da Conceição da Serra, em 1562, com apoio do padre Fabiano de Lucena. É, portanto, elevada à categoria de Distrito e Paróquia, em 1752, e de Freguesia, em 1769, após a construção da Igreja Matriz. Serra foi conduzida à categoria de Vila,

em 1822, sendo chamada de Vila da Serra e desmembrada da capital Vitória, em 1833, criando sua própria sede, tornando-se cidade, posteriormente, em 1875.



FIGURA 12 - Serra em 1875, ano em que foi elevada à categoria de cidade.

Fonte: Albert Richard Dietze, Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=543889559063224&set=gm.789454334416989&type=1>>.

Quanto à economia<sup>48</sup>, baseou-se, principalmente, na cana-de-açúcar, café e mandioca, seguindo o que era produzido no estado. A partir de 1950, apresentou um expressivo cultivo de abacaxi (BORGES, 2009, p. 259). Sua produção, ao longo do século XIX, era escoada pelo Porto do Una, situado em São José de Queimado. Os produtos eram transportados em canoas pelo rio Santa Maria da Vitória<sup>49</sup>, que serviam como meio de integração entre Serra, Vitória e Norte do estado. O pequeno

---

<sup>48</sup> Borges menciona pequena produção de Cereais e extração de madeiras de lei. Segundo este autor, havia também “indícios” de uma indústria rudimentar, que produzia farinha de mandioca e aguardente.

<sup>49</sup> Vale ressaltar que parte do relato de Therese Charlotte Marianne Auguste Von Bayern, a princesa da Baviera, que viajou pelo Espírito Santo entre os meses de Agosto e Setembro de 1888. Ela relata que “Esse rio [Santa Maria], deve ter um comprimento de pouco mais de 100 km, é navegável ao longo de 54 km também por canoas e vapores pequenos. (...) De tempos em tempos, uma piroga igual à nossa vinha navegando silenciosamente rio abaixo. Era ocupada ou com mulheres de cor escura e crianças, ou com fazendeiros que transportavam sacos de café até a costa.” (BAVIERA, 2013, p. 46-47)

porto não apenas escoava a produção do município, mas também importava o que era necessário para localidade. (BORGES, 2009, p. 23.).



FIGURA 13 – Transporte de café por meio de canoas no Rio Santa Maria, início do século XX.

Fonte: <http://www.emporiolaranjeiras.com.br/serra/?id=10>

Para alcançar o interior do município, os produtos eram transportados por semoventes. Com o tempo e desenvolvimento tecnológico, tais meios foram substituídos. Na figura 9 vê-se uma tropa de mulas empregadas no transporte de produtos.



FIGURA 14 – Tropa de mula sendo empregada no transporte de produtos, Calogi, década de 1920.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=762563017125854&set=gm.927126260649795>

Os avanços de infraestrutura proporcionaram mudanças ao município. A construção das Estradas de Ferro suplantou, de certa maneira, a pequena produção que era escoada pelo rio Santa Maria. Borges (2009, p. 24) aponta um decréscimo populacional nesse período (final do século XIX e início do século XX), ocasionado, principalmente, pelo êxodo rural, direcionando sua pequena população às proximidades da capital Vitória. Já Oliveira (2008), apresenta em sua obra pouca alteração, já que seus dados indicam um crescimento populacional<sup>50</sup> gradativo no município serrano, nesse mesmo período.

### 3.1 Serra: 1960-2010

Quando se trata do município da Serra, dentro do recorte 1960-2010, faz-se necessário contextualizar a produção social da “cidade”. No contexto, essa cidade é o lugar de oportunidades, é o lugar de acesso. A Serra compõe a cidade em expansão que excede os limites geográficos da Região Metropolitana da Grande Vitória. Essa “cidade” é imaginada e ao mesmo tempo real, na medida em que se materializa e agrega diferentes realidades sociais e políticas em um mesmo espaço.

É, a partir de 1960, que se observam alterações muito significativas para o presente estudo. Aponta-se, portanto, a construção de diversas indústrias ao redor da capital Vitória, que são assentadas, principalmente, no município da Serra e na população que se segue, fazendo sentir o crescente deslocamento populacional e a intensa urbanização. Segundo Campos Jr. e Gonçalves (2009, p. 70), é nesse contexto que

emergem não apenas novas formas espaciais como também novos conteúdos do processo de urbanização da metrópole da Grande Vitória. A dinâmica do espaço urbano torna-se mais complexa na medida em que se desenvolve uma diversidade de formas de produção e de apropriação da cidade, o que não ocorre sem conflitos e contradições sociais.

Considerando a integração do município com a capital do estado, verifica-se que, se por um lado, a Serra foi o lugar escolhido para estabelecimento de indústrias, devido

---

<sup>50</sup> Na Comarca dos Reis Magos, Oliveira (2008, p. 385) dá o quantitativo de 5609 habitantes, entre livres e escravos, nos “municípios de Serra e Nova Almeida”, no ano de 1871. Já Borges (2009), indica uma população composta por 11.032 habitantes, em 1872. Disponível em: <<http://www.clerioborges.com.br/serra.html>>. Acesso em 23 fev. 2015.

sua proximidade e acesso, a partir dos “grandes projetos industriais”; por outro, foi a que recebeu um fluxo intenso de migrantes com baixa renda, que vão se assentando no município. Lefebvre (2004) considera que na produção social da cidade as contradições são ampliadas, decorrente da urbanização contemporânea relacionada às diferentes dimensões de uma realidade constituída socialmente.



FIGURA 15 – Vista aérea do município da Serra. A BR 101 corta ao meio e é possível observar diversos galpões e também aglomerados urbanos ao longo da Rodovia.

Fonte: Samuel Vieira<sup>51</sup>, 2012

Verifica-se, portanto, o crescimento, a partir de um epicentro, que aponta para a capital. Se até os anos de 1960, a urbanização, segundo Buffon (1992), era fraca, centrada, principalmente, em Vitória, devido à sua importância política e administrativa, à partir desse período, ela se estende pelos municípios circunvizinhos, tecendo a “cidade metropolitana”. Relacionada a essa urbanização está a industrialização, conforme aponta Siqueira (2001, p. 93),

Veio a redefinir o espaço urbano na medida em que, somando-se ao papel de sede da burocracia e do capital comercial, a cidade também se constituiu

<sup>51</sup> Disponível em: < <http://www.serra.es.gov.br/sedec-secretaria-de-desenvolvimento-economico/2012/06/iss-variavel-na-serra-vence-nesta-sexta-feira-22>>. Acesso em 18 fev. 2015.

no “lócus” da atividade produtiva. A Grande Vitória, como espaço metropolitano, além do centro político e do porto, sempre abrigou também as principais atividades regionais de caráter industrial, comercial, de serviços públicos, privados, culturais e financeiros (...),

O município da Serra integrou-se ao processo de metropolização. Nesse sentido, ele e as regiões próximas receberam indústrias oriundas dos grandes projetos. Tanto a Companhia Siderúrgica de Tubarão, quanto a Companhia Vale do Rio Doce, bem como estabelecimentos de outras infraestruturas como o Porto de Tubarão e Porto de Praia Mole<sup>52</sup>, fizeram parte desses grandes projetos. Além desses projetos tem-se a construção da BR 101 e da ES 010, que propiciaram maior facilidade no acesso e integração da Serra com a Região Metropolitana. Abaixo, foto da época da construção da BR 101.



FIGURA 16 – Trator à margem da construção da BR 101, próximo ao local onde se situa o bairro Divinópolis atualmente. Agachado, o ex-prefeito Romulo Leão Castello.  
Fonte: <http://www.emporiolaranjeiras.com.br/serra/?id=10>

O processo de industrialização foi consistente e reverberou em outros processos que se relacionam diretamente a ele. Se até 1960, o Município da Serra contava

<sup>52</sup>A Vale e os portos situam-se na parte norte da cidade de Vitória, que impactou significativamente o município Serrano.

com 9.192 habitantes, nas décadas que se seguiram, observou-se expressiva alteração, conforme Gráfico 4.

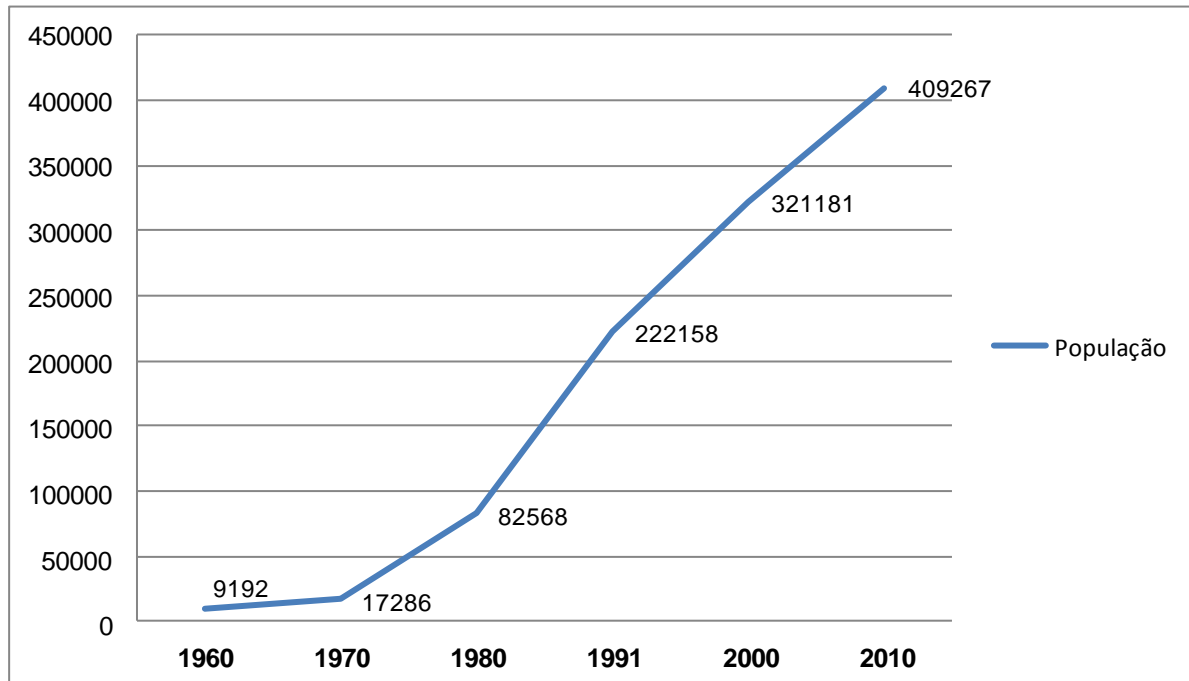


GRÁFICO 4 – Crescimento populacional do município da Serra de 1960 a 2010.  
Fonte: IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010.

Verifica-se um *boom* populacional, especialmente, a partir do final da década de 1970, até 2010, contrapondo o tímido crescimento do número de habitantes, nas décadas anteriores. Tal crescimento, desconsiderando taxas migratórias, que se comparadas ao recorte da pesquisa, são mínimas, dá cerca de 40% de aumento populacional. Já no período 1970-2010, o aumento é de mais de 2100%.

Dessa maneira, comparando os dois períodos, pode-se inferir que, cerca de 95%, do crescimento populacional no período compreendido, entre 1960 e 2010, foi decorrente de fluxos migratórios<sup>53</sup>. Essa população, dentro de uma dinâmica de apropriação urbana vai se assentar nas áreas periféricas. Campos Jr. e Gonçalves (2009, p. 72) observam que nas áreas periféricas do município da Serra é o lugar onde

a população migrante com menos recursos encontrou condições de se

<sup>53</sup> Castiglioni (1994) respalda tal posicionamento, afirmando que o crescimento populacional nesse período, principalmente, nos anos 1970 e 1980, foi decorrente de intenso fluxo migratório.



reproduzir, seja a partir de ocupações de áreas ambientalmente frágeis, de conjuntos habitacionais (financiados pelo antigo BNH) ou de loteamentos populares distantes das áreas mais bem servidas de infraestrutura.

O mesmo autor assegura que a oferta de moradia na Serra<sup>54</sup> adequou-se ao acelerado crescimento populacional, sendo que, entre os anos 1970 e 1990, o município foi o que mais ofertou moradias voltadas à população com pequenos ganhos. Segundo dados da Companhia Habitacional do Espírito Santo (COHAB-ES) e do Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais no Espírito Santo (INOCOOP-ES), o Banco Nacional de Habitação (BNH) financiou mais de 28 mil unidades habitacionais na Serra, sendo que, no período, o total de financiamento foi de pouco mais de 52 mil conjuntos<sup>55</sup>. Observa-se que mais de 50% concentrou-se no município Serrano.



FIGURA 17 – Bairro Eurico Salles, 1979.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=542912999160880&set=gm.788336557862100&>

<sup>54</sup> Ressalta-se a construção do Centro Industrial da Grande Vitória (CIVIT) I e II, que aliada à oferta barata de terra favoreceu o crescimento populacional na região (CAMPOS JR. e GONÇALVES, 2009, p. 72).

<sup>55</sup> Segundo dados da COHAB-ES e INOCOOP-ES, extraído de Campos Jr. e Gonçalves (2009), entre 1970 e 1990 foram financiados um total de 52.038 unidades habitacionais, sendo que 28.848 foram concentradas apenas na Serra, seguida de Vila Velha, com 14.426, Vitória, com 4.526, Viana, com 2.270, e Cariacica, com 1.968, unidades.



FIGURA 18 – Construção do Conjunto residencial Calabouço, atual bairro Eldorado, Serra, em 1981. Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=695135517195670&set=gm.752151368147286&>

Vale dizer que não apenas conjuntos habitacionais foram estabelecidos na Serra; há também os loteamentos, regulares ou não, e as invasões. Abe (1999, p. 384) observa que o crescimento urbano foi grande, não se limitando ao entorno das vias<sup>56</sup> que cortavam a cidade, mas também ocupações em lugares desfavoráveis, como encostas e fundo de vales, orlas de lagoas e loteamentos não ocupados.

Vê-se, nesse percurso, a associação da “ilusão migratória”<sup>57</sup> (BRITO, 2002) - produzida pelo desenvolvimento industrial, servindo de atrativo para os migrantes que buscam oportunidades – entre a inacessibilidade dos espaços previamente ocupados, uma vez que os migrantes não se adequavam ao perfil econômico já estabelecido; à oferta de terra barata nas localidades circunvizinhas, que embora distantes do centro, era o mais perto que se podia obter, devido ao crescente fluxo migratório e urbanização (não acompanhado pelas políticas públicas e pelo assistencialismo do estado). O resultado pode ser verificado em áreas de segregação socioespacial, com reverberações respaldadas por alguns indicadores como renda, saúde, educação e criminalidade violenta<sup>58</sup>.

<sup>56</sup> Principalmente BR 101 e ES 010, segundo Abe (1999, p. 384).

<sup>57</sup> Ver Subitem 2.1 – Processos migratórios no Brasil.

<sup>58</sup> No presente estudo será abordado apenas os homicídios.



FIGURA 19 – Central Carapina, antigo bairro Sossego, Serra, em 1979.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=542912662494247&set=gm.788336281195461&>

Ao analisar os dados disponíveis sobre fluxos migratórios no município serrano, verificou-se grande contingente populacional oriundo de outros estados. A tabela 10 apresenta alguns dados relevantes.

TABELA 10

Pessoas residentes em Serra, não naturais do Espírito Santo, segundo o lugar de Nascimento 1991, 2000, 2010

Ano	População	Pessoas não naturais do ES	Pessoas não Naturais do ES (%)	Estado de nascimento				
				MG (%)	BA (%)	RJ (%)	SP (%)	Outros (%)
1991	222.158	72.558	32,7	57,3	18,7	10,6	3,8	9,6
2000	321.181	103.081	32,1	49,5	27,1	9,8	4,1	9,5
2010	409.267	127.772	31,02	43,06	30,01	8,75	4,57	13,6

Fonte: CASTIGLIONI, A. H. com dados do IBGE, Censos demográficos.

Algumas observações são pertinentes referentes à tabela 10:

- 1) Os dados que tratam sobre o estado de origem de pessoas não naturais são recentes. Sendo que, só a partir do Censo de 1991, realizado pelo IBGE, é possível a obtenção desses dados para análise. Dessa maneira, pode-se verificar que dos moradores da Serra, entre 31% e 33% não são naturais do Espírito Santo;
- 2) Os dados disponíveis tratam apenas sobre naturais e não naturais do estado do Espírito Santo residentes no município Serrano, não sendo possível identificar precisamente o quantitativo de não naturais da Serra (nascidos em outro município<sup>59</sup>). Dessa maneira, os fluxos migratórios interestaduais podem apenas ser inferidos a partir de outros dados<sup>60</sup>;
- 3) A presença de migrantes de outros estados, bem representada por mineiros, que apesar do decréscimo, das duas últimas décadas, no período de análise, constituem o maior percentual de migrantes; e por baianos, que vem apresentando crescimento considerável no mesmo período.

Apresentando o crescimento populacional vivenciado pela cidade da Serra, sendo grande parte decorrente de fluxos migratórios, associado aos programas industriais e de urbanização, caminha-se para o processo de metropolização, tendo Vitória como centro, e todo um adensamento populacional nas periferias desse centro. Serra abarcou grande parte desse contingente populacional atraído pelo estabelecimento desse novo tecido urbano. Consequentemente, novas relações dentro do espaço urbano vão surgir, reforçando que um crescimento abrupto, não planejado, traz consigo uma precariedade na oferta de serviços públicos, particularmente, nas áreas de saúde, educação e segurança.

---

<sup>59</sup> Deve-se considerar que muitos nascimentos ocorrem em cidades diversas à que os pais residem. O deslocamento dentro da Região Metropolitana se dá de maneira natural. Muitos estabelecimentos de saúde, como maternidades, situam-se nas regiões centrais da metrópole.

<sup>60</sup> Como o crescimento populacional da Região Metropolitana da Grande Vitória, no mesmo período, com 1.136.842 habitantes, em 1991, 1.438.596, em 2000, e 1.687.704, em 2010, apresentando crescimento percentual de 26,54% de aumento populacional, de 1991, para 2000, e de 17,31%, de 2000, para 2010. Já Carneiro, por meio de seu relatório temático de diagnóstico informa que desse percentual, apenas 12% nasceram na Serra (Serra: Agenda do Futuro 2012-2032).

### **3.2 Serra: segregação socioespacial**

Desde a República Velha o estado brasileiro reforça um segregacionismo camuflado nas políticas de sanitarismo e em legislações para habitação. Tal postura não só define determinada categoria de pessoas que “podem” habitar em locais específicos, como legitima outra classe, a dos desfavorecidos, a buscarem financiamentos habitacionais populares ou até invasões e apropriações indevidas, eliminando a responsabilidade do estado do assistencialismo em políticas públicas.

Tal processo ressalta a existência de duas realidades que coexistem em muitos espaços urbanos, a desigualdade social e a espacial. Se de um lado da cidade é possível verificar a presença do estado, de um crescimento urbano planejado, do outro lado do muro invisível, como afirma Rolnick (2003, p. 47), é possível verificar o indesejado, espaços de violência e de certo abandono.

A figura 15, abaixo, pode exemplificar uma área de segregação socioespacial, diz respeito ao bairro Planalto Serrano, no início da década de 90. Esse bairro é considerado espaço de segregação, pois configura pequena participação do Estado em relação a investimentos em políticas de inclusão. Nele, o governo iniciou a política habitacional construindo casas por meio da empresa Marajá, na década de 1980; no entanto, sua participação limitou-se a isso, uma vez que, as obras foram paralisadas. As casas foram invadidas e o crescimento do local alheio a qualquer política do governo. O bairro agregou parcela de moradores vindos de outros municípios e de outros estados, como da Bahia. Somando a constante chegada de pessoas à ausência do estado, os resultados ficaram evidenciados: os residentes não foram assistidos em suas necessidades básicas de saúde, educação e lazer; as políticas de serviços, como abastecimento de água, saneamento e fornecimento de energia elétrica não estiveram presentes e; tornou-se um lugar de violência, com alto índice de homicídio.

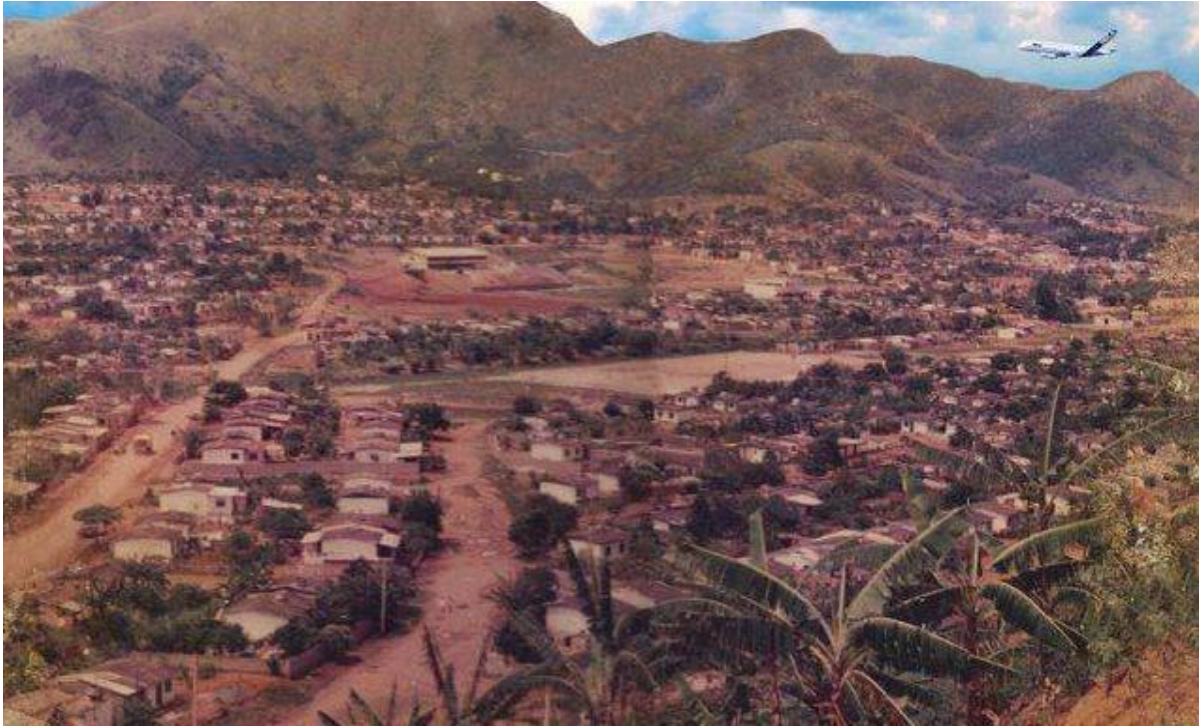


FIGURA 20 – Bairro Planalto Serrano no início da década de 1990.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=513001252175349&set=gm.960293503999737&>

Quando se trata de segregação social e espacial, não se pode deixar de mencionar que estão relacionadas, também, ao processo de precarização do trabalho<sup>61</sup>, ocorrido no Espírito Santo, a partir da década de 1960<sup>62</sup>, e que se ampliou nas décadas seguintes. Pontua-se que a maior oferta de emprego era oriunda do setor terciário, forte também nos trabalhos informais. À massiva chegada de trabalhadores em busca de oportunidades, nota-se, segundo Maricato (2003, p. 152), a

extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais ou metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada.

Caldeira (2011, p. 211) apresenta três formas de segregação espacial dividida por períodos: Do final do século XIX, até década de 1940, a população se concentrava espacialmente em uma pequena área urbana e a diferenciação da classe dos

<sup>61</sup> Segundo Mattos (2013, p. 56), “é um estado de elevada exposição a riscos ou incertezas, combinado com uma capacidade diminuída para se proteger ou defender-se deles e para fazer frente a suas consequências negativas, implica: desproteção social do trabalhador (trabalho informal), redução da proteção social e da insegurança no trabalho (contratação temporária) e vulnerabilidade da condição de emprego (empresas com menos de seis empregados)”.

<sup>62</sup> Ver capítulo 1 – O crescimento do Espírito Santo.

moradores se dava pelo tipo de moradia em que habitavam; de 1940, até 1980, a divisão espacial se dá na estrutura centro-periferia, com concentração de renda nos bairros centrais e de pobres em bairros periféricos; a partir dos anos 1980, Caldeira define a estrutura urbana como “enclaves fortificados”, em que a aproximação espacial é inevitável. Tal fato é decorrente do aumento populacional, entretanto, a segregação se dá por muros, guaritas, câmeras de videomonitoramento, cercas e outros elementos.

Nesse ínterim, a palavra “periferia” ganha sentido mais amplo do que apenas o geográfico, representa algo maior, estende-se para um sentido político e social. Augé argumenta que “periferia não é subúrbio, pois existem subúrbios chiques e ‘periferia’ nos antigos centros das cidades” – os “enclaves fortificados” de Caldeira (2011) –, de igual forma, existem,

nas cidades do terceiro mundo, os bairros entregues à precariedade e à pobreza, favelas ou outros, infiltram-se, constantemente, no coração da cidade; eles encostam nos bairros ricos, de acesso reservado, e escorrem por entre os monumentos da riqueza e do poder como um oceano de miséria (AUGÉ, 2010, p. 34-35).

Ao sobrepor os estudos de Augé, Caldeira e Mattos, a respeito do processo histórico social de apropriação do espaço, no município da Serra, torna-se possível identificar essa “segregação”. O *bomm* populacional não foi abarcado pelo estado, sendo que os migrantes de baixa renda foram conduzidos à margem para se relacionarem socialmente, politicamente, culturalmente e economicamente, ainda que de forma precária.

Mattos elaborou um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória, do qual foi extraído um mapa do município da Serra, importante para argumentação do presente estudo, conforme figura 21.

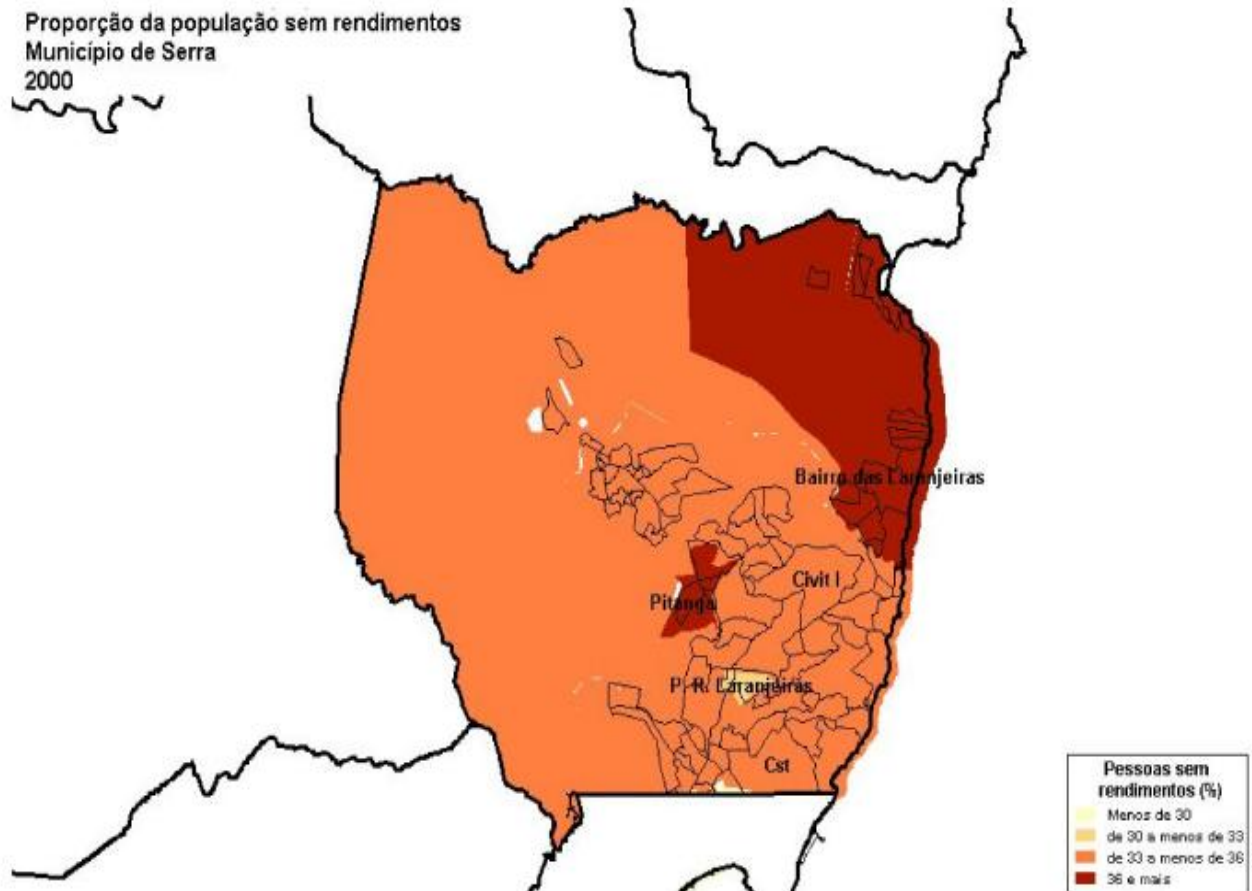


FIGURA 21 – Proporção da população no município da Serra sem rendimentos  
Fonte: MATTOS, 2013.

Considerando que o aparecimento de ocupações irregulares se deu, principalmente, a partir de 1970<sup>63</sup>, devido ao grande fluxo migratório direcionado ao município Serrano – somado à incapacidade de absorção desse contingente populacional – vê-se o estabelecimento de problemas urbanos, como o apresentado na figura 21. O mapa apresenta que grande parte do município compreende a média de 33% a 36% da população sem rendimentos. Em áreas mais afetadas, os índices de pessoas sem rendimentos ultrapassam os 36%. Mattos (2013) afirma que esse cenário é propício para o aparecimento de outras mazelas e problemas urbanos, como índices de homicídios elevados.

Junto com a figura 21, cabe a análise da Tabela 11, que mostra a renda per capita média, do município da Serra, do estado do Espírito Santo e do Brasil, com base na

<sup>63</sup> Siqueira, 2001, p. 108-109.



moeda Real, no mês de Agosto de 2010, nos anos 1991, 2000 e 2010. Constata-se que o rendimento, na Serra, manteve-se abaixo da média estadual e, no ano de 2010, esteve abaixo da média nacional.

TABELA 11

Renda *per capita* média 1991-2010<sup>64</sup> (Valor em Real Ago/2010)

<b>Década</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>Serra</b>	329,47	472,25	705,89
<b>Espírito Santo</b>	377,38	574,17	815,43
<b>Brasil</b>	-	313,30 <sup>65</sup>	901,01 <sup>66</sup>

Fonte: PNUD (Atlas do Desenvolvimento Brasileiro, 2013)

Vê-se, pela tabela 11, que a renda fornece um consistente argumento de um crescimento não planejado e de segregação dentro da Região Metropolitana da Grande Vitória. As ofertas de emprego estão concentradas na Capital. Os que alcançam tais ofertas buscam habitações próximas ao centro. Dessa maneira, aqueles que não possuem condições financeiras para adquirirem imóveis no centro, buscam alternativas; estas se apresentam com a possibilidade de moradia nas áreas periféricas – e são estes, os que não possuem renda, ou possuem insuficientemente, que irão se concentrar nessas áreas.

Outros dados, como o IDHM, também, são úteis para robustecer a presente segregação socioespacial. Pela Tabela 12, é possível verificar os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal de 1991-2010.

<sup>64</sup>Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

<sup>65</sup>Rendimento médio mensal. População de 10 ou mais anos de idade, com ou sem rendimentos. O valor em reais é o valor nominal (Fonte: IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela2.shtm>

<sup>66</sup>Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade (R\$) (Fonte: IBGE, 2010. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Trabalho\\_e\\_Rendimento/pdf/tab\\_rendimento.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Trabalho_e_Rendimento/pdf/tab_rendimento.pdf))

TABELA 12  
IDH Municipal<sup>67</sup> 1991-2010

Descrição	1991	2000	2010
IDH Municipal	0,515	0,634	0,739
IDH Renda	0,597	0,655	0,720
IDH Longevidade	0,711	0,808	0,844
IDH Educação	0,322	0,482	0,664
Ranking municípios do Espírito Santo	6º	11º	7º
Ranking municípios do Brasil	573º	908º	795º

Fonte: PNUD, 2013 (Atlas do desenvolvimento do Brasil).

Disponível em: [http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013)

Apesar de verificar “progresso” nos índices, ainda que comparado com o IDHM do Espírito Santo, conforme tabela 12, o município da Serra se mantém, de certa maneira, em uma faixa regular quando visto no ranking nacional e estadual.

TABELA 13  
IDHM – Espírito Santo 1991-2010

1991	2000	2010
0,505	0,640	0,740

Fonte: PNUD, Atlas do desenvolvimento humano 2013.

Um elemento importante a se considerar, relacionado ao aspecto da renda e do IDH, é a análise do CadÚnico<sup>68</sup>. Em 2009, foi verificado que 77.460 pessoas estavam cadastradas, dos quais, pouco mais de 70%, eram naturais do estado do Espírito Santo. Dessa maneira, observa-se que aproximadamente 30% das que eram cadastradas eram naturais de outros estados, principalmente, da Bahia e Minas Gerais (23,26%). Dados posteriores, referentes a 2011, indicavam que, cerca de 25

<sup>67</sup> Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais.

<sup>68</sup> Cadastro Único, que funciona como instrumento para análise e inclusão nos programas sociais do Governo Federal. Identifica e define as famílias de baixa renda como aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa ou renda mensal de até 3 salários mínimos no total.

mil famílias, dependiam do Bolsa Família<sup>69</sup>, totalizando quase 100 mil pessoas no município.

A composição socioeconômica dessa considerável parcela da população serrana demanda muita procura pelos serviços públicos como saúde e educação. Tal fator associado ao crescente contingente populacional ocasiona uma sobrecarga na oferta desses serviços públicos para a sociedade. Dessa maneira, aqueles que integram as classes mais baixas da população, ou não acessam os serviços públicos, ou os acessam de maneira deficiente.

Na esfera da educação os dados obtidos junto à Secretaria de Educação (SEDU), apresentam outro indício de segregação social: primeiro, o número abaixo do esperado de estabelecimentos escolares públicos; e em segundo lugar, um afunilamento de vagas para alunos egressos do ensino fundamental, com vistas ao ensino médio<sup>70</sup>. Verifica-se um número muito maior de estabelecimentos de Ensino Fundamental do que de Ensino Médio. Segundo o Censo do IBGE de 2010, o percentual de pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução e Ensino Fundamental incompleto, chegavam a 45,1%. Ao somarem-se, no mesmo período, as pessoas com Fundamental Completo e Ensino Médio completo, o percentual chega a 64,3%.

Outro fator que deve ser considerado, baseando-se no Censo de 2010, é que não foi mensurado o percentual de pessoas com menos de 10 anos de idade sem nível de instrução, conforme diagnóstico realizado na Serra<sup>71</sup>.

---

<sup>69</sup> O Bolsa Família é um programa do governo de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo a que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. Ele busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Extraído de: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 18 fev. 2015.

<sup>70</sup> Segundo Rodrigues (2012), em 2007, 80% da população jovem saídas do ensino fundamental, na Serra, não tinham vaga no ensino médio e, em 2012, essa situação se mantinha.

<sup>71</sup> Serra agenda do futuro – 2012-2032.

TABELA 14

Número de escolas no município da Serra em 2011<sup>72</sup>

COMPETENCIA	CICLO	QUANTIDADE	
Municipal	Ensino Fundamental	121	121
Estadual	Ensino Fundamental	13	45
	Ensino Fundamental e Médio	32	
	Escolas Especiais, Educação de Jovens e Adultos e Centro Técnico	00	
Federal	Ensino Médio e Técnico	01	01
<b>TOTAL</b>		<b>167</b>	

Fonte: SEDU, 2014.

Disponível em: <http://www.educacao.es.gov.br/>

Na saúde, a Serra apresentava os seguintes números em 2010, conforme Tabela 15.

TABELA 15

Hospitais e Centros de atendimento público

TIPO DE ESTABELECIMENTO	QUANTIDADE
Unidade Básica de Saúde	32
Unidade Regional de Saude	07
Hospitais públicos <sup>73</sup>	02
Unidade Pronto Atendimento	02
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>

Fonte: Conselho Nacional de Estabelecimentos de Saúde

Disponível em: <http://www.saude.es.gov.br/default.asp#1>

Já o diagnóstico temático sobre saúde, divulgado em Serra – agenda do futuro – 2012-2032, apresenta os seguintes dados: 32 Unidades Básicas de Saúde, 04 Unidades Regionais de Saúde, 01 Centro de Referência Ambulatorial, 02 Unidades de Pronto-Atendimento Adulto, 01 Unidade de Pronto-Atendimento Infantil, 01

<sup>72</sup> Dados referentes a 2010. Disponível em: <<http://www.educacao.es.gov.br/>>. Acesso em 17 abr. 2014.

<sup>73</sup> Dados de 2008.

Unidade de Pronto-Atendimento Odontológico, 01 Maternidade, 01 Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/Aids, 01 Centro de Atenção Psicossocial, 01 Centro de Especialidades Odontológicas e 01 Centro de Controle de Zoonoses.

O mesmo documento informa o não aumento de leitos públicos no município serrano, entre 1996 e 2011, apresentando o quantitativo de 172 leitos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde, alcançando o índice de 0,42 leitos para cada mil habitantes, ou um leito para cada 2380 moradores. Segundo Carneiro (2012), 80% da população serrana utiliza os serviços de saúde oferecidos pela rede pública.

A mescla de indicadores de saúde, educação e renda influenciam diretamente o índice de desenvolvimento humano do município. Um quantitativo populacional além da capacidade de infraestrutura da cidade produz sobrecarga na prestação de seus serviços públicos e reverbera de outras maneiras. Isso se comprova na associação dos indicadores de renda, educação e saúde supramencionados. Mas as reverberações dos diversos processos ocorridos na Serra não se limitam às desigualdades socioespaciais e econômicas, são refletidas também em seus índices de violência, limitado no presente estudo aos homicídios no município.

### **3.3 Serra: homicídios**

Segundo Soares (2008, p. 29), o homicídio é um fenômeno estável, e, de certa maneira, previsível, sendo que suas taxas alteram pouco de um ano para o outro. O autor menciona que o índice acompanha, sensivelmente, a gradual mudança populacional, salvo em casos extremos. Nesse caso, dentre os diversos fatores intervenientes, são mencionados os grandes fluxos migratórios.

Ainda que seja assinalado, a partir de diversos estudos<sup>74</sup>, que a desigualdade de renda constitui fator para aumento do índice de homicídios, no Brasil, conforme Soares (2008, p. 55), a desigualdade de renda é quase uma constante, não podendo

---

<sup>74</sup> Braithwaite (1980), Krahn et al (1986), Lee; Bankston (1999) e Cutright; Briggs (1995) apud Soares (2008, p. 54-55).

servir de base para elaboração de teorias que expliquem o homicídio a partir dela<sup>75</sup>. De fato, o que deve ser considerado é que a desigualdade econômica, junto com índices de homicídio, constituem fatores a serem observados, a partir de um crescimento abrupto de algumas cidades. Ambos funcionam como consequências de fatores sobredeterminados como urbanização, industrialização e migração.

Misse apresenta em seu estudo sobre as cinco teses equivocadas para a criminalidade urbana no Brasil, o mito de que o criminoso é o migrante rural tradicional, “geralmente nortista ou nordestino, inadaptado às grandes cidades, lançado à miséria e isolado dos vínculos comunitários, em geral ocupando funções desqualificadas em áreas como a construção civil (...)”. Para ele, tal “tese” pertence “principalmente ao imaginário social, e difundida na subliteratura e em filmes e novelas” (2011, p. 39). Desataca, ainda, que a maioria dos estados de origem desses migrantes possuem índices mais baixos de criminalidade do que os estados de destino.

Quando relacionado aos indicadores de pobreza e exclusão, os índices de homicídios acompanham<sup>76</sup> tal processo. Essa associação se faz dentro de um padrão de georreferenciamento, em que há concentração de homicídios nos locais onde há concentração de pobreza. Tais incidentes ocorrem, quase exclusivamente, na periferia da capital. Tanto os que matam, quanto os que morrem, moram perto do local dos crimes<sup>77</sup>.

À medida que migrantes se deslocam para áreas não preparadas para receberem grandes fluxos populacionais, essas regiões veem seus poucos recursos, quando possuem, se esgotarem. Segundo Soares (2008, p. 78-79), essas migrações, em uma perspectiva macro, sobrecarregam os recursos da área em dois tipos que se distinguem: a *absoluta*, quando a área não atende à demanda com seus recursos,

<sup>75</sup> “Não se pode esperar encontrar uma relação entre desigualdade e homicídio no Brasil. (...) A ausência de relação é evidente, como seria de esperar quando se tem uma quase-constante tentando explicar uma tendência definida, seja crescente, seja decrescente, em outra variável” (Soares, 2008, p. 63). Nesse ponto o autor argumenta não ser possível encontrar relação, de fato, quando se traça uma relação linear entre causa e efeito, o estudo se basearia no estabelecimento de estereótipos. Nesse caso há de ter lógica no argumento do autor quando se trata de causa e efeito, mas dentro da problemática da sobredeterminação, os dois processos, desigualdade e homicídios, estão conectados.

<sup>76</sup> Barata *et al*(1998) *apud* Soares (2008, p. 76).

<sup>77</sup> Chamado de “localismo” por Soares (2008, p. 78).

dessa maneira a região metropolitana tende a estender-se para alcançar novos recursos<sup>78</sup>; e a *temporária*, a “cidade” não possui capacidade para atender à demanda, situação que tende a se corrigir ao longo de algumas décadas, como exemplo da educação e saúde.

Soares expõe um estudo de caso<sup>79</sup>, no Canadá, em que o índice de crimes cometidos por migrantes e pela segunda geração destes, na mesma localidade, era inferior ao índice de crimes cometidos pelos residentes há mais tempo. Entretanto, devem-se levar em conta os contextos, “imigrantes não são idênticos” (2008, p. 80)<sup>80</sup>. Não só a questão da classe de renda a que pertencem àqueles que migram, mas migrações em maior número “podem significar deterioração da qualidade de vida para todos, mesmo atingindo diferentemente os antigos moradores e os migrantes”. Brito (2002, p. 5) fala dos sobre-efeitos da migração como a evidencia dos “desequilíbrios regionais e sociais” existentes. Tal exemplo pode ser representado no processo de “favelização” nas periferias de metrópoles.

Os desdobramentos decorrentes dos processos migratórios são diversos; dentro mesmo de um aglomerado de pessoas pode ocorrer rejeição dos que chegaram por último em relação aos migrantes mais recentes<sup>81</sup>. Dessa maneira, as relações entre as pessoas sofrem constante tensão; a diminuição ou ausência de privacidade expõe a intimidade de cada pessoa a estranhos. Aqueles que mesmo sem a presença do Estado buscam seguir as leis e costumes são vistos como “certinhos”, ao passo que, também, tal tensão faz prosperar a competitividade e surgimento de novas figuras de autoridades e novas relações de poder, fora da intervenção do poder público (SOARES, 2008, p. 80).

---

<sup>78</sup> O autor menciona o exemplo da água. No caso da Região Metropolitana da Grande Vitória verifica-se a própria oferta de solo, de lugar para habitação. Ao longo dos anos, 1970 e 1980, as regiões centrais, representadas pela Orla de Vila Velha e grande parte da Capital se tornaram inacessíveis aos migrantes, tendo estes se deslocado, principalmente, para Serra e Cariacica.

<sup>79</sup> Schwartz (1957); Vallee (1961) *apud* Soares, 2008, p. 79.

<sup>80</sup> Soares menciona outro estudo realizado em prisões federais canadenses, que apontavam os latino-americanos e caribenhos com o índices mais elevados, cujo os crimes estavam relacionados, principalmente, ao tráfico e consumo de drogas.

<sup>81</sup> Ver Os Estabelecidos e os outsiders, Nobeit Elias (2000). Para um estudo específico e relacionado ao tema, ver artigo de Barros e Dadalto: Migração e violência: O “baiano” na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo, 2013.

Em um estudo produzido no estado do Rio de Janeiro<sup>82</sup>, relacionando migrantes inter e intraestaduais, ficou constatado que os migrantes intraestaduais possuem uma relação com os índices de homicídios, fato que não pode ser visto nos nascidos fora do estado. Tal argumento respalda uma resposta ao desenvolvimento de estereótipos, que buscam rotular os migrantes como causadores de problemas<sup>83</sup>.

Entretanto, não se pode negar a relação entre migração e homicídios. “A única conclusão correta é que a migração aumenta a taxa de homicídios no município. Isso não quer dizer que são os migrantes que matam, nem que são os migrantes que morrem” (SOARES, 2008, p. 82). Tal vínculo não deve ser interpretado linearmente, como causa e efeito, mas dentro de uma problemática da sobredeterminação, que produz múltiplos efeitos (ÀUGÉ, 2010). Outro fator que deve ser considerado na relação entre migração e homicídio é que os migrantes de ontem tornaram-se pais hoje de muitos que são nascidos no município. Ao remontar esse processo, torna-se praticamente impossível elaborar um estudo preciso, já que a mobilidade humana é uma constante e todos, de alguma maneira, descendem em algum momento de migrantes.

Dentro do campo das correlações, o município da Serra traduz de forma prática essa relação migração e homicídios. Vê-se que a maior parte daqueles que migraram, ao longo dos anos 1960, até 1990, possuíam rendas mais baixas que a média estadual e nacional. Dessa maneira, verificou-se a construção de bolsões de pobreza e áreas periféricas fora do alcance das políticas públicas mais ativas no centro da Metrópole.

A cidade da Serra ganhou destaque como a mais violenta do Brasil em *ranking* elaborado a partir de dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A cidade foi reportagem de capa da revista *Época*<sup>84</sup>, em 2005. O risco de homicídio naquele ano foi de 97,62, para cada 100 mil habitantes. Tal índice, extremamente elevado, remete aos diversos fatores, que sobrepostos, favorecem a ocorrência de tantos homicídios.

---

<sup>82</sup> Soares, 2008, p. 81-83.

<sup>83</sup> Ver artigo “O problema são os outros”, SILVA, Madson G. da. *In: Sinais*, n. 14, dez. 2013, p. 102-118.

<sup>84</sup> Do Velho Oeste ao Paraíso. *Época*, Abr. 2005



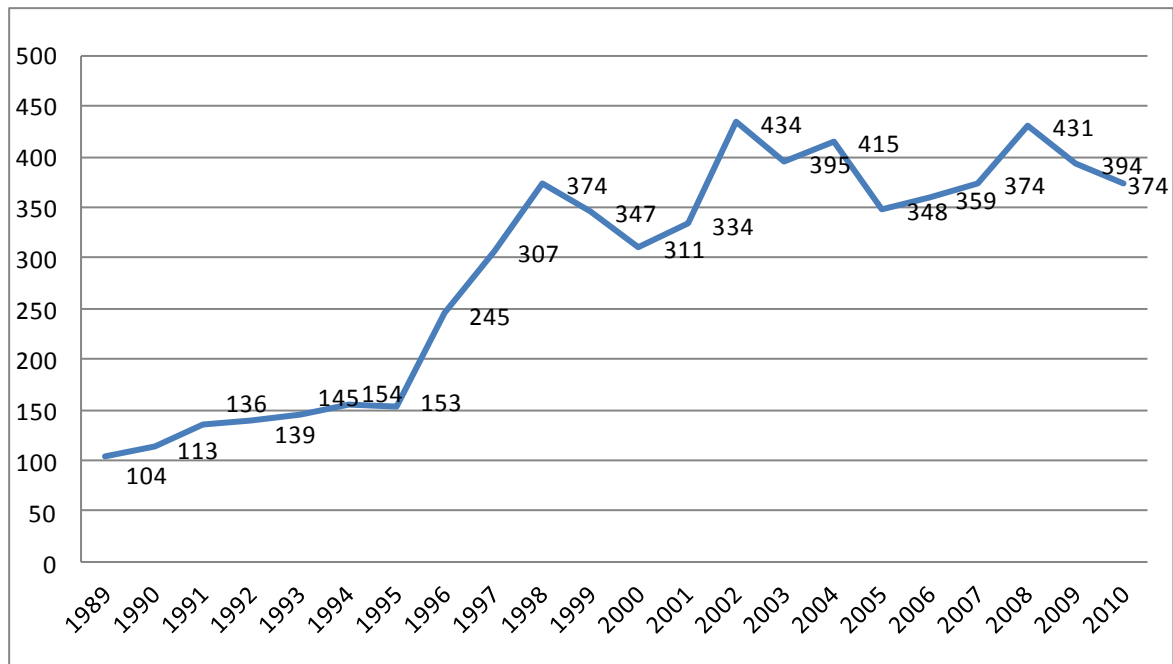


GRÁFICO 5 – Números absolutos dos homicídios no município da Serra de 1989 a 2010.  
Fonte: Ciodes; GEAC/ SESP

Integrando o município da Serra em um contexto local e nacional é possível verificar algumas alterações. No Brasil, como no Espírito Santo, a principal causa de morte está relacionada a doenças do aparelho circulatório. No Brasil, a segunda causa principal de morte são as neoplasias (tumores), seguido pelas causas externas<sup>85</sup>. No Espírito Santo, a segunda causa de morte se relaciona às causas externas e a terceira, às neoplasias. Na Serra há uma escalada da violência: em 2010, 27,65% das mortes foram decorrentes de causas externas, seguida por doenças do aparelho respiratório, 26,24%, e neoplasias, com 16,15%. Dentro das mortes por causas externas, na Serra, o homicídio soma quase 64% do total.

Dessa maneira, alguns dados a respeito de homicídios, na Serra, devem ser observados. Ao analisar o gráfico 5, vê-se o aumento do número de homicídios no município da Serra. No período 1989-1995, há certa constância, com aumento paulatino. A partir de 1996, tem-se um aumento abrupto na quantidade de homicídios e, de 1996, até 2010, os números oscilam dentro de certo padrão.

Importante, também, analisar não apenas o número de homicídios de forma absoluta, mas na taxa para cada 100 mil habitantes:

<sup>85</sup> Homicídios, suicídios e acidentes diversos.

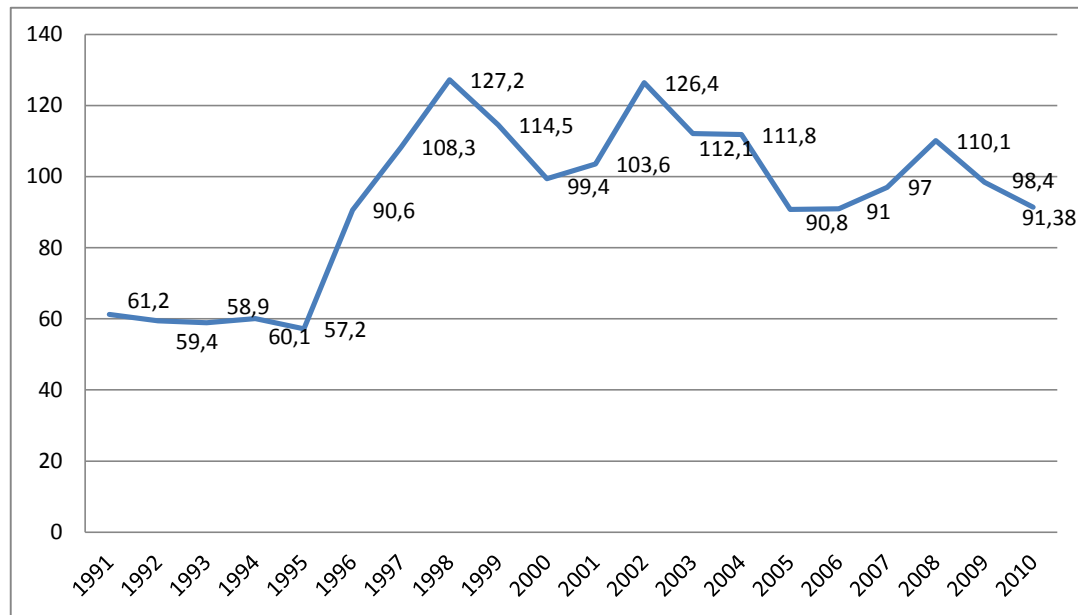


GRÁFICO 6 – Taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes no município da Serra de 1991 a 2010.

Fonte: Ciodes<sup>86</sup>; GEAC/ SESP

A taxa de homicídios “recomendada” pela Organização das Nações Unidas é de 10 para cada 100 mil habitantes. Veem-se, na Serra, períodos, conforme gráfico 3, em que a taxa ultrapassa o esperado pela ONU em mais de 10 vezes. Em 2005, segundo dados do IPEA, a Serra era o município com maior número de homicídios. No Brasil<sup>87</sup>, em 2012, há sensível alteração no ranking, com o município caindo para 3ª colocação de cidades com mais de 300 mil habitantes.

Quando se compara, conforme gráfico 7, com as taxas da RMGV, Espírito Santo e Brasil, observa-se que de fato os índices no município da Serra são elevados, e que esse quantitativo colabora para o aumento das taxas na RMGV e Espírito Santo.

<sup>86</sup> Centro Integrado Operacional de Defesa Social. Os dados, até 2005, foram obtidos no Ciodes. De 2006, até 2010, foram obtidos junto à Gerencia de Estatística e Análise Criminal, GEAC/ SESP.

<sup>87</sup> Há certa discrepância nos dados, no entanto, ainda com as divergências numéricas, Serra apresentou índices altíssimos. Ver WAISELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2014, WAISELFISZ, Julio Jacob. Mapa da Violência 2012. A cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPP/PR, 2012. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em: 16 abr. 2014 e WAISELFISZ, Julio Jacob. Homicídios e Juventude no Brasil. Mapa da Violência 2013.

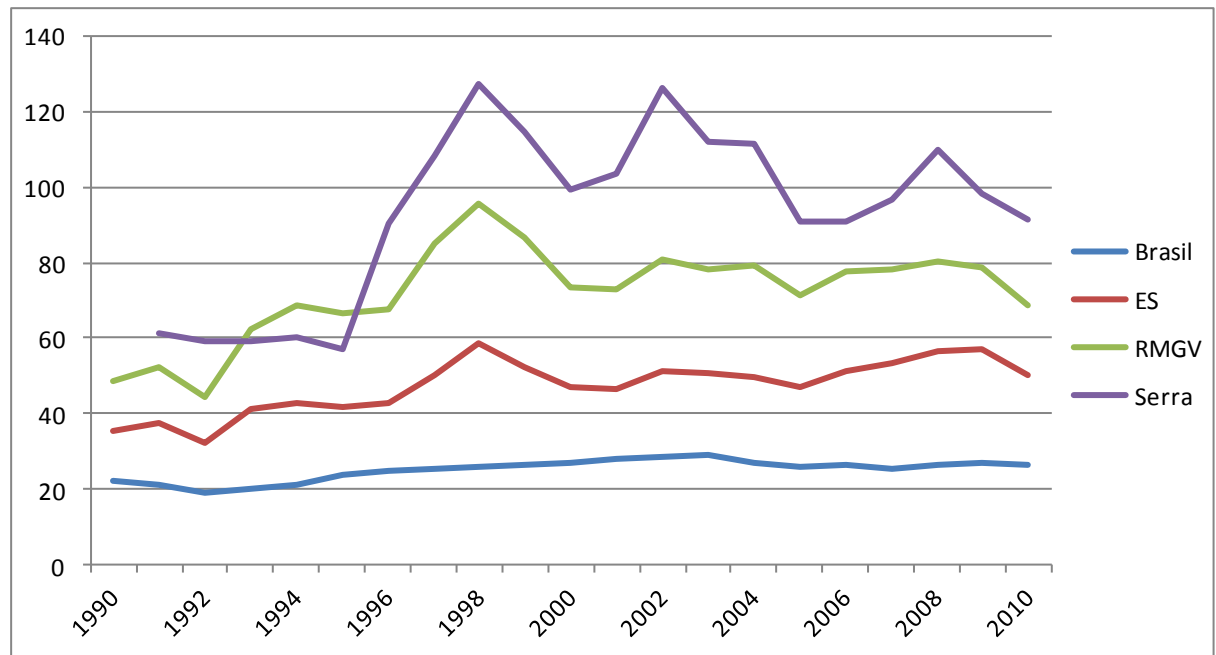


GRÁFICO 7 – Taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes no Brasil, Espírito Santo, Região Metropolitana da Grande Vitória e Serra, no período de 1991<sup>88</sup> a 2010.

Fonte: SIM/ SVS/ MS<sup>89</sup>

Mattos (2010, p. 258) assegura que a interação dos processos de industrialização, urbanização e migração favorecem o aumento da “precariedade da vida urbana”. O não acesso a políticas de inclusão, principalmente dos jovens, constitui um fator de risco social a ser considerado. A mesma direção é apontada por Adorno (2002, p. 101), ao apontar os altos índices de criminalidade, a partir da constante desigualdade social e segregação urbana<sup>90</sup>, embora com ressalvas na relação direta entre pobreza e criminalidade.

Nesse bojo, o perfil das vítimas de homicídios e de seus autores é semelhante: jovens do sexo masculino, pardos, entre 15 e 29 e pertencente à classe com baixa renda<sup>91</sup>. Tal dado se torna preocupante face à demanda exigida do estado voltado para políticas públicas de inclusão social. Não só os dados relacionados ao perfil dos envolvidos com o homicídio se tornam preocupantes, mas também com a

<sup>88</sup> Exceto Serra, que inicia, em 1991.

<sup>89</sup> Disponível em: < [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_es.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_es.pdf)>. Acesso em 20 fev. 2015.

<sup>90</sup> Adorno apresenta uma perspectiva diferente da de Soares. Este, conforme mencionado, discorda da relação entre pobreza e homicídio, já aquele relaciona a pobreza ao homicídio a partir de análise estrutural dos efeitos do capitalismo (ADORNO, 2002, p. 108), ou seja, tanto a pobreza quanto o homicídio constituem efeitos.

<sup>91</sup> Pesquisa de vitimização realizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Indiciárias, em 2008.

concentração do índice em bairros específicos.

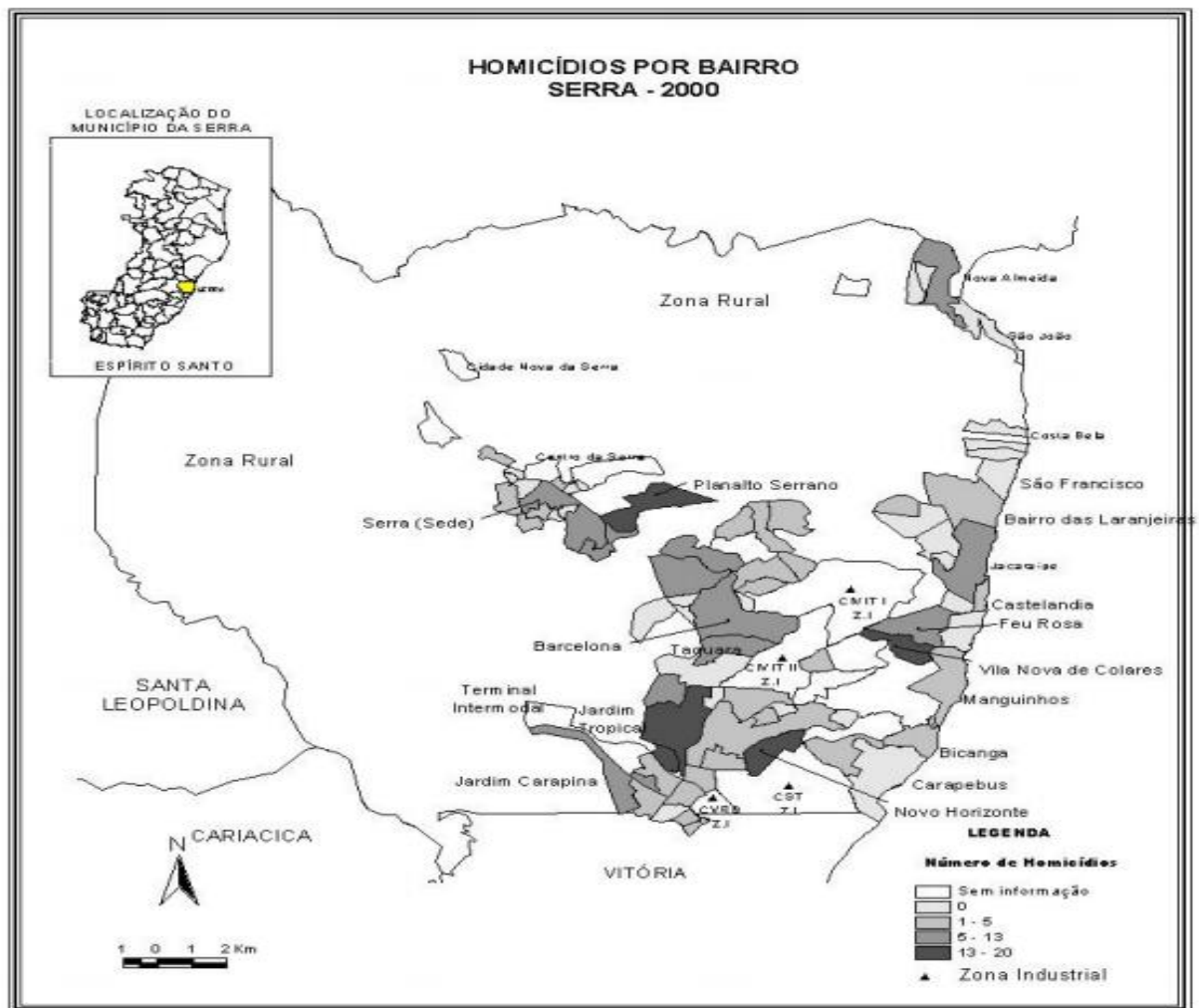


FIGURA 22 – Mapa de concentração de homicídios por bairros no município da Serra em 2000. Fonte: ZANOTTELI, 2005.

O município da Serra possuía, em 2010, 124 bairros. Dentre eles se destacam os cinco mais populosos, segundo a prefeitura do município: Feu Rosa (19532 habitantes), Vila Nova de Colares (17015 habitantes), Planalto Serrano (15495 habitantes), Jacaraípe (14584 habitantes) e Novo Horizonte (14146 habitantes). Nos cinco residem 19% da população<sup>92</sup> de todo o município, bem como registram 29,50% dos homicídios<sup>93</sup>.

<sup>92</sup> Fonte: [www.serra.gov.es.br](http://www.serra.gov.es.br)

<sup>93</sup> Em 2010, a Serra apresentou 373 homicídios: os cinco bairros citados somaram um total de 110, ao longo do ano. Fonte: GEAC/SESP, 2013.

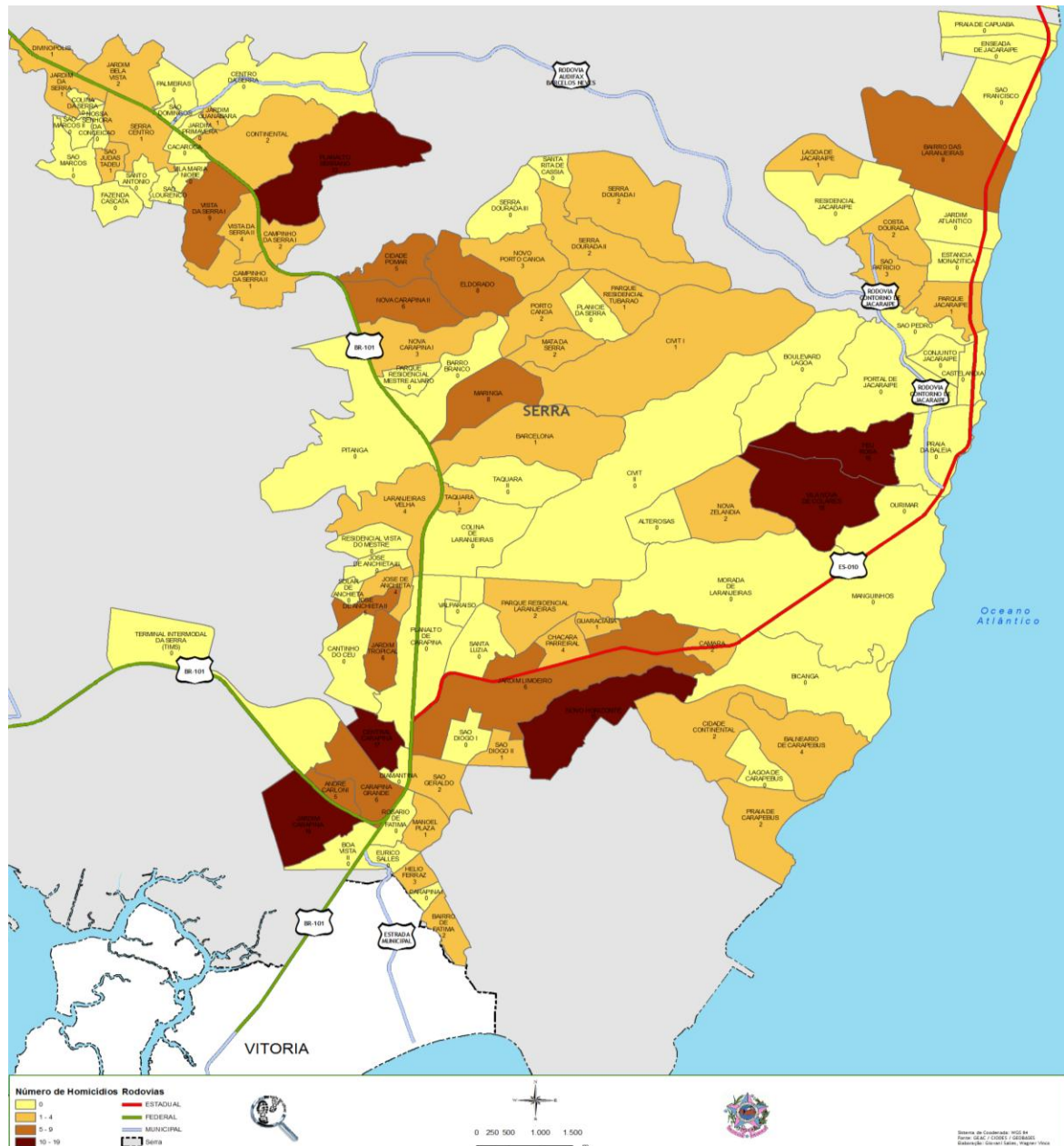


FIGURA 23 – Mapa de concentração de homicídios por bairros no município da Serra em 2010. Fonte: GEAC/ SESP, 2015.

Na Figura 17, apesar de apontar os bairros em que ocorreram os homicídios em 2000, é possível verificar pouca alteração nesses locais ao longo de 10 anos, quando comparados à figura 18.

Muito tem sido noticiado sobre a Serra e seu crescimento nos últimos anos. A cidade foi classificada como a quarta do Brasil em desenvolvimento<sup>94</sup>, referente ao período

<sup>94</sup> Em primeiro, Campos do Goytacazes, no Rio de Janeiro; em segundo lugar ficou Paraupébas, Pará, e, em terceiro, São José dos Pinhais, do Paraná.

de 2000 a 2008. Segundo dados do IBGE, o município aumentou sua participação em 52%<sup>95</sup>, no PIB brasileiro. Os fatores apresentados como causa desse crescimento estão relacionados à indústria siderúrgica e, principalmente, ao grande crescimento da construção civil no município. A valorização imobiliária constituiu importante fator para o crescimento e essa valorização apresenta mais indícios que corroboram com a pesquisa.

Segundo Campos Jr. e Gonçalves (2009, p. 74), a Serra foi responsável por mais de 60% de “lançamentos imobiliários lançados na Grande Vitória”. Essa valorização, que funciona como uma das expressões da produção capitalista, estendendo os espaços de segregação para além do espacial. Como apresentado por Caldeira (2011), nas últimas décadas, a segregação se dá nos “enclaves fortificados”, em que condomínios residenciais de alto luxo estão ao lado de bairros considerados de baixa renda.

Essa proximidade espacial, mesmo que dividida por altos muros, entre pessoas que usufruem plenamente das políticas sociais e as que integram a uma classe menos favorecida, desassistida pelo Estado, traduz bem a segregação socioespacial latente. Tal fato, também, é decorrente do constante crescimento da Região Metropolitana da Grande Vitória, que se estende para áreas consideradas anteriormente como periféricas. De fato, não se deve contestar o crescimento, mas deve-se refletir para quem seria este crescimento, haja vista que as políticas públicas não avançaram na mesma medida do desenvolvimento<sup>96</sup> industrial e urbano.

---

<sup>95</sup> Saltou de 0,25% para 0,38% de participação no PIB brasileiro no período, 2000-2008.

<sup>96</sup> Esse crescimento – “sobremoderno” – exprime, “então, todas as contradições do sistema da globalização, do qual se sabe que seu ideal de circulação de bens, ideias, mensagens e seres humanos está submetido à realidade das relações de força que se exprimem no mundo”. (AUGÉ, 2010, p. 41)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da ótica das grandes transformações é possível perceber que, o Brasil, já integrado em uma economia-mundo, rompe com a característica econômica de predominantemente agrário - sendo o café “carro chefe” dessa economia até, a primeira metade, do século XX. As transformações no país são representadas, inicialmente, por São Paulo e Rio de Janeiro, locais de influências das elites políticas desde o Império. As mudanças que se apresentaram de maneira tímida, na década de 1930, vão se tornar mais consistentes nas décadas seguintes.

Uma vez concentradas, em São Paulo e Rio de Janeiro, esse proto-desenvolvimento vai situar a região Sudeste em lugar de destaque no país. É dentro dela que novos polos industriais começam a surgir; e a partir dela, outras regiões brasileiras começam a desenvolver sua indústria, mantendo conexão com o centro político e econômico. A conexão econômica se estabelece mantendo a região Sudeste em seu centro; é para ela que a diversidade de investimentos se dirige e é empregada. É no Sudeste que os tecidos metropolitanos passam a integrar suas cidades, metrópoles e estados ao país.

O Espírito Santo, nesse contexto, passa a integrar todo o processo, que não ocorre apenas localmente, mas globalmente, tendo no estado suas conexões com outros pólos nacionais e, também, internacionais. Assim, a Região Metropolitana da Grande Vitória ganha proeminência; a presença da Capital como centro político proporciona um direcionamento para a tessitura da cidade metropolitana.

Dessa maneira, no período, vê-se que o estado possui as mesmas características que o Brasil, ou seja, totalmente agrário com a produção centrada no café. São os recursos vindos da agricultura que possibilitam o estabelecimento de infraestruturas. Se em um primeiro momento infraestruturas, como portos e ferrovias, foram imprescindíveis para o dinamismo da econômica cafeeira; em outro, o setor industrial se apropriará dessa infraestrutura para seu desenvolvimento.

Ainda com o café no auge de sua produção, em meados dos anos 1950, o

planejamento do governo do Espírito Santo era equipar o estado com um parque industrial de maneira a torná-lo independente da economia cafeeira. De certa maneira, pela perspectiva da modernização da economia, a crise que se instalou no comércio de café veio a calhar; e ainda, na década de 1950, os preços do café despencaram.

A perspectiva do governo, nesse sentido, era de que a economia se diversificasse, o que, a partir de algumas crises, ao longo da História, se tornaria provável. A diversificação representava a solução dessas crises, contudo, devido à forma de produção e de apropriação do solo, a dinâmica ocorreu de maneira diferente. Como o café era predominantemente cultivado em plantio familiar, os produtos para subsistência eram igualmente plantados, e as famílias permaneciam, por algum tempo, na cultura do café, na expectativa de que a economia iria reerguer-se. Logo, o governo tomou medidas, intervindo diretamente através da erradicação dos cafezais. Ressalta-se que não constituiu objeto da pesquisa se os cafezais eram ou não antieconômicos, mas sim, que por meio de medidas do governo, alterações drásticas foram sentidas. As consequências imediatas da erradicação traduziram-se num grande saldo de trabalhadores desempregados, não mais vinculados à sua atividade agrária.

Nota-se que os processos estudados na pesquisa não só aumentam em quantidade, mas em complexidade. Nesse contexto, os recursos da produção agrária são direcionados para uma diversificação da economia. Essa diversificação pautou-se em um plano de governo, que serviu de fundamento para as grandes plantas industriais, já na década de 1960. A economia cafeeira entra em crise, e por meio da intervenção do governo, indenizações são pagas aos agricultores. Assim, automaticamente, acontece um esvaziamento do campo e abrupta mudança social, com grandes fluxos migratórios que se dirigiram para outros estados e para a região metropolitana que estava em formação.

É nessa interação, entre o grande contingente populacional se dirigindo para a metrópole e as oportunidades que ela “oferece”, que clivagens ocorrem. Não são todos que acessam essa cidade em construção. Àqueles que constituíam a mão de



obra não especializada seguem à margem, segregados; estavam perto do centro, mas distante de suas ofertas. Esse crescimento segue por uma lógica da industrialização, ao mesmo tempo em que acompanhada, pelo consequente processo de urbanização. Se na década de 1960, a população era majoritariamente rural, no percurso o que se vê, ao longo das décadas seguintes, é uma total inversão. A ampliação do espaço urbano, que se estende para além da capital, alcançando as cidades circunvizinhas e suas conexões, representa a cidade metropolitana. Assim, há um crescimento gradativo para a periferia, mantendo alguns em seu epicentro, repelindo outros para sua margem.

A urbanização é um processo bem mais complexo do que se possa imaginar. Fala-se num espaço em constante crescimento, que é uma cidade e, ao mesmo tempo, um mundo. Nela estão concentrados todos os conflitos e contradições possíveis. Na cidade, um “fosso” fica evidente, há um abismo socioeconômico e cultural que divide e, muitas vezes, segrega pessoas. Destarte, pode-se afirmar que é um lugar de tensão e contradições. Ainda, convém dizer que a cidade de tantos conflitos está sempre mudando, ao passo que cresce, também, se transforma; é uma “metacidade”.

Vê-se que a metrópole não mais se apresenta como uma ilha, mas se relaciona com outros polos que apresentam características semelhantes de crescimento, estando inserida, dentro de uma lógica global, maior. Assim, o fluxo de pessoas que a compõem tende a apresentar certos padrões; se, até meados da década de 1960, a cidade de chegada se traduzia, em São Paulo e Rio de Janeiro, a partir, principalmente, dos estados da Bahia, Sergipe, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas; após 1960, outros pólos passam a receber esses fluxos migratórios, como o caso do Espírito Santo.

Pela lógica de deslocamento Nordeste-Sudeste, o Espírito Santo, passa a receber, principalmente, baianos, no entanto, estes não são os que mais migram para o estado. Os maiores fluxos são decorrentes do estado de Minas Gerais. Assim, vê-se que as trajetórias não são apenas traduzidas entre regiões, mas também dentre os estados de uma mesma região. Mas, os principais deslocamentos são os

intraestaduais, corroborando intenso fluxo hinterlândia-centro, como no caso do Espírito Santo.

Esses deslocamentos não só intensificam o processo de urbanização, eles se desdobram em outro também: o da metropolização. Muitos são os que quando deslocam, se dirigem para a capital, e quando não são absorvidos, vão para os municípios circunjacentes. Outros fatores que incidem, contundentemente, no crescimento populacional são: uma cultura baseada na mentalidade rural, que não se muda ao passo que se migra, tende a permanecer por algumas gerações; bem como as políticas sanitárias, que mesmo se apresentando de maneira precária, colaboraram, consideravelmente, para a redução da mortalidade, fortalecendo o crescimento natural.

Então, pode-se dizer que o desenho da cidade metropolitana se constituiu na mescla das plantas industriais, dos acessos às indústrias, por meio das vias e da ocupação do solo metropolitano. Essa ocupação do solo, via de regra, obedeceu alguns padrões para seu estabelecimento. No município da Serra, objeto de pesquisa, é possível observar, que em diversos casos, as moradias apareceram de maneira planejada. De fato houve algum empenho do governo por meio de políticas habitacionais para apropriação ordenada do solo, porém, a habitação planejada não ocorreu com tanta frequência. Em alguns casos o planejamento habitacional aconteceu, as casas começaram a ser erguidas, no entanto, no percurso para sua conclusão, as políticas públicas voltadas para habitação eram cessadas. As casas eram construídas, mas não havia pavimentação, nem serviço de abastecimento de água ou esgoto. Também, outros serviços públicos não eram disponibilizados, como criação de escolas e postos de saúde.

Assim, com os casos de abandono pelo poder público, as invasões se tornaram frequentes. Para muitos que tentaram se aproximar da cidade metropolitana e não conseguiam, estar à margem e ter um teto já constituía importante fator para permanência. Mas esses não foram os principais casos de apropriação do solo serrano; muitos aglomerados urbanos se desenvolveram à parte de qualquer anuência do Estado, ou seja, de maneira irregular. Estes, como outros, serviram de

espaço para germinação de poderes e desenvolvimento de autoridades paralelas, além do alcance do poder público instituído.

A conjugação de fatores pautados na problemática da sobredeterminação permite algumas considerações no caso da Serra. O crescimento industrial constituiu fator de atração, ao passo que, a intervenção política na erradicação dos cafezais constituiu fator de repulsão. Soma-se, também, a “ilusão migratória”, uma vez que migrar faz parte da cultura não só do brasileiro, mas da humanidade. A esperança de mudança da condição social e econômica está diretamente associada ao processo de migrar. Ficou constatado que, cerca de 95%, do crescimento, no município da Serra, foi decorrente de fluxos migratórios. Convém ressaltar, no entanto, que a maior parte dos migrantes, era constituída de mão de obra não especializada; não sendo absorvidos pela oferta da metrópole, conseqüentemente, eram conduzidos à margem.

Destarte, é possível observar que toda conjuntura de fatores globais, decorrentes das “grandes transformações” e de todas as mudanças que elas produziram reverberam, ao longo do tempo, e da História. Essas transformações aconteceram de maneira global, mas são sentidas de maneira local. Nesse recorte geográfico, a Serra, tem sua inserção dentro de processos macros. Logo, na análise dos eventos locais, pode-se ver e compreender essa inserção em processos maiores.

A Serra, portanto, integra-se perfeitamente em sua metrópole. Ela integra uma cadeia de processos que ocorreram e ainda ocorrem de maneira nacional e global. As migrações compõem importante peça para estudo do objeto, e observa-se, também, a mesma dinâmica de inserção. As migrações acontecem em todo mundo e com o advento das grandes transformações, viu-se, o Brasil, integrando uma política internacional, cedendo e, principalmente, recebendo imigrantes. Os fluxos migratórios apresentaram certo padrão, tornando-se trajetórias predominantes que se mantiveram por décadas. Aproximando ainda mais, a Serra está inserida nessa História Global enquanto “cidade de acesso”, de migrantes que chegam e vão, que integram e veem, nessas transformações, possibilidade de mudança.

É nesse ponto que alguns processos se entrecruzam. Eles são interdependentes, e dessa interação surgem os desdobramentos que no tempo presente puderam ser observados. Os indicadores analisados forneceram respaldo para o entendimento de que transformações aconteceram e continuam a acontecer. Atualmente, a interação dos processos ocorridos, ao longo das décadas que se passaram, reflete de maneira contundente, forte e presente.

Inscrita nesses processos, a Serra está próxima da Capital, o que permitiu que seu espaço compusesse a cidade metropolitana. Seu território serviu de espaço para adensamento populacional face às demandas para habitações. Essa ocupação seguiu uma lógica de crescimento periférico, em um primeiro momento, o que tem mudado, atualmente, devido à especulação imobiliária. Hoje, o município não é somente espaço para habitações, mas para lançamento de indústrias, devido a infraestruturas de portos, vias, ferrovias e proximidade com o centro político, administrativo e econômico do estado.

Quando se verifica a oferta de serviços públicos, nesse município, nota-se o quanto a demanda é maior que a oferta. Em todos os indicadores apresentados, ou não houve presença do estado, ou foi insuficiente, no que se refere às políticas públicas para sociedade. Por exemplo, a quantidade de estabelecimentos de saúde se mostrou pequena para população, sendo que, cerca de 80%, necessita dos serviços públicos nessa esfera. Assim, fica evidente a falta de zelo e de assistencialismo, o que agrava o quadro da saúde pública da cidade.

A questão da educação, na Serra, também, se mostrou alarmante, haja vista a necessidade de aumento de escolas de ensino médio que atendam a demanda de alunos oriundos do ensino fundamental. A composição da oferta educacional na maneira apresentada indica uma manutenção de pessoas com baixo nível de escolaridade. Um “funil” foi posto pelo Estado; concluir o ensino fundamental não é garantia de obtenção de vaga no ciclo educacional seguinte. Nesse caso, muitos que desejam estudar devem procurar escolas em outros municípios.

Ao analisar a renda, verificou-se que, em todos os períodos observados esteve

abaixo do índice estadual e, em 2010, abaixo do índice nacional. Juntando a análise do índice de desenvolvimento humano, vê-se que, também, esteve abaixo do desenvolvimento estadual. No contexto, entre todos os municípios do estado, a classificação pode ser considerada boa, no entanto, quando inscrito em sua realidade metropolitana, a Serra segue na retaguarda, reforçando um espaço de segregação com bolsões de pobreza na Região Metropolitana da Grande Vitória. Ainda, robustece-se os elementos para essa segregação a partir dos beneficiários do Bolsa Família. Em 2010, aproximadamente 25% da população serrana dependia do benefício. Dessa maneira, conclui-se que considerável parcela da população recebia até 1/2 salário mínimo (por pessoa dentro da família).

Quanto a violência, tema amplamente discutido e que constitui pauta prioritária em todos os níveis de governo, pode-se afirmar que o município da Serra tem seus índices realmente elevados em qualquer parâmetro de comparação. A violência diuturna traduzida em homicídios gera um clamor por segurança. O município já foi *rankeado* como o mais violento do Brasil e, pouco tempo depois, após perder algumas posições nesse “*ranking* negro”, continua apresentando níveis elevados. Não há como apontar um único fator para esses índices, mas considerar dentro da problemática da sobredeterminação, uma reflexão sobre diversos componentes que o integram.

Nesse sentido, considera-se que a interação dos processos de industrialização, urbanização e migração sem a coordenação do Estado, reverberam na quantidade de homicídios da cidade. A ausência, ou mínima presença, do Estado favorece o desenvolvimento de autoridades paralelas. Estas, por sua vez, não possuem compromisso de subescreverem o que define o Estado, mas consideram sua ética particular. Agem conforme suas “próprias leis”, e em decorrência disso, vê-se, constantemente, os homicídios como barbárie.

De fato, quando se trata do município da Serra, apesar de tudo, remete-se a um lugar de constante desenvolvimento. A mídia apresenta a cidade como espaço para se viver e diversos empreendimentos têm sido construídos seguindo a ótica da metropolização. As indústrias e comércio presentes fomentam sua economia, a

ponto da Serra estar no topo, não só devido ao alto índice de homicídios, mas, também, por ser uma cidade em desenvolvimento, alcançando as principais cidades no cenário nacional.

Porém, o desenvolvimento tem apresentado seu preço. Com tantos investimentos imobiliários, o crescimento não é sentido apenas na população, ou na economia, mas, também, na quantidade de muros. Assim, uma outra cidade tem sido desenhada dentro da antiga cidade. Essa nova é uma que compreende os desejos, a modernidade e o desenvolvimento. Ela está enclausurada e fortificada; altos muros, cercas eletrificadas, câmeras, grades e seguranças. São cidades-ilhas, que se conectam por meio do *status* social, do poder aquisitivo, da influência política. Acessam aquilo que precisam por meio de pontes, ignorando uma cidade anterior que ali já existe.

Dessa maneira, já não figura mais somente como um espaço marginal, mas, também, perfeitamente conectado – ainda que segregado. A cidade traz para dentro dos seus limites territoriais as fronteiras que estavam ao redor. Nessa integração novos limites começam a surgir; agora são internos, invisíveis, no entanto, perceptíveis.

Não cabe apenas uma crítica sobre para quem esse crescimento tem sido direcionado, mas o estabelecimento de uma política que de fato integre os cidadãos, considerando suas diferenças socioeconômicas e culturais. Torna-se necessário um compartilhamento de responsabilidade entre todos os que acessam a cidade. Ainda, uma responsabilidade do Estado em gerir os meios e possibilitar o alcance de todos a uma inclusão, na contramão dessa desigualdade tão presente, com a otimização dos recursos que o município da Serra pode oferecer ao estado do Espírito Santo e ao Brasil.

## REFERENCIAS

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, E.S.:** crescimento e metropolização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, jul./dez., p. 84-135, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer.** o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ALMEIDA, Rita de Cássia Barcellos. **Formação metropolitana:** a Grande Vitória (1995 -2005). 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

ARANGO, Joaquín. *La explicación teórica de las Migraciones: luz y Sombras.* **Migración y Desarrollo**, 1, s/n, 2003.

ÀUGÉ, Marc. **Por uma antropologia da mobilidade.** São Paulo; Alagoas, Unesp; Ufal, 2010.

BAENINGER, Rosana. **Rotatividade Migratória:** um novo olhar para as migrações no século XXI. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambu, setembro/outubro de 2008.

BAENINGER, Rosana. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, **Anais...** Caxambu, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/NovosEspa%C3%A7osdaimigra%C3%A7aonoBrasilAnos80e90.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **La Globalización: Consecuencias Humanas.** D. F, Fondo de Cultura Económica, 2006.

BAVIERA, Teresa da. **Viagem pelo Espírito Santo (1888):** Viagem pelos trópicos brasileiros. Tradução e notas de Sara Baldus. Organização e notas de Julio Bentivoglio. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Título original: *Meinereise in denbrasiliaischentropen.*

BENJAMIN, W. **Obras escolhidas:** magia e técnica, arte e política. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Ensaio: Experiência e Pobreza, O Narrador e Sobre o conceito da História)

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a História do presente.** São Paulo: EDUSC, 1999. p. 127-130.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**. O roteiro da industrialização: do engenho às grandes indústrias 1535-1980. Vitória: Cátedra, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. **História Geral e Econômica do Espírito Santo**. Do engenho colonial ao complexo fabril-portuário. Vitória: Multiplicidade, 2006.

BITTENCOURT, G.; NETO, A. **Espírito Santo 1990-2002**: um estudo atual sobre a conjuntura do Estado e seus fundamentos políticos e econômicos. Vitória: ABIO, 2002.

BORGES, Clério J. **História da Serra**. 3. ed. Serra: CTC, 2009.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

BRESCIANI, Daniëlle de O. **Do elefante branco à perola capixaba**: um estudo da Companhia Siderúrgica de Tubarão quanto às relações de trabalho e à migração sob a ótica do processo de globalização. Curitiba: CRV, 2011a.

BRESCIANI, Daniëlle de O. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. **Dimensões**, Vitória, vol. 27, p. 40-62, 2011b.

BRITO, Fausto. Brasil, final do século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, Adelita (Org.) **Transições Migratórias**. Iplance, 2002. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/Brasil,%20Final%20de%20s%C3%A9culo%20-%20A%20Transi%C3%A7%C3%A3o%20Para%20Um....pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BRITO, F.; HORTA, C.; AMARAL, E. F. de L. **A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas**. Cedeplar - IUSSP, 2002. Disponível em: <[http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A\\_urbanizacao\\_no\\_brasil.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57. Maio/ Ago. de 2006.(SciELO Brasil). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142006000200017&script=sci_arttext)>. Acesso em: 24 abr. 2014.

BRZOZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Estudos Avançados**, 26 (75). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/09.pdf>>. Acesso em 28 jul. 2014.

BUFFON, José Antônio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade de Campinas. Campinas, 1992.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2011.



CAMPOS, E. Da Falange Vermelha a escadinha: o Poder nas Prisões. In: \_\_\_\_\_. **A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade**. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.337-350.

CAMPOS, Mikaella. Serra é a quarta cidade do país com maior desenvolvimento. A Gazeta, Vitória, 8jul 2011. Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2011/07/noticias/a\\_gazeta/economia/899208-serra-e-a-quarta-cidade-do-pais-com-maior-desenvolvimento.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/07/noticias/a_gazeta/economia/899208-serra-e-a-quarta-cidade-do-pais-com-maior-desenvolvimento.html)>. Acesso em 20 fev. 2015

CAMPOS JR, Carlos T. de.; GONÇALVES, Thalismar M. Produção do espaço urbano da Serra – Espírito Santo: estratégias recentes da construção imobiliária. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 17, p. 69-78, set./ dez. 2009.

CARNEIRO, Teresa C. J. **Serra**: Agenda do Futuro 2012-2032. (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

CARVALHO, Alexandre; CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. *Socioeconomic structure, self-fulfilment, homicides and spatial dependence in Brazil*. IPEA, Rio de Janeiro, 24 p. jul. 2005. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1105.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1105.pdf)>. Acesso em 16 abr. 2014. (Texto para discussão n. 1105).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CASTIGLIONI, Aurélia H. ***Migration, urbanisation et développement: lecas de l'Espírito Santo***. Bruxelles: CIACO, 1989.

CASTIGLIONI, Aurélia H.. Migração: abordagens teóricas in ARAGÓN, Luís E. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 2009a. v. 1. p. 39-57. Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/mab/fileadmin/ciencias%20naturales/mab/Migracao-Inter.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2014.

CASTIGLIONI, Aurélia H. e REGINATO, Mauro. *Impatti sociodemografici dell'immigrazione europea in Espírito Santo*, In: “*Altreitalia*”, **Rivista Internazionale di studi sulle migrazioni italiane nel mondo**, n. 38-39/2009, Torino: Rosenberg e Sellier, p. 190-221, 2009b. Disponível em: < <http://www.altreitalia.it> >. Acesso em 26 nov. 2014.

CASTIGLIONI, Aurélia H. Processo de crescimento da Grande Vitória. **Revista Instituto Jones**, Vitória, v. 01, p. 9-10, 1994.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. Brasília, ano XVIII, n. 35, p. 11-43, jul/dez. 2010.

CAÇADOR, Sávio B.; GRASSI, Robson A. A situação da econômica do Espírito Santo no início do século XXI: um estado desenvolvido e periférico? **Geografares**. Vitória, n. 14, p. 107-132, jun. 2013.

CERQUEIRA, Daniel R. de C. *et al.* A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil nos anos 2000. BOUERI, Rogério; COSTA, Marco A. **Brasil em desenvolvimento 2013**. Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2013, v. 03. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 16 abr. 2014.

CHAUVEAU Agnès; TÉTART, Philippe. Questões para a História do presente. In: CHAUVEAU Agnès; TÉTART, Philippe. (Org.). **Questões para a História do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 7-38.

CLEMENTE, Isabel. Do Velho Oeste ao Paraíso. **Época**, São Paulo, n. 359, p. 74-82, Abr. 2005.

COLLINSON, Sarah. **The political Economy of migration process: an Agenda of Migration research e analysis**. Working paper 12. Oxford: *International Migration Institute, University of Oxford*, 2009. Disponível em: <<http://www.imi.ox.ac.uk/pdfs/wp/wp12-collinson/view>>. Acesso em 03 out. 2014.

DADALTO, Maria Cristina. **A imigração tece a cidade**. Pólo industrial de Colatina. Vitória: Cultural e Edições Tertúlia, 2009.

DADALTO, Maria Cristina. **Rede solidária**. Arranjos produtivos ítalo-brasileiros. Vitória: Santo Antonio, 2005.

DADALTO, Maria Cristina; RODRIGUES, Márcia B. F. Migração e violência: o “baiano” na construção da sujeição criminal na RMGV do Espírito Santo. **Dilemas**, UFRJ: Rio de Janeiro v. 7. n. 1, p. 143-166, 2013. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-7-1-Art7.pdf>>. Acesso em 28 março 2014.

DADALTO, Maria Cristina. Os rastros da diversidade da identidade capixaba. **Sinais**, n. 1, v. 1, p. 57-74, abr. 2007.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

DUARTE, Maurizete Pimentel L. **A expansão da periferia por conjuntos habitacionais da Região da Grande Vitória (1964-1986)**. 2008. 237 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

DUPAS, Gilberto. O mito do progresso. **Novos Estudos**, n. 77, março 2007. p. 73-89.

DUPAS, Gilberto. Nova ordem global e a política: o espaço da periferia. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL REGGEN: Alternativas Globalização**. Rio de Janeiro, Brasil: UNESCO, **Organización de las Naciones Unidas para La Educación, La Ciencia y la Cultura**, Out. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/reggen/pp15.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2014.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos Avançados**, 12 (34), 1998.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Assembléia Legislativa. Lei complementar 204 de 21 de junho de 2001. **Institui a Região Metropolitana da Grande Vitória**. Disponível em: <[http://www.al.es.gov.br/antigo\\_portal\\_ales/images/leis/html/LC204.html](http://www.al.es.gov.br/antigo_portal_ales/images/leis/html/LC204.html)>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. **Sistema gestor e informações básicas**. Vitória: 2005. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/Site/index.php?option=com\\_attachments&task=download&id=2702&ei=PiNPU-mBEIOL2AWK0YGICg&usg=AFQjCNFmhjZHKWsQ3KvbtwBU\\_vRJA0xMZg&sig2=F0klcSLexM-lc6ue9P1Yug](http://www.ijsn.es.gov.br/Site/index.php?option=com_attachments&task=download&id=2702&ei=PiNPU-mBEIOL2AWK0YGICg&usg=AFQjCNFmhjZHKWsQ3KvbtwBU_vRJA0xMZg&sig2=F0klcSLexM-lc6ue9P1Yug)>. Acesso em: 22 mar. 2014.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria do Planejamento. Departamento de Informações Técnicas. **Espírito Santo: crescimento e desigualdade social, análise introdutória de alguns dados da pesquisa sócio-econômica 1977**. Vitória, 1979.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025**: nota técnica: desenvolvimento da logística e dos transportes no Espírito Santo. - Espírito Santo: Macroplan, v.9, 2006.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025**: análise comparativa. - Espírito Santo: Macroplan, 2006.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Projetos Estruturantes**. Espírito Santo: Macroplan, 2006. (Grupo 5. Desenvolvimento da Logística).

FAUSTO, Boris. **Negócios e ócios**: histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Gilton Luís. Um **desejo chamado MetrÓpole**: A modernização urbana de Vitória no limiar do século XX. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

FUKUDA, Rachel Franzan. **Estado e Políticas Públicas**: Industrialização, fragmentação social – o caso de Anchieta e Guarapari (1960- 2004). 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) –

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

GUIMARÃES, Antonio S. A., **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2005.

GUIZARDI, Menara. L.; GUERRERO, Bernardo. *El desborde de las alteridades: lãs migraciones internacionales en el panorama del capitalismo actual*. **Revista Ciencias Sociales**, n. 28,p. 7-18, 2012.

IANNI, Octavio. **Teoria da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População urbana e rural. Características da população** – Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/resultados\\_do\\_universo.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf)>. Acesso em: 22 mar. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - sinopse: estatísticas da população**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico - migração: municípios**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2000/migracao/Municipios/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2000/migracao/Municipios/)>. Acesso em 17 ago. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico – nupcialidade, fecundidade e migração: municípios**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Nupcialidade\\_Fecundidade\\_Migracao/xls/Municipios/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Nupcialidade_Fecundidade_Migracao/xls/Municipios/)>. Acesso em 17 ago. 2013.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Demografia**. Indicadores socioeconômicos do Espírito Santo. PNAD 2009. Vitória, 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851\\_ijsn\\_nt21.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/attachments/851_ijsn_nt21.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2013. (Nota técnica n. 21).

KEARNEY, Michael. *The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism*. **Annual Review of Anthropology**, 24, p. 547-565, 2005.

KELLY , Patricia F. *Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration*. In: PORTES, A. (Org.). **The economic sociology of immigration**. Nova York: Russell Sage, 1995. p. 213-247.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade do tempo presente. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: Edusc, 2007. p. 31-45.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a História do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 93-102.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LIMA, Ana Carolina C. **Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010**. 2013. 213 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

LIMA, Marcelo Siano. **O presidencialismo de coalizão: o caso do Estado do Espírito Santo entre os anos de 1991 e 1994**. 2011. 214 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

MACDONALD, L. & MACDONALDJ. S. *Chain migration, ethnic Neighborhood formation and social networks*. **The Milbank Memorial Fund Quarterly**, New York, v. 42, n. 1, 82-96. Jan. 1964

MARCONI, M. de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, E. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, vol. 17, n. 48, p. 151-167, 2003.

MASSEY, Douglas. *Economic development and international migration in comparative perspective*. **Population and Development Review**, New York, 14, n. 3, p. 383-413, set. 1988. Disponível em: <<http://worldroom.tamu.edu/Workshops/Migration06/EuropeanUnion/EU%20articles/Economic%20Development%20and%20International%20Migration.pdf>>. Acesso em 10 jan 2015.

MASSEY, Douglas. *et al. Worlds in Motion. Understeing International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MATTOS, Rossana. **Expansão urbana, segregação e violência**. Um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2013.

MATTOS, Rossana F. da S. Segregação sócioespacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória. **Dimensões**, Vitória, v. 25, p. 249-265, 2010.

MENDONÇA, Sônia R. Estado e Sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Y. (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MERTON, Robert. **Social Theory e Social Structure**. Glencoe: Free Press, 1958.

MIR, Luiz. **Guerra civil, estado e trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MONTEIRO, Rogério A. **Serra: Agenda do futuro 2012-2032**. Disponível em: <[http://www.serra.es.gov.br/downloadwm/Agenda\\_do\\_Futuro2012-2032.pdf&ei=fidPU4\\_CJ\\_C10AGptlGoAw&usg=AFQjCNEVAwe6FGU-vuOeFieQjC5QXwnufw&sig2=qyXt-6lSCRhdCwg2ckQxA](http://www.serra.es.gov.br/downloadwm/Agenda_do_Futuro2012-2032.pdf&ei=fidPU4_CJ_C10AGptlGoAw&usg=AFQjCNEVAwe6FGU-vuOeFieQjC5QXwnufw&sig2=qyXt-6lSCRhdCwg2ckQxA)>. Acesso em 16 abr. 2014. (Plano Estratégico da Serra, 2012).

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 21-36.

MULLER, Hellenia Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru: Edusc, 2007. p. 17-29.

OLIVEIRA, Carlos W. A.; GUIMARÃES NETO, Leonardo. Emprego organizado e Regiões nos anos 90. **Estudos econômicos**. V. 27, p. 37-64, 1997. USP: São Paulo.

OLIVEIRA, Luiz A. P. de; OLIVEIRA, Antônio T. R. de. (Orgs.) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. IBGE, 2011. (Estudos e Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica, v. 1)

OLIVEIRA, José T. de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (coleção Canaã, vol. 8)

OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

PEREIRA, Guilherme Henrique. **Política Industrial e localização de investimentos**: o caso do Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1998.

PEREIRA, Marcelis C. M. **Serra em números**. Anuário municipal de dados. 3. ed. 2010. Disponível em: <[www.serra.es.gov.br](http://www.serra.es.gov.br)>. Acesso em 10 abr 2014.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em 20 ago. 2013.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTES, Alejandro. **Inmigración y metrópolis: Reflexiones acerca de la historia urbana**. *Migraciones Internacionales*, 1(1), 2000, p. 111-134.

PORTES, Alejandro. **Migration and Social change: some conceptual reflections**. *JEMS*, v. 36, n. 10, p. 1537-1563, 2010. Londres: Taylor & Francis.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. Estrada de Ferro e territorialidade no Espírito Santo da Primeira República. **Àgora**, n. 20, p. 84-109, 2014.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 441-450.

RÉMOND, René. Do político. In: CHAUVEAU Agnès; TÉTART, Philippe. (Org.). **Questões para a História do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 51-60.

RIBEIRO, Diones A. Uma perspectiva conservadora do desenvolvimento econômico capixaba no pós 1964: O governo de Arthur Gehardt e os Grandes Projetos de Impacto (1971-1975). **Àgora**, n. 20, p. 127-150, 2014.

RIBEIRO, Francisco Aurélio. **Companhia Siderúrgica de Tubarão**: a história de uma empresa. Vitória: CST, 2005.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M. **Excelsos destinos**: História da energia elétrica no Espírito Santo 1896-1968. Vitória: Edufes, 2013.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M.; SIQUEIRA, Maria da Penha S. Portos e cidades: expansão e modernização dos portos de Vitória (sec. XX-XXI). **Dimensões**, Vitória: UFES. v. 28, p. 385-412, 2012.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU Agnès; TÉTART, Philippe. (Org.). **Questões para a História do presente**. São Paulo: EDUSC, 1999. p. 39-50.

RISÉRIO, Antônio. Sertão, cidade e segregação; Cidade e migrações. In: \_\_\_\_\_. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012. (Cap. 5 e 6).

ROCHA, Haroldo C.; MORANDI, Angela M<sup>a</sup>. **Cafeicultura e Grande Indústria**. A transição no Espírito Santo: 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012. (Espírito Santo: Economia e Política. v. 1).

RODRIGUES, Márcia B. F.; REIS, Leonardo M. dos. Industrialização, urbanização e os impactos negativos: a violência urbana no município da Serra no Espírito Santo, Brasil (2005-2008). **Preleção**, Vitória, n. 9, p. 77-108, Abr. 2011.

RODRIGUES, Márcia B. F. (Coord.). **Pesquisa de vitimização**. Relatório final. Vitória: NEI/FCAA, 2008. (Consórcio Intermunicipal de Prevenção da Violência e da Criminalidade da Região da Grande Vitória/ ES). Disponível em: <[http://www.nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/PESQUISA%20VITIMIZA%C3%87%C3%83O%20RGV-ES\\_2008\\_RELATORIO\\_FINAL.pdf](http://www.nei.ufes.br/sites/nei.ufes.br/files/PESQUISA%20VITIMIZA%C3%87%C3%83O%20RGV-ES_2008_RELATORIO_FINAL.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2014.

RODRIGUES, Márcia B. F. Serra, Agenda do futuro 2012-2032. **Serra com segurança**. Vitória: FCAA, 2012. 54 f. (Relatório temático de diagnóstico).

ROLNICK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 2003.

ROUSSO, Henry. A História do tempo presente, vinte anos depois. In: PÔRTO JUNIOR, Gilson (Org.) **História do tempo presente**. Bauru: Edusc, 2007. p. 277-296.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como jogo de cartas**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. São Paulo: Artmed, 2010.

SASSEN, Saskia. Localizando ciudades en circuitos globales. **Revista Eure**, XXIX (88), p.5-27, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. **Revista do Migrante**, Ano XIII, p.7-32, número especial.

SCHÜTZ, Alfred. O estrangeiro: um ensaio em psicologia social. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 113, 2010.p. 117-129.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. Desenvolvido por Prodest, 2014. [Planilhas em Excel das escolas de Ensino Fundamental e Médio]. Disponível em: <<http://www.educacao.es.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SECRETARIA DE SAÚDE. Portal do governo do estado do Espírito Santo. Disponível em: < <http://www.saude.es.gov.br/default.asp#1>>. Acesso em: 17 abr. 2014.

SILVA, Igor V. da; QUINTÃO, Leandro do C. (Org.). **O Espírito Santo na Primeira República**. Vitória: Flor e Cultura, 2012.

SILVA, Madson G. da. Migração e desigualdade socioeconômica. In: CAMPOS, Adriana P. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/ UFES, 2013. 450 p. Disponível em: <<http://lhpc.ufes.br/sites/lhpc.ufes.br/files/Madson%20Goncalves%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

SILVA, Madson G. da. O problema são os outros. **Sinais**, Vitória, n. 14, p. 102-118, dez. 2013.

SILVA, Tomaz T. da. (Org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos estudos Culturais. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

SIMMEL, G. O estrangeiro. **RBSE**, UFPB: Paraíba. vol. 4, n. 12, 2005.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. A questão regional e a dinâmica econômica do Espírito Santo – 1950/1990. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia vol. 6, ano VI, nº 4, 2009. Disponível em: < <http://www.revistafenix.pro.br/>>. Acesso em 29 ago 2013.

SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980**. Vitória: Edufes, 2001.



SIQUEIRA, Maria da Penha S. **Crescimento e pobreza; as contradições do desenvolvimento econômico da Região da Grande Vitória.** Disponível em: <[http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306707252\\_ARQUIVO\\_Crescimentoepobreza.ascontradicoesdo desenvolvimentoeconomiconaregiaodaGrandeVitoria.pdf](http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306707252_ARQUIVO_Crescimentoepobreza.ascontradicoesdo desenvolvimentoeconomiconaregiaodaGrandeVitoria.pdf)>. Acesso em 29 ago 2013.

SIQUEIRA, Liédje B. O. de; MAGALHÃES, Andre M.; NETO, Raul da Mota S. **Fluxo migratório para a região pobre: quem são os seus migrantes?** Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG, Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

SOARES, Sergei S. D. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável? **Revista de econômica política.** v. 30, n. 3. São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572010000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300001)>. Acesso em 04 abr. 2014.

SOARES, Gláucio A. D. **Não matarás:** desenvolvimento, desigualdade e homicídios. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

STOCCO, Aline F. **Serra:** Agenda do Futuro 2012-2032. Plano Estratégico da Serra 2012-2032. Caracterização da expansão Imobiliária a partir de 2006. (Relatório temático de diagnóstico). Não publicado.

TODOROV, Tzvetan. **O medo dos bárbaros.** Para além do choque das civilizações. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

VIEIRA, Pedro Antônio. A inserção do “Brasil” nos quadros da economia-mundo capitalista no período 1550-c.1800: uma tentativa de demonstração empírica através da cadeia mercantil do açúcar. **Economia e Sociedade.** v. 19, n. 3, p. 499-527, dez. 2010.

VILAÇA, Adilson; DADALTO, M. Cristina (Org.). **Trajetória:** trabalho solidário do imigrante italiano no ES, 2003. p 91-98

VILLASCHI, Arlindo; SILVA FELIPE, Ednilson da. O global e o local: interações e conexões no desenvolvimento do Estado do Espírito Santo — Anotações para o debate. **Revista Sinais.** Vitória: CCHN, UFES, n.09, v.1, p.188-223, 2011.

VILLASCHI, Arlindo. **Urbanização acelerada da Grande Vitória:** em busca de uma agenda contemporânea. Desenvolvimento Capixaba, Blog Economia Capixaba, 27 fev. 2012. Disponível em: <http://economiecapixaba.wordpress.com/2012/02/27/urbanizacao-acelerada-da-grande-vitoria-em-busca-de-uma-agenda-contemporanea/>. Acesso em 04 abr. 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2012.** Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível em: <[www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)>. Acesso em: 16 abr. 2014.

WAISELFISZ, Julio Jacob. **Mapa da Violência 2012.** A cor dos homicídios no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012. Disponível em:

<[www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)>. Acesso em: 16 abr. 2014.

WASELFISZ, Julio Jacob. **Homicídios e Juventude no Brasil**. Mapa da Violência 2013. Brasília, 201e. Disponível em: <[www.juventude.org.br](http://www.juventude.org.br)>. Acesso em: 16 abr. 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. ***El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de La economía-mundo europea en siglo XVI***. México: Siglo XXI, 1999.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

WHITE, Leslie A. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

ZALUAR, Alba; LEAL, Maria Cristina Leal. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 16, n. 45, fev., 2001.

ZANOTTELI, C. **Entre espaço do poder e espaço do saber: a segregação socioespacial e os homicídios na Grande Vitória**, 2005. UFES.

ZORZAL e SILVA, Marta. Tendências contemporâneas: mais do mesmo? Ou há outras possibilidades? **Revista Sinais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.09, v.1, p.224-247, jun. 2011.

ZORZAL e SILVA, M. A agenda de reforma do Estado e seus reflexos no Espírito Santo. **Revista Sinais**. Vitória: CCHN, UFES, Edição Especial de Lançamento, n.01, v.1, p.112-122, abr. 2007.

ZORZAL e SILVA, M. **A Vale do Rio Doce: na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro**. Vitória: EDUFES, 2004.

ZORZAL e SILVA, M. Globalização, Vale do Rio Doce e Espírito Santo. In: SEMINÁRIO +/- 40 ANOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO RETARDATÁRIA DO ESPÍRITO SANTO, 2009. **Anais...** Vitória: GPIDECA/ UFES, 2009.